

TERCEIRO SETOR, RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Prof.^a Marines Selau Lopes

Prof.^a Louise Cristine Franzoi



2016



Copyright © UNIASSELVI 2016

Elaboração:

Prof.^a Marines Selau Lopes

Prof.^a Louise Cristine Franzoi

Revisão, Diagramação e Produção:

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri

UNIASSELVI – Indaial.

658.91
L864t

Lopes; Marines Selau

Terceiro setor, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável
/ Marines Selau Lopes; Louise Cristine Franzoi: UNIASSELVI, 2016.

197 p. : il.

ISBN 978-85-515-0032-3

1. Responsabilidade Social.
I. Centro Universitário Leonardo Da Vinci.

APRESENTAÇÃO

Olá, acadêmico! Começaremos nossos estudos de Terceiro Setor, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável.

Na Unidade 1, verá que, embora sejam o primeiro e o segundo setores os mais conhecidos, nas últimas décadas o Terceiro Setor vem ganhando espaço, o que significa que sua atuação não é recente. Notará que existem três modalidades (títulos, certificados e qualificações) que podem ser requeridas pelas organizações sem fins lucrativos no âmbito federal. Neste sentido, necessitam cumprir algumas condições exigidas por lei. Também conheceremos os principais movimentos sociais brasileiros e, para finalizar esta unidade, refletiremos sobre as expressões da dinâmica contraditória do sistema capitalista e as mudanças vinculadas ao mundo do trabalho.

Na Unidade 2 de nosso Caderno de Estudos, primeiramente será traçado um apanhado histórico com relação à responsabilidade social no mundo e no Brasil. Em seguida, serão abordados os principais conceitos de Responsabilidade Social (RS) trazidos pela literatura, bem como o papel das empresas frente à RS. Também será analisada a função do consumidor cidadão e sua importância na cobrança por uma postura socioambiental responsável por parte das organizações. Na sequência, serão delimitados os termos voluntariado e voluntariado empresarial, além de apresentar as etapas para uma empresa realizar este tipo de ação ligada à Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Posteriormente, definiremos o conceito de marketing social, além de tratar de que maneira as empresas privadas se encaixam nesse contexto. Por fim, serão elencadas as principais ferramentas (indicadores socioambientais) utilizadas na literatura da área e a aplicação destas na construção do chamado Balanço Social.

Finalmente, na Unidade 3, o conceito de meio ambiente será delimitado de diferentes perspectivas, mas com o objetivo principal de apresentar como a espécie humana e parte integrante deste ambiente. Será estabelecido um panorama histórico frente à questão ambiental, de modo a proporcionar uma compreensão integrada da problemática enfrentada na atualidade. Nesta perspectiva, será proposta uma reflexão crítica com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, comumente divulgado nas diferentes mídias, além do papel da globalização e suas consequências sociais e ambientais. Em seguida, será proposta uma reflexão crítica sobre as corporações transnacionais e seu papel diante das questões ambientais. Por fim, trataremos a respeito do papel das Políticas Públicas na promoção e construção de uma sociedade em desenvolvimento sustentável.

Sigamos em frente e bons estudos!



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, *tablet* ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo *layout*, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveito o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o **ENADE**?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades. ✓✓



Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE. ✓✓



Que prova é essa?

É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O **MEC – Ministério da Educação**.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso. ✓✓



Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.

Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas. ✓✓



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE! ✓✓



SUMÁRIO

UNIDADE 1 – TERCEIRO SETOR E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	1
TÓPICO 1 – A DEFINIÇÃO DE TERCEIRO SETOR	3
1 INTRODUÇÃO	3
2 A HISTÓRIA DO TERCEIRO SETOR	4
3 CONCEITUANDO O TERCEIRO SETOR	8
RESUMO DO TÓPICO 1	13
AUTOATIVIDADE	14
TÓPICO 2 – LEGISLAÇÃO DO TERCEIRO SETOR, OS TÍTULOS, OS CERTIFICADOS E AS QUALIFICAÇÕES	15
1 INTRODUÇÃO	15
2 TÍTULOS, CERTIFICADOS E QUALIFICAÇÕES	15
2.1 OSCIP – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	18
2.2 OS – QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL	20
3 ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES	21
RESUMO DO TÓPICO 2	25
AUTOATIVIDADE 2	26
TÓPICO 3 – TERCEIRO SETOR E A LEGITIMAÇÃO DAS CAUSAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	27
1 INTRODUÇÃO	27
2 A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DIREITOS HUMANOS	28
RESUMO DO TÓPICO 3	33
AUTOATIVIDADE	34
TÓPICO 4 – O CAPITALISMO E O TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NÃO LUCRATIVAS	35
1 INTRODUÇÃO	35
2 A CRISE DO CAPITAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS SOCIEDADES	35
3 O TRABALHO NO BRASIL E O TERCEIRO SETOR	40
LEITURA COMPLEMENTAR	46
RESUMO DO TÓPICO 4	49
AUTOATIVIDADE	50
UNIDADE 2 – ASPECTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	51
TÓPICO 1 – REONSABILIDADE SOCIAL: HISTÓRIA, EVOLUÇÃO E CONCEITOS ...	53
1 INTRODUÇÃO	53
2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: O CONTEXTO MUNDIAL	53
3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: O CONTEXTO BRASILEIRO	57

4 CONCEITOS REFERENTES À RESPONSABILIDADE SOCIAL	59
RESUMO DO TÓPICO 1	66
AUTOATIVIDADE	67
TÓPICO 2 – UMA NOVA VISÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA ..	69
1 INTRODUÇÃO	69
2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SOCIEDADE: O PAPEL DAS EMPRESAS	70
3 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SOCIEDADE: O PAPEL DO CONSUMIDOR	74
4 RESPONSABILIDADE SOCIAL E ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS	77
4.1 VOLUNTARIADO EMPRESARIAL	80
4.2 MARKETING SOCIAL: SOCIEDADE E EMPRESAS	83
RESUMO DO TÓPICO 2	88
AUTOATIVIDADE	89
TÓPICO 3 – LEGISLAÇÃO E INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	93
1 INTRODUÇÃO	93
2 INDICADORES SOCIAIS E O BALANÇO SOCIAL	94
2.1 INDICADORES ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	96
2.2 INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL DO MODELO IBASE	98
2.3 O MODELO DA GLOBAL REPORT INITIATIVE (GRI)	100
2.4 O BALANÇO SOCIAL NO MUNDO E NO BRASIL	102
3 NORMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	106
3.1 SOCIAL ACCONTABILITY 8000 (SA 8000): CERTIFICÁVEL	107
3.2 ACCOUNTABILITY 1000 (AA 1000): NÃO CERTIFICÁVEL	109
3.3 ISO 26000 (NÃO CERTIFICÁVEL) e ABNT NBR ISO 16001:2012 (CERTIFICÁVEL)	110
LEITURA COMPLEMENTAR	113
RESUMO DO TÓPICO 3	116
AUTOATIVIDADE	117
UNIDADE 3 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENQUANTO NOVO PARADIGMA	119
TÓPICO 1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANTECEDENTES E CONCEITOS	121
1 INTRODUÇÃO	121
2 APANHADO HISTÓRICO DA QUESTÃO AMBIENTAL: PROBLEMÁTICA E SUSTENTABILIDADE	122
2.1 O CONCEITO DE MEIO AMBIENTE	122
2.2 HISTÓRICO DA QUESTÃO AMBIENTAL	126
3 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE CRÍTICA	135
RESUMO DO TÓPICO 1	143
AUTOATIVIDADE	145
TÓPICO 2 – GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	149
1 INTRODUÇÃO	149
2 GLOBALIZAÇÃO: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	149
3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: AS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA	155
LEITURA COMPLEMENTAR	161
RESUMO DO TÓPICO 2	165
AUTOATIVIDADE	166

TÓPICO 3 – GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO	
SUSTENTÁVEL	169
1 INTRODUÇÃO	169
2 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	169
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	172
3.1 EDUCAÇÃO	174
3.2 GESTÃO PARTICIPATIVA E STAKEHOLDERS	177
RESUMO DO TÓPICO 3	183
AUTOATIVIDADE	184
REFERÊNCIAS	185

TERCEIRO SETOR E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade, você será capaz de:

- conhecer a história do Terceiro Setor;
- identificar as principais entidades que compõem o Terceiro Setor;
- familiarizar-se com as legislações do Terceiro Setor;
- reconhecer as possibilidades de trabalho no Terceiro Setor.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em quatro tópicos e, ao final de cada um deles, você terá a possibilidade de intensificar seus conhecimentos concretizando as atividades propostas.

TÓPICO 1 - A DEFINIÇÃO DE TERCEIRO SETOR

TÓPICO 2 - LEGISLAÇÃO DO TERCEIRO SETOR, OS TÍTULOS, OS CERTIFICADOS E AS QUALIFICAÇÕES

TÓPICO 3 - TERCEIRO SETOR E A LEGITIMAÇÃO DAS CAUSAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

TÓPICO 4 - O CAPITALISMO E O TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NÃO LUCRATIVAS

A DEFINIÇÃO DE TERCEIRO SETOR

1 INTRODUÇÃO

Caro acadêmico, provavelmente você já escutou ou leu alguma coisa sobre o Terceiro Setor, mas será que você realmente sabe o significado de tal nomenclatura?

Embora o primeiro e o segundo setor sejam mais conhecidos, nas últimas décadas o Terceiro Setor veio ganhando espaço. Isso não significa exatamente que sua atuação é recente, pois, desde sempre, quando os menos favorecidos passam por problemas, o Terceiro Setor passa a auxiliá-los, cumprindo o papel que o primeiro e o segundo setor não deram conta.

Não só no Brasil, mas no mundo todo, distintas organizações fazem parte do Terceiro Setor, elas estão envolvidas nas mais diversas áreas, nos mais diversos campos de atuação. São entidades conhecidas como beneficentes, organizações que lutam para erradicar a fome e a pobreza, que cuidam do meio ambiente, que trabalham para a inclusão digital, enfim, independente da área de atuação, as organizações do Terceiro Setor devem ser implementadas com o objetivo de trazer benefícios, melhorias para a comunidade local e ou global.

Desta forma, caro acadêmico, neste tópico, conheceremos a história do Terceiro Setor, do seu surgimento até os dias atuais, bem como veremos que o Terceiro Setor ainda não alcançou um conceito próprio.

Bons Estudos!

2 A HISTÓRIA DO TERCEIRO SETOR

No que se refere ao Brasil, podemos dizer que o Terceiro Setor já passou por algumas fases. A primeira situa-se entre seu período de colonização até a metade do século XX. Neste período, a Igreja Católica era a principal instituição que desenvolvia ações de assistência social, saúde e educação. Estas eram de cunho caritativo cristão, desenvolvidas em equipamentos, como casas asilares, orfanidades, Santas Casas de Misericórdia e colégios católicos. Reconhecidas como associações voluntárias, as referidas iniciativas eram permeadas por valores de cunho religioso cristão.

Posteriormente, o Terceiro Setor passou por mudanças na época do governo de Getúlio Vargas. O referido governo assumiu o papel de formulador e implementador de políticas públicas que são executadas nas organizações sem fins lucrativos. Naquele momento, a Igreja continuava tendo papel respeitável na prestação de serviços sociais, em que, muitas vezes, as obras eram custeadas pelo Estado.

A terceira fase pela qual passou o Terceiro Setor compreende o período militarista em que a sociedade se mobilizou e se articulou com várias organizações conhecidas por seus estilos filantrópicos e assistenciais. Assim, em conjunto com os movimentos sociais, defendeu os mais atingidos pelas expressões da questão social da época. Foi naquele momento que surgiram as organizações sem fins lucrativos ligadas à mobilização social com debate político.

A quarta fase que marca o Terceiro Setor no Brasil ocorreu a partir do início da década de 80 com a diminuição da intervenção do Estado nas questões sociais e com a redemocratização do país e a decadência do modelo intervencionista do Estado. O tema cidadania e os direitos fundamentais passaram a ser o foco das organizações do Terceiro Setor.

Segundo Pinsky (2003, p. 9 apud CORRÊA, 2011, p. 4):

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democratização sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

Então, a partir de 1980 cresce a articulação do Terceiro Setor como grupo organizado que se sobressaiu, em contramão à atuação ineficiente do Estado. Especialmente na área social, o Terceiro Setor mostra uma nova forma de arquitetar e trabalhar a questão social, expandindo seus objetivos e atingindo várias parcelas da sociedade que demandam os mais diversos serviços da sociedade. Assim, onde o Estado e/ou as esferas econômicas não possuem interesses ou não são capazes de atender às demandas, o Terceiro Setor cresce. Seu crescimento também é resultado de práticas cada vez mais desastrosas da política neoliberal impostas pelo capitalismo global, que produz vicissitudes econômicas, políticas e sociais, principalmente nos países de terceiro mundo, como é o caso do Brasil (LIMA; FREITAG, 2014).

Como disse anteriormente, onde o Estado não atua, o Terceiro Setor avança. No entanto, o Estado tem poder e, principalmente, dever de identificar as necessidades e os anseios sociais e transformá-los em políticas públicas que gerem resultados na sociedade, dando respostas efetivas aos problemas. Historicamente, os países ou estados enfrentam crises constantes. Assim, utilizam estratégias diferenciadas para enfrentá-las. São nestes períodos que as projeções de crescimento são abaladas, muitas vezes globalmente.

Nos últimos anos, um novo termo surgiu, trata-se da governança, que procura explicar as complexas relações entre o Estado e a sociedade, ou seja, esclarece as interações que existem entre o Estado e os inúmeros agentes não governamentais que buscam resultados de interesse público, como é o caso do Terceiro Setor. O eixo deixa de ser a capacidade de o Estado intervir, e incide em concentrar-se na função de coordenar esforços públicos ou privados, ou seja, do Mercado ou do Estado, mas com o objetivo de produzir benefícios coletivos. Nesta ótica, as relações seriam pensadas e analisadas entre Estado e Mercado, considerando este último como um sistema de trocas do qual fazem parte sujeitos e instituições com objetivo de vender ou comprar um produto ou oferecer ou ganhar um serviço (COELHO, 2009).

Segundo o art. 3º da CF-88, a República Federativa do Brasil tem em seus objetivos fundamentais:

- I- construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II- garantir o desenvolvimento nacional;
- III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV- promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Conforme estudos realizados, constatou-se que, no passado, acreditava-se que o Mercado, quando administrado por legislações que estão associadas ao cunho egoísta do homem, sendo que estes desejam sempre mais lucro, pensava-se que ao entrar em concorrência, a competição generalizada causaria o equilíbrio na economia e o bem-estar da sociedade. Essa teoria nunca se confirmou, fazendo com que a história das sociedades capitalistas, principalmente nos últimos anos, fosse marcada por um Mercado que em certos momentos é mais liberal e em outros pede maior intervenção do Estado. É nesse “jogo” que o Terceiro Setor se fortalece. Conforme questiona Silva (2001, p. 89):

[...] o terceiro setor da sociedade teria o objetivo de apaziguamento político diante do aumento das desigualdades sociais, sob a égide das políticas neoliberais ou, realmente, busca integrar os excluídos na vida social e política? Com a denominação de terceiro setor, [...] estaria além dos interesses expressados pelo Estado e pelo Mercado?

Entre o Terceiro Setor e o Estado há algo em comum, ambos devem cumprir uma função que se sobressai às demais, ou seja, pensar em ações que beneficiem o coletivo. No Terceiro Setor, incorporam-se uma grande variedade de instituições que são denominadas de Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações Comunitárias, Entidades Assistenciais e Filantrópicas, Fundações e Institutos Empresariais, bem como muitas outras instituições que não possuem objetivos lucrativos, como é o caso do Mercado. Com isso, percebe-se que os atores que hoje mais atuam no Terceiro Setor já não são mais as tradicionais Igrejas e Estado, mas, sim, outras entidades não governamentais, sem fins lucrativos e de finalidade pública.



Caro acadêmico, mais adiante aprofundaremos o assunto acerca das nomenclaturas e especificidades das instituições que compõem o Terceiro Setor.

Cabe lembrar que legalmente avançamos a partir da Constituição Federal de 1988, pois através de um vasto processo de mobilização da sociedade, promoveram-se melhorias em relação ao aumento dos direitos sociais que contribuíram para o processo de cidadania, em relação à política e descentralização e promoção de políticas sociais.



Caro acadêmico, leia a Constituição Federal de 1988, Capítulo II que trata DOS DIREITOS SOCIAIS (ARTS. 6º A 11), esta leitura é de extrema relevância para aprimorar seus conhecimentos acerca do direito às políticas públicas, como também compreender a importância do Terceiro Setor, já que tais direitos garantidos em lei não são propiciados na íntegra pelo Primeiro e Segundo Setor.

Também constatamos que houve muitas influências dos movimentos populares, através dos grupos que fizeram pressão no Congresso Nacional, a fim de que emendas fossem aprovadas. Conforme já comentamos, a Constituição que temos hoje representou um marco no que diz respeito à política social no Brasil. Com a estabilidade da democracia, criam-se oportunidades para uma atuação mais efetiva das Organizações Não Governamentais.

Em razão da atuação ineficiente do Estado, principalmente na área social, o Terceiro Setor cresce e se expande em vários espaços. Com o objetivo de atender à demanda por serviços sociais, pleiteados por um expressivo contingente populacional, geralmente das camadas menos favorecidas, onde o Estado e/ou empresariado não têm interesses ou não são capazes de fornecer. Não podemos deixar de informar que a demanda pelo Terceiro Setor vem também em razão das práticas cada vez mais efetivas do neoliberalismo e do capitalismo global em produzir inconstância econômica, política e social, principalmente nos países de terceiro mundo, que é o caso do Brasil.

Historicamente, o Terceiro Setor tem como lema pregar a igualdade e a justiça social. Assim, através de campanhas institucionais abrange e mobiliza a sociedade para que ela preveja, reflita e exercite a democracia. Desta forma, cada um bancando a sua parte, assumindo e pondo a sua própria capacidade a serviço de todos, automaticamente, exerce o direito e o dever de cidadania.

No início da década de 90, já existia no Brasil uma série de organizações que não poderiam ser classificadas como pertencentes ao Estado nem ao mercado. Levando-se em conta esse fato, nota-se que, 'para além do Estado e do mercado', existem novas realidades que estavam surgindo para suprir a carência do Estado em proporcionar à população um mínimo de bem-estar social (LIMA; FREITAG, 2014, p. 25).

Nessa caminhada, a partir da década de 90, até mesmo o setor privado, conhecido por Segundo Setor, que trabalha em uma dinâmica diferente, ou seja, visa primeiramente o lucro, aponta caminhos e investe recursos em programas e projetos de cunho social. Em especial, os desenvolvidos em fundações e associações, assim se abre mais uma possibilidade de arrecadação de recursos para o Terceiro Setor.

Conforme Lima e Freitag (2014, p. 26), “com o fortalecimento das entidades sem fins lucrativos, o Estado ganha um aliado para atender ao bem-estar social e o mercado torna-se um parceiro que contribui para a continuidade dessas entidades por meio de doações”.

FIGURA 1 - RELACIONAMENTO ENTRE OS TRÊS SETORES (ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR)



FONTE: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=figura+que+representa+os+tres+setores&espv=2&biw=1366&bih=636&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKewjnov3HneDMAhXMIZAKHSptC_YQ_AUIBigB#imgrc=6sL-5ALgVj9B-M%3A>. Acesso em: 17 maio 2016.

A figura acima representa como, individualmente, os três setores contribuem para o bem da sociedade.

Neste sentido, devemos compreender que nada mais justo que o Terceiro Setor reivindicar recursos públicos, já que desenvolve funções de obrigação do setor público. Por operarem conforme as regras do Direito privado, também passam a receber recursos advindos da iniciativa privada, assim, desde que surgiram, garantem seus recursos para o funcionamento de suas ações.

3 CONCEITUANDO O TERCEIRO SETOR

Caro acadêmico, é importante salientar que, no Brasil, como também em outros países, acontece o crescimento do Terceiro Setor de forma linear, entendendo que ele convive com outros dois setores, ou seja, o Primeiro Setor, representado pelo governo, desempenhando uma função de gestão dos bens

públicos, correspondendo às ações de dever do Estado com objetivos públicos, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, e o Segundo Setor, concebido pelo mercado, tomado por empreendimentos privados com objetivo de obter lucros.

Quando se trata de conceituar o Terceiro Setor, esse não é um trabalho fácil, pois, muitos são os conceitos encontrados na literatura.

Conforme Corrêa (2011, p. 10 apud SOUZA, 2004, p.65) “a variedade de elementos considerados para a conceituação do Terceiro Setor surpreende e mais confunde do que ajuda a compreender este fenômeno. No entanto, todos estes elementos são importantes para a pretendida aproximação jurídica para o conceito Terceiro Setor [...]”.

Ainda conforme Corrêa (2011, p. 10), “juridicamente, o termo terceiro setor ainda não alcançou um conceito próprio. Embora as organizações do terceiro setor não sejam novas, muito recentemente, nas últimas décadas, é que o setor vem ganhando espaço jurídico”.

O terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (CORRÊA, 2011, p. 10 apud FERNANDES 1994, p. 27).

De acordo com Corrêa (2011, p. 10), “[...] o surgimento do terceiro setor não exige o governo de suas responsabilidades enquanto Estado. Contudo, demonstra que, através de uma parceria com todos os autores sociais, podemos chegar a uma sociedade melhor [...]”. Com relação ao Terceiro Setor:

[...] o uso indiscriminado da expressão acabou por tornar o conceito de terceiro setor albergue para todos os modelos de entidades que não se enquadram no conceito dos outros dois setores. Essa ausência de uma definição precisa da expressão, faz com que sua utilização, muitas vezes, mais confunda do que explique. Ainda mais se for levado em conta o pensamento predominante, segundo o qual não existe, ainda, no âmbito do sistema normativo brasileiro, uma definição jurídica de terceiro setor (MANICA, 2007, p. 3 apud CORRÊA, 2011, p. 10).

Fernandes (1994, p. 21) define o Terceiro Setor como sendo “[...] um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos, este é o sentido positivo da expressão. “Bens e serviços públicos”, nesse caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas”.

O autor Delgado (2004 p. 1 apud ROTHGIESSER, 2002, p. 2) explica que o Terceiro Setor seriam iniciativas “privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário, em ações que visam ao interesse comum”.

Para Delgado (2004, p. 1 apud GONÇALVES 1999, p. 2), “o conceito mais aceito atualmente é o de que se trata de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum”. O autor conclui que:

[...] há algo em comum entre o Terceiro Setor e o Estado: ambos devem cumprir uma função eminentemente coletiva. Agrupam-se uma grande variedade de instituições no Terceiro Setor: Organizações Não Governamentais, Fundações e Institutos Empresariais, Associações Comunitárias, Entidades Assistenciais e Filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos (DELGADO, 2004, p. 1).

Segundo Delgado (2004, p. 1), entre as entidades que compunham o terceiro setor “[...] Toma-se como destaque a Igreja Católica, que com suporte do Estado, era responsável pela maior parte das entidades que prestavam algum tipo de assistência às comunidades mais necessitadas, que ficavam às margens das políticas sociais básicas de saúde e educação”.

Constatamos que a filantropia é uma das bases do terceiro setor e que alguns autores não são fãs dessa prática. Segundo Silva (2001, p. 88 apud UHLE, 1992),

[...] ela tem sua própria lógica e atende a interesses específicos ligados à manutenção da ordem, os quais nem sempre coincidem com os interesses dos seus assistidos. Fatores como autonomia e liberdade, básicos na construção de uma sociedade justa e que tenham como fundamento a cidadania, não convivem com o assistencialismo e a filantropia.

O autor tem razão se pensarmos no início da atuação do Terceiro Setor, que ocorreu por incentivo da Igreja, essa sim, remete a questões de caridade e ressalta o aspecto de doação. Entretanto, na atualidade, as entidades do Terceiro Setor atuam com objetivos diversos, seus fins não são lucrativos, a participação é voluntária, o excedente é designado a melhorias da própria organização. De acordo com Lima e Freitag (2014, p. 25):

Em geral, esse setor é conceituado como organização da sociedade civil que objetiva a prestação de serviços ao público em diversas áreas nas quais o governo não atua de forma eficiente e dependem de doações de pessoas, empresas ou ajuda do governo para poder existir. Geralmente trabalham com recursos escassos e não regulares; portanto, necessitam de controles e de uma contabilidade que reflita sua realidade para a tomada de decisões.

Conforme Lima e Freitag (2014, p. 28 apud OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 6) as organizações do Terceiro Setor se caracterizam como “instituições privadas com propósitos específicos de provocar mudanças sociais e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de contribuições, doações e subvenções e que, de modo algum, se reverte para os seus membros ou mantenedores”.

Com relação às particularidades das entidades sem fim lucrativos, Lima e Freitag (2014, p. 24) citam que:

- a. Quanto ao lucro (*profit*): o lucro não é a razão de ser dessas entidades.
- b. Quanto à propriedade (*ownership*): pertencem à comunidade. Não são normalmente caracterizadas pela divisibilidade do capital e partes proporcionais, que podem ser vendidas ou permutadas.
- c. Quanto às fontes de recursos (*resources*): as contribuições com recursos financeiros não dão direito ao doador de participação proporcional nos bens ou serviços da organização.
- d. Quanto às principais decisões políticas e operacionais (*policy & operating decisions*): as maiores decisões políticas e algumas decisões operacionais são tomadas por consenso de voto, via assembleia geral, por membros de diversos segmentos da sociedade direta ou indiretamente eleitos.

Ainda, segundo Lima e Freitag (2014, p. 28), “nesse contexto, a característica dessas organizações é a mudança social, ou seja, elas visam melhorias sociais por meio de recursos doados e empregam todos os esforços no desenvolvimento de seus objetivos”.

Com relação às classificações, quatro pressupostos são eleitos conforme as características das ações de cada entidade:

- O primeiro é que ele faz um contraponto às ações do governo, ou seja, os bens e serviços prestados à população não são exclusividade do governo, mas seguramente, possuem larga atuação das iniciativas particulares. Inclusive em conjunturas neoliberais, a tendência é cada vez mais enfatizar a atuação do Terceiro Setor em detrimento a um Estado cada vez mais minimizado.
- O segundo pressuposto é que o Terceiro Setor faz um contraponto às ações do mercado. A própria presença do Terceiro Setor já evidencia que o mercado não dá conta das demandas e interesses sociais. Cabe, portanto, ao Estado e ao Terceiro Setor o cumprimento e a satisfação dessas necessidades.
- O terceiro pressuposto salienta e reforça o segundo, pois modifica a oposição central entre Estado e Mercado, realçando o valor tanto político quanto econômico das ações voluntárias, sem fins lucrativos, resgatando o pensamento doutrinário (Estado, Mercado e Terceiro Setor).
- E finalmente, o quarto pressuposto é que o Terceiro Setor faz a complementação entre as ações públicas e privadas. Sem o Estado (Primeiro Setor) e sem o Mercado (Segundo Setor), o Terceiro Setor não poderia existir, pois ambos dão clareza e justificam as ações empreendidas (FERNANDES, 1997, p. 32 apud LIMA; FREITAG, 2014, p. 28).

Quanto à classificação das entidades que fazem parte do Terceiro Setor, organizamos o quadro a seguir que apresenta uma sinopse da área de atuação e a sua finalidade.

QUADRO 1 - CLASSIFICAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO E FINALIDADE

ÁREA DE ATUAÇÃO	FINALIDADE
Cultura e recreação	Desenvolvimento das artes e do esporte
Educação e pesquisa	Oferecer educação nos três níveis (fundamental, médio e superior) e pesquisa
Saúde	Disponibilizar serviços básicos de saúde, hospitais de reabilitação, Saúde Mental e outros serviços de saúde
Serviços sociais	Proporcionar serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade
Meio Ambiente	Realizar cuidados com a flora e a fauna
Desenvolvimento e habitação	Proporcionar desenvolvimento socioeconômico, inserção no mercado e habitação
Direito e política	Civismo, legislação e organização
Voluntariado	Serviços de caridade
Atividades internacionais	Auxílio ao deportado, asilado etc.
Religião	Ações de cunho religioso
Associações profissionais e sindicatos	Assessoramento para associados e sindicalizados

FONTE: Adaptado de Lima e Freitag (2014)

O termo entidades sem fins lucrativos é utilizado para designar as entidades que estão fora do contexto do Estado e do Mercado e que não têm como finalidade a obtenção de lucro. O termo ONG também se refere a entidades sem fins lucrativos que independem do governo. Já o termo terceiro setor corresponde a um conjunto de iniciativas da sociedade voltada à produção de bens públicos (LIMA; FREITAG, 2014, p. 31).

Como estudamos anteriormente, essas definições são decorrentes de produções de vários autores. São muitas vezes confusas, mas precisam ser informadas e dissecadas para que em um futuro breve elas se tornem claras, com suas diferenciações e semelhanças melhor definidas.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você viu que:

- O Estado compõe o Primeiro Setor da sociedade, sendo responsável pelas questões sociais.
- As questões de campo individual são organizadas pelo Segundo Setor, ou seja, pelas empresas privadas que tem como objetivo principal o lucro.
- O Terceiro Setor não é público nem privado, mas sim uma fusão da sociedade com o privado para um fim público, provendo muitas vezes as falhas do Estado.
- O Terceiro Setor é composto por organizações que podem ser associações ou fundações sem fins lucrativos.
- As instituições do Terceiro Setor são criadas e mantidas pela participação voluntária, que tem objetivos sociais e/ou de interesse público, cujo objetivo é proporcionar benefícios à sociedade e promover a melhoria na qualidade de vida.

AUTOATIVIDADE



Aparentemente, o Terceiro Setor é algo novo, mas na verdade já percorreu uma longa caminhada, entre o período de colonização, onde a Igreja Católica era a principal instituição que desenvolvia ações permeadas por valores de cunho religioso cristão até os dias atuais, onde o Terceiro Setor incorpora uma grande variedade de instituições. Diante desse contexto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Entidades sem fins lucrativos é a terminologia correta para mencionar as entidades que estão fora do conjunto do Estado e do Mercado.
- b) () O Terceiro Setor é composto por organizações públicas que possuem objetivos específicos de promover melhorias de ordem social.
- c) () Os assuntos do campo individual são tratados pelo Terceiro Setor, que tem como finalidade principal o lucro.
- d) () A composição entre o setor público e o privado origina o Terceiro Setor, que provê as falhas do Mercado.

LEGISLAÇÃO DO TERCEIRO SETOR, OS TÍTULOS, OS CERTIFICADOS E AS QUALIFICAÇÕES

1 INTRODUÇÃO

Caro acadêmico, neste tópico veremos que as organizações sem fins lucrativos, juridicamente instituídas, podem demandar alguns títulos e qualificações junto ao Poder Público. Essas certificações conferem alguns benefícios fiscais às organizações e aos doadores. Existem três modalidades (títulos, certificados e qualificações) que podem ser requeridos pelas organizações sem fins lucrativos no âmbito federal. Para tanto, necessitam cumprir algumas condições exigidas por lei.

Posteriormente, veremos que a baliza regulatória das entidades sem fins lucrativos, reconhecidas como associações e fundações é tratada pelo Código Civil, Lei nº 10.406/2002 e atualizada posteriormente pelas Leis 10.825/03 e 11.127/05.

2 TÍTULOS, CERTIFICADOS E QUALIFICAÇÕES

Neste item estudaremos que Certificados, Títulos e Qualificações são modalidades que podem ser solicitadas pelas organizações sem fins lucrativos, sendo que ambas podem ser requisitadas na esfera Federal.

FIGURA 2 - ILUSTRANDO A CONQUISTA DE UMA MODALIDADE



FONTE: Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/ltarcia/terceiro-setor-e-comunicacao-estrategica>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Segundo Cunha et al. (2011, p. 14), os Títulos, Certificados ou Qualificações possuem benefícios e implicações, conforme segue:

- (a) diferenciar as entidades que os possuem, inserindo-as num regime jurídico específico;
- (b) demonstrar à sociedade que a entidade possui credibilidade;
- (c) facilitar a captação de investimentos privados e a obtenção de financiamentos;
- (d) facilitar o acesso a benefícios fiscais;
- (e) possibilitar o acesso a recursos públicos, assim como a celebração de convênios e parcerias com o Poder Público e; possibilitar a utilização de incentivos fiscais pelos doadores.

Conforme Cunha et al. (2007), **O Título de Utilidade Pública Federal** é o mais antigo, foi criado em 1935 pela Lei nº 91. A solicitação deve ser feita ao Ministério da Justiça, na divisão de Outorgas e Títulos. A mesma deve ser concedida “à entidade que desenvolve atividades úteis ao público, de relevante valor social, que realiza o bem em prol da coletividade, e que cumpre os requisitos legais para fazer jus a tal titulação”.

Este título pode ser requerido pelas sociedades civis, pelas associações e pelas fundações, desde que sejam constituídas no país, que tenham o fim exclusivo de servir desinteressadamente à sociedade. Ainda precisam ser comprovados outros requisitos, como, por exemplo, estar em real e continuado funcionamento por, pelo menos, três anos, não distribuir lucros, gratificações ou regalias a dirigentes, mantenedores ou associados, promover a educação ou exercer atividades de pesquisa científica, de cultura, artística ou filantrópicas.

A organização que obter **O Título de Utilidade Pública Federal** adquire as seguintes vantagens:

- A - oferecer dedutibilidade do Imposto de Renda das pessoas jurídicas;
- B - receber subvenções, auxílios e doações;
- C - realizar sorteios, desde que autorizados pelo Ministério da Justiça;
- D - pré-requisito para obter o CEBAS e;
- E - pré-requisito para requerer a “isenção” da cota patronal devida ao INSS, caso se cumpra cumulativamente outros requisitos previstos na legislação específica ((CUNHA et al., 2007, p. 14-15).

Segundo Cunha et al. (2007), o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social** é concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Combate à Fome, às entidades que comprovarem o desenvolvimento de atividades caracterizadas como sendo de assistência social e que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

O **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social** pode ser requerido pelas entidades que atuem com as seguintes finalidades:

- (a) proteger a família, a infância, a maternidade, a adolescência e a velhice;
- (b) amparar crianças e adolescentes carentes;
- (c) promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência;
- (d) promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde;
- (e) promover a integração ao mercado de trabalho e;
- (f) promover o atendimento e o assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia dos seus direitos (CUNHA et al., 2007, p. 15-16).

O **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social** está previsto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014. Há **requisitos** e exigências legais para a concessão e manutenção do **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social**, como por exemplo, a apresentação dos seguintes documentos:

- I- comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II- cópia da ata de eleição dos dirigentes e do instrumento comprobatório de representação legal, quando for o caso;
- III- cópia do ato constitutivo registrado, que demonstre o cumprimento dos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 12.101, de 2009;
- IV- relatório de atividades desempenhadas no exercício fiscal anterior ao requerimento, destacando informações sobre o público atendido e os recursos envolvidos;
- V- balanço patrimonial;
- VI- demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- VII- demonstração dos fluxos de caixa;
- VIII- demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, com receitas e despesas segregadas por área de atuação da entidade, se for o caso (BRASIL, 2014).

O **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social** é uma condição para solicitar a dispensa da parcela do empregador devida ao INSS, caso se preencha cumulativamente outros requisitos previstos na legislação acima citada que trata exclusivamente da matéria. Para demandar e manter este certificado, a entidade deverá cumprir as condições estabelecidas na legislação acima referida, as quais refletem no teor do estatuto social, nos métodos de gestão adotados, e no modo como a entidade desenvolve suas iniciativas.



Caro acadêmico, leia na íntegra a Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, é fundamental para que você consiga aprofundar seus conhecimentos.

2.1 OSCIP – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

A OSCIP é a qualificação mais recente capaz de ser obtida pelas organizações sem fins lucrativos. Ela foi instituída em 1999, pela Lei nº 9.790 e pelo Decreto nº 3.100/99, a partir do diálogo do Conselho da Comunidade Solidária com as entidades da sociedade civil, que observavam a necessidade de uma reforma de cunho legal do Terceiro Setor e que não possuía leis adequadas às suas necessidades. Recentemente, a OSCIP sofreu alterações com a Lei nº 13.019/14, que entrou em vigor no dia 23 de janeiro de 2016.

Ela é concedida pelo Ministério da Justiça. Originou-se da percepção de necessidades das entidades da sociedade civil se fortalecerem para prestarem serviços de utilidade pública. Assim, instituíram-se elementos mais favoráveis e dinâmicos que contribuem para a transparência de relacionamento entre as entidades e o Poder Público.

Segundo Cunha et al. (2011, p. 19), a qualificação de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – é concedida às entidades que possuam como desígnio o desenvolvimento de uma das seguintes atividades:

- (a) promoção da assistência social;
- (b) promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- (c) promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei;
- (d) promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei;
- (e) promoção da segurança alimentar e nutricional;
- (f) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- (g) promoção do voluntariado;
- (h) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- (i) experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- (j) promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- (k) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais e;
- (l) estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

A referida qualificação oferta prerrogativas como: (a) oferecer dedutibilidade do Imposto de Renda das pessoas jurídicas doadoras; (b) possibilitar a remuneração de dirigentes sem a perda de benefício fiscal e; (c) celebrar Termos de Parceria com o Poder Público.

Com as recentes alterações da Lei nº 13.019/14, as entidades que requeiram a qualificação, como OSCIP, essencialmente, ao registrarem em seus estatutos pelo menos um dos objetivos sociais previstos na legislação específica, precisam estar trabalhando regularmente, no mínimo, há três anos.

Com relação à gestão, a inovação se dá na possibilidade de participação de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria da OSCIP, o que até então não era permitido.

Quanto à comprovação referente à prestação de contas dos Termos de Parceria, ficou definido, conforme segue os seguintes documentos a serem apresentados:

- I- relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- II- demonstrativo integral da receita e despesas realizadas na execução;
- III- extrato da execução física e financeira;
- IV- demonstração de resultados do exercício;
- V- balanço patrimonial;
- VI- demonstração das origens e das aplicações de recursos;
- VII- demonstração das mutações do patrimônio social;
- VIII- notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- IX- parecer e relatório de auditoria se for o caso (BRASIL, 2014).

Diante do apresentado concluímos que de tais inovações da Lei 13.019/14, podemos entender que a única vantagem da qualificação como OSCIP é a possibilidade de celebrar Termos de Parcerias com o poder público, considerando que os demais benefícios, que até então eram exclusivos, já podem ser usufruídos pelas OS que não possuam tal titulação. Desta forma vamos estudar as particularidades das OS.

2.2 OS – QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A **Organização Social – OS** é fundamentada pela Lei nº 9.637/98 e se configura como qualificação das entidades para que possam desenvolver atividades até aquele momento, desempenhadas diretamente pelo Poder Público na área do ensino, da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico, da proteção e preservação do meio ambiente, da cultura e da saúde.

Uma Organização Social – OS é qualificada se for aprovada quanto aos critérios de conveniência e oportunidade pelo Poder Público, assim, a obtenção da qualificação não é um direito ou escolha. No entanto, segundo alguns juristas, a deficiência de critérios objetivos para a aprovação e escolha das entidades torna a lei inconstitucional.

Entretanto, para obter a qualificação, a entidade deve ser apoiada pelo Poder Público e cumprir os requisitos instituídos pela Lei nº 9.637/98 e pelas relativas leis estaduais e municipais do local onde funciona sua administração.

Segundo Cunha et al. (2011, p. 23), ao ser qualificada, a instituição obtém as seguintes **vantagens**: “(a) habilitar a entidade a celebrar contrato de gestão com a Administração Pública; (b) facilitar a administração de recursos materiais, financeiros e humanos do Poder Público sem a burocracia das normas a ele inerentes, o que, para alguns juristas, seria inconstitucional”.

O contrato:

É o instrumento que retrata o acordo de vontades entre as partes e que estipula obrigações e direitos recíprocos. No contrato, há interesses diversos e opostos. Quando é firmado entre uma entidade privada e o Poder Público para a consecução de fins públicos é denominado ‘contrato administrativo’, devendo ser precedido de licitação (CUNHA et al., 2011, p. 24).

Conforme Cunha et al. (2011, p. 24): “Ressalta-se que a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) prevê hipóteses de dispensa de licitação que beneficiam as entidades em determinadas situações, assim como hipóteses de inexigibilidade de licitação, quando a competição é inviável”.

O **convênio** também é uma vantagem. “É o instrumento de cooperação celebrado entre dois órgãos públicos ou entre um órgão público e uma entidade privada no qual são previstos obrigações e direitos recíprocos, visando à realização de objetivos de interesse comum dos partícipes (interesses convergentes)” (CUNHA et al., 2011, p. 24).

Outra opção é o **Contrato de Gestão** que se trata de:

[...] um acordo operacional (não um contrato, pois não há interesses diversos e opostos) pelo qual o Estado cede à entidade qualificada como Organização Social recursos orçamentários, bens públicos e servidores para que ela possa cumprir os objetivos sociais tidos por convenientes e oportunos à coletividade (CUNHA et al. 2011, p. 24).

Ainda há opção de realizar o **termo de parceria** que se trata de uma metodologia de relacionamento entre o Poder Público e as entidades qualificadas, como OSCIPs, no qual são armazenados os direitos e as obrigações de ambas as partes, pretendendo o fomento e a execução das atividades de interesse público descritas na Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

A recente Lei nº 13.204/2015 que altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 em seu art. 1º, informa que:

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2014).

Em seu art. 46, a referida lei cita que os serviços advocatícios e contábeis, entre outras despesas, poderão ser pagos com recursos das parcerias: “[...] II- diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija; III- custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria”.

3 ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES

Caro acadêmico, conforme demonstra a figura a seguir e já citado anteriormente, o Terceiro Setor é composto por Fundações e Associações. As demais “nomenclaturas”, como, por exemplo, as ONGs, são relativas à ideologia do Terceiro Setor.

FIGURA 3 - INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O TERCEIRO SETOR



FONTE: Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/ltarcia/terceiro-setor-e-comunicacao-estrategica>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

As fundações e associações são amparadas pela Lei 10.406, de 2002, que apresenta as características de cada uma, define seus objetivos e a maneira de obter os recursos e o estabelecimento dos bens e as normas para mudança no estatuto, assim como a forma de proceder no caso de diluição e desígnio do patrimônio ou das sobras. Recentemente, a lei acima citada sofreu alterações pela Lei nº 13.151, de 28 de julho de 2015.

Existem importantes diferenças jurídicas entre uma associação e fundação, observe o quadro a seguir:

QUADRO 2 - IMPORTANTES DIFERENÇAS JURÍDICAS

IMPORTANTES DIFERENÇAS JURÍDICAS	
ASSOCIAÇÃO	É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultado financeiro entre elas. Toda a renda proveniente de suas atividades deve ser revertida para os seus objetivos estatutários.
FUNDAÇÃO	É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma a partir da existência de um patrimônio destacado pelo seu instituidor, através de escritura pública ou testamento, para servir a um objetivo específico, voltado a causas de interesse público.

FONTE: Adaptado de Cunha et al. (2011, p. 9)

QUADRO 3 - QUADRO COMPARATIVO DAS DIFERENÇAS BÁSICAS

QUADRO COMPARATIVO DAS DIFERENÇAS BÁSICAS	
ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Constituída por pessoas.	Constituída por patrimônio, aprovado previamente pelo Ministério Público.
Pode (ou não) ter patrimônio inicial.	O patrimônio é condição para sua criação.
A finalidade é definida pelos associados.	I – assistência social; II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III – educação; IV – saúde; V – segurança alimentar e nutricional; VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; IX – atividades religiosas. Definida pelo instituidor.
A finalidade pode ser alterada.	A finalidade é perene.
Os associados deliberam livremente.	As regras para deliberações são definidas pelo instituidor e fiscalizadas pelo Ministério Público.
Registro e administração são mais simples.	Registro e administração são mais burocráticos.
Regida pelos artigos 44 a 61 do Código Civil	Regida pelos artigos 62 a 69 do Código Civil.
Criada por intermédio de decisão em assembleia, com transcrição em ou testamento. Todos os atos de criação, ata e elaboração de um estatuto.	Criada por intermédio de escritura pública ou testamento. Todos os atos de criação, ata e elaboração de um estatuto. Inclusive o estatuto, ficam condicionados à prévia aprovação do Ministério Público.

FONTE: Cunha et al. (2011, p. 10)

Segundo Lima e Freitag (2014, p. 35), “quando o patrimônio for insuficiente para a constituição da fundação, ele será incorporado a outra fundação com finalidades estatutárias iguais ou semelhantes – a não ser que o instituidor tenha disposto de outra forma no ato de instituição, por escritura pública ou testamento”.

Conforme Szazi (2000 apud LIMA; FREITAG, 2014, p. 35):

[...] a declaração de vontade do instituidor deve conter, de maneira clara e específica, os fins para os quais a fundação se destina. O esboço do estatuto e a indicação dos nomes dos primeiros dirigentes devem ser apresentados ao Ministério Público, que irá avaliá-los no prazo de quinze dias. Entretanto, caso a instituição tenha sido criada sob testamento, deve ser autorizada a lavratura da escritura definitiva de instituição ou fundação, em um cartório de notas de livre escolha do instituidor.

Sobre as associações:

[...] são regidas por um estatuto que deverá, necessariamente, definir a composição e o funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos. O órgão de deliberação máxima é a assembleia geral. Ela tem como competências privativas a destituição dos administradores e a alteração do estatuto, sabendo-se que, de acordo com a Lei n. 11.127/2005 será exigida a “deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecimento no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores” (BRASIL, 2005).

Ainda conforme Lima e Freitag (2014, p. 35), “O estatuto da **fundação** é bastante similar ao das associações e deve dispor sobre a administração, especificando quais órgãos farão parte da fundação, suas competências e como serão compostos”.

O objeto da fundação era restrito a terminações religiosas, morais, culturais ou de assistência, conforme previa o Código Civil. Entretanto, conforme consta no quadro acima, foi alterado pela Lei 13.151/2015 e passou a vigorar com a seguinte redação:

A fundação somente poderá constituir-se para fins de:

- I- assistência social;
- II- cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III- educação;
- IV- saúde;
- V- segurança alimentar e nutricional;
- VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII- pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- VIII- promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos;
- IX- atividades religiosas (BRASIL, 2015).

Após serem registrados os documentos no Cartório e contraída a dimensão legal, a entidade deverá concretizar os demais registros necessários ao seu funcionamento.

A Lei 13.151/2015 também trouxe outras mudanças, entre elas, veio consentir a remuneração dos dirigentes das fundações e associações assistenciais, desde que atuem na gestão executiva e que a remuneração respeite o limite máximo dos valores praticados na região de atuação. O valor deve ser estipulado pelo órgão superior da entidade e lavrado em ata e, no caso de fundação, providenciar a devida comunicação ao Ministério Público.



Acesse o *site* do Planalto: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13151.htm> e conheça na íntegra a Lei 13.151/2015.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você viu que:

- As organizações, sem fins lucrativos, juridicamente constituídas, demandam algumas certificações.
- Os Títulos, Certificados ou Qualificações possuem benefícios e implicações.
- O contrato, o convênio, o contrato de gestão e o termo de parceria são vantagens obtidas com os títulos, certificados e/ou qualificações.
- O Terceiro Setor Juridicamente é composto por Fundações e Associações.
- Há importantes diferenças jurídicas entre uma associação e uma fundação.
- A assembleia geral é o órgão deliberativo das associações. **Neste tópico, você viu que:**
- As organizações, sem fins lucrativos, juridicamente constituídas, demandam algumas certificações.
- Os Títulos, Certificados ou Qualificações possuem benefícios e implicações.
- O contrato, o convênio, o contrato de gestão e o termo de parceria são vantagens obtidas com os títulos, certificados e/ou qualificações.
- O Terceiro Setor Juridicamente é composto por Fundações e Associações.
- Há importantes diferenças jurídicas entre uma associação e uma fundação.
- A assembleia geral é o órgão deliberativo das associações.

AUTOATIVIDADE



Legalmente, as entidades sem fins lucrativos são reconhecidas como associações e fundações e estas podem requerer uma das três categorias (títulos, certificados e qualificações) que permitem certos benefícios, entretanto, para tê-los precisam preencher alguns requisitos exigidos legalmente. Diante deste contexto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () O Título de Utilidade Pública Federal possui como único requisito estar em funcionamento por pelo menos 3 anos.
- b) () O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é concedido a quem presta serviços exclusivos na área da Assistência Social.
- c) () As Fundações e as Associações que integram o Terceiro Setor possuem importantes diferenças jurídicas.
- d) () A Lei 13.151/2015 extinguiu a possibilidade de pagamento aos dirigentes, tanto das fundações como de associações.

TERCEIRO SETOR E A LEGITIMAÇÃO DAS CAUSAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento do Terceiro Setor, o Estado vem sendo beneficiado por ele, que colabora com ações que visam ao bem-estar coletivo. Neste tópico, veremos mais uma ação desenvolvida pelo Terceiro Setor: a assessoria aos movimentos sociais.

Desta forma, também conheceremos os principais movimentos sociais brasileiros, a história dos movimentos sociais e os direitos humanos.

FIGURA 4 - MOVIMENTOS SOCIAIS



FONTE: Disponível em: <<https://i.ytimg.com/vi/Gh9b7rx-Dn4/maxresdefault.jpg>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Os principais movimentos sociais no Brasil e algumas de suas características são:

- Movimento Operário
 - o Surgiu com a primeira Revolução Industrial.
 - o Exigia melhores condições de trabalho, esse movimento intensificou a luta entre a burguesia e o proletariado.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
 - o Surgiu da insatisfação das pessoas pelo modo como o governo militar distribuía as terras.
 - o Atualmente, tem como objetivo implantar a reforma agrária no país.
- Movimento Feminista
 - o Luta por direitos econômicos, sociais e culturais (direito à educação, à saúde e à proteção contra violência doméstica e sexual das mulheres).
- Movimento dos Homossexuais (LGBT - lésbicas, gays, bissexuais e transexuais)
 - o Marcado pela intolerância.

Luta a favor do reconhecimento da diversidade sexual.

Luta pelo fim da homofobia.

- Movimento Negro
 - o Afrodescendentes lutam para resolver os problemas da sociedade em que vivem.
 - o Vários movimentos negros fizeram história no Brasil, o mais antigo foi a Frente Negra Brasileira (FNB) - fundada em 1931.
 - o Os negros estão envolvidos por preconceitos e discriminações raciais que os marginalizam no meio social, no mercado de trabalho, no sistema educacional e nos meios político e cultural.

2 A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DIREITOS HUMANOS

Agora que você já viu alguns dos principais movimentos sociais, vamos percorrer a história para apreender o que de mais importante temos sobre os movimentos sociais e como eles se enlaçam aos direitos humanos.

Veremos que os conflitos são elementos que constituem os movimentos sociais. Esses movimentos são resultados da incapacidade do Estado de atender às reivindicações dos grupos sociais, ou seja, de prover os direitos constitucionais, entre eles os Direitos Humanos.

Conforme a sociedade vai se tornando mais heterogênea, mais grupos de movimentos sociais vão surgindo, pois, as reivindicações se multiplicaram.

FIGURA 5 – ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POR DIREITOS



FONTE: Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/batalha-de-ideias/52935-o-estado-brasileiro-contra-os-movimentos-sociais.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

Existem movimentos autônomos e movimentos que estão mais ligados a partidos, governos políticos e/ou políticas públicas.

Os movimentos sociais nascem para serem antagonistas da força vigente, ou seja, do conflito existente em uma determinada questão social. Os movimentos sociais possuem ideologias próprias, alguns são solidários entre si, mas, no geral, são fragmentados. Eles vêm a público no momento que há um clamor social. Segundo Sousa e Castro (2013, p. 1):

Os movimentos sociais se organizam dentro da ordem vigente e lutam contra essa ordem para forçar a classe detentora dos meios de produção a abrir mão de regalias, fazendo com que o Estado assegure direitos em prol da maioria, bem como a reelaboração de conceitos de direitos, tais como: trabalho; carga horária; contratos coletivos; melhores condições de vida; habitação; educação; saúde; lazer, entre outros.

As lutas dos movimentos sociais ocorrem tanto no meio urbano quanto no rural. Determinadas lutas são expressas pelos movimentos já mencionados, ou por outros, como, por exemplo, o Movimento dos Sem-Teto e o da Luta por Moradia. Ressalta-se que, a compreensão dessas lutas sociais é respaldada por Marx, através de seus escritos conhecidos como paradigma do materialismo histórico dialético, também conhecido como as ideias marxistas. Esse modelo contribui para entender não só como foi fundado e construído o sistema capitalista, mas também as relações adversas entre o Capital e o Trabalho, a construção das desigualdades sociais e a concentração da renda nas mãos de poucos (SOUSA; CASTRO, 2013).

[...] ao analisar as consequências do capitalismo mundial e a adoção do regime neoliberal pelo governo brasileiro, articula por meio das suas entidades nacionais e regionais [...]. Após intensos debates, resolvem reelaborar [...] o objetivo de atuar com mais efetividade na defesa dos direitos humanos e no compromisso com os movimentos sociais, em consonância com os interesses da classe trabalhadora e suas organizações sociais (SOUSA; CASTRO, 2013, p. 1).

Essa decisão tem contribuído com as organizações do Terceiro Setor na criação de associações, fortalecendo os movimentos sociais e a defesa intransigente dos direitos humanos, superando as questões sociais impostas pelo capital em direção à emancipação humana e na construção de uma sociedade democrática que assegure os direitos sociais.

Os movimentos sociais fazem parte da história de todos os povos, trazendo para o conjunto da sociedade uma nova noção de cidadania e de participação popular. É o movimento de multidões que questiona as instituições públicas e também privadas. Cada movimento social possui uma reivindicação específica. No entanto, todos destacam as contradições econômicas e sociais presentes na sociedade e lutam pela valorização dos direitos humanos. A ação dos movimentos sociais produz visibilidade às denúncias sobre problemas sociais e econômicos. Reivindicam uma nova sociedade e propõem alternativas de desenvolvimento social.

No Brasil, uma grande ascensão de movimentos sociais se deu na década de 70. O sindicalismo combativo, as comunidades de base, as pastorais sociais e o movimento estudantil emergem com força no cenário nacional. A luta buscava o fim da repressão e a restauração das liberdades democráticas.

Nos anos 80, foram criados a CUT, o MST e o PT. O povo brasileiro participou das grandes mobilizações de rua, da luta pelas diretas e a legalização dos partidos. Foi também nessa década que as organizações da sociedade civil se articularam para interferir na Constituinte. Os direitos trabalhistas, como o descanso remunerado, a licença-maternidade e o décimo terceiro salário, presentes na Constituição Brasileira, foram frutos da mobilização popular incentivada pelos movimentos sociais.

Na década de 90, o neoliberalismo privatizou empresas estatais, cortou gastos públicos em áreas como da saúde e da educação. O resultado foi o aumento do desemprego e a precarização do trabalho. As greves por melhorias de salário e as ocupações de terra são reprimidas, o movimento social é criminalizado e enfrenta forte repressão policial.

Os anos 2000 marcam a retomada das mobilizações populares com uma nova cara de protesto. Surgem os movimentos internacionais antiglobalização que impulsionam novas iniciativas, a luta pela democratização dos meios de comunicação, o debate sobre problemas ambientais e o desenvolvimento sustentável.

Os movimentos sociais expressam a vontade do povo em acabar com a desigualdade social, impulsionam a democracia, defendem a vida e a participação popular nas decisões, interferem na vida da sociedade e anunciam um novo mundo a ser construído.

Os movimentos sociais constituem expressões de organizações de pessoas e grupos sociais, que se articulam e lutam em conjunto por objetivos comuns. Em prol de assegurar direitos e/ou mudanças do *status quo* vigente, assim quando atingem seus objetivos, retornam ao cotidiano e/ou pela inserção na luta social e vão se organizar em partidos políticos, sindicatos, associações, entre outras organizações institucionais e formais (MELICCI, 1997, apud SOUSA; CASTRO, 2013, p. 3).

Já para Vieira (2004 apud SOUSA; CASTRO, 2013, p. 3):

A função dos movimentos sociais não é o exercício do poder, mas lutar pela delimitação e orientação da ação do poder estatal, para que esse cumpra as tarefas para as quais existe como instituição, que é responsável para gerir as necessidades objetivas dos cidadãos, devendo desempenhá-las a partir do interesse coletivo.

Assim, “[...] a luta política realizada por esses movimentos, [...], não é pela posse do poder ou da administração do Estado, pois essa função compete aos partidos políticos, mas ao resgate do verdadeiro sentido da soberania popular” (SOUSA; CASTRO, 2013, p. 3).

Segundo Gohn (2007), os Movimentos Sociais acontecem a partir dos seguintes **estágios**:

- **Inquietação:** sistemas de alerta, algumas inquietações surgem nesta etapa.
- **Excitação:** a causa da inquietação é identificada, surge um líder que organiza o grupo em benefício do movimento.
- **Formalização:** fase de organização para traçar plano de ação.
- **Institucionalização:** normas são estabelecidas para estruturar o movimento com o objetivo de durar infinitamente.

[...] os movimentos sociais, no Brasil, como no resto do subcontinente e no mundo, longe do questionamento teórico ao avanço do Capitalismo, buscavam, na prática, o acesso aos bens e serviços coletivos e à participação nos processos decisórios, enfim, a negação da exclusão sob todas as suas formas, a busca da universalização da cidadania burguesa (ROMÃO, 2010, p. 23).

Na contemporaneidade, os “Movimentos sociais de dimensões planetárias surgem no limiar do novo século, potencializando reivindicações que haviam emergido antes, mas que, somente com a tendência à formação de redes, puderam ganhar maior visibilidade [...]” (ROMÃO, 2010, p. 28).

Considerando que o Terceiro Setor tem compromisso com o coletivo na defesa dos direitos humanos, no interesse da classe trabalhadora, suas organizações e movimentos sociais, realiza também a tarefa de sustentação das análises críticas sobre o sistema capitalista. Assim, os movimentos sociais, uma vez instituídos, podem se organizar através de instituições do Terceiro Setor para reivindicar seus direitos.

Romão (2010, p. 30) afirma que o Terceiro Setor “é a solução para a luta organizada dos setores populares”. Segundo ele, “a fragilidade de alguns movimentos e a efemeridade de seus resultados levaram seus próprios militantes a rever os processos de sua mobilização e estruturação, caminhando para organizações mais permanentes [...]”.

Entretanto, há autores que defendem que as instituições do Terceiro Setor são órgãos do novo modelo capitalista de intervenção social, assim, instrumentos da acumulação do capital.



A leitura do artigo postado no *link*: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/download/2004/2044>> auxiliará na compreensão das mudanças ocorridas nos movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor. Você verá também como esses três organismos se entrelaçam.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você viu que:

- Os movimentos sociais são resultados da incapacidade de o Estado atender às reivindicações da sociedade.
- No Brasil, uma grande ascensão de movimentos sociais se deu na década de 70 e vem se reinventando até os dias atuais.
- Os movimentos sociais acontecem a partir de alguns estágios.
- O Terceiro Setor é uma ferramenta para a organização dos movimentos sociais.



A história nos mostra que os conflitos são meios que constituem os movimentos sociais, que são resultados da incapacidade de os governantes atenderem as reivindicações de grupos que lutam para que os direitos constitucionais, entre eles os Direitos Humanos, sejam providos. Assim, conforme a sociedade vai se tornando mais diversa, mais grupos de movimentos sociais vão surgindo. Sobre os principais movimentos sociais, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

- () Uma das reivindicações do Movimento dos Homossexuais (LGBT-lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) é o fim da homofobia.
- () O Movimento Negro luta pelo fim do preconceito e das discriminações que os marginalizam na sociedade.
- () O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na contemporaneidade, objetiva implantar a reforma agrária.
- () O Movimento Feminista luta para que a questão de gênero seja invertida, ou seja, para que as mulheres passem a ser superiores aos homens.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () V – F – V – F.
- b) () V – V – V – F.
- c) () V – F – F – F.
- d) () F – F – V – V.

○ CAPITALISMO E O TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NÃO LUCRATIVAS

1 INTRODUÇÃO

A economia capitalista, desde sempre, registra crises financeiras em todo o mundo. Assim, as expressões da questão social, resultado da dinâmica contraditória do sistema capitalista fazem parte da vida de milhões de homens e mulheres, da criança até o idoso que experimenta na pele a amargura e triste realidade do sistema. Fazendo uma abordagem mais aproximada, percebemos que foram as densas mudanças nas sociedades emergentes desde os anos 70 que desenharam o capitalismo que vivenciamos nos dias atuais. Este apresenta novos traços e processos incomuns, cujas mudanças estão vinculadas ao que chamaram de mundo do trabalho, estes também estão presentes no Terceiro Setor.

2 A CRISE DO CAPITAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS SOCIEDADES

Ao contrário do que pensava Marx, os novos pensadores não acreditam que a crise capitalista atual nos levará à superação da ordem burguesa vigente. O capitalismo sempre moverá a si mesmo, ou seja, as consequências do capital vigente são iguais, em seu cerne, às demais crises que ocorreram, muitas vezes, no passado. As crises são movimentadas pelo caráter conflitante do modelo desenvolvimentista do capitalismo, ou seja, ele consiste em potencializar o processo de acumulação de capital, mesmo que alterne entre períodos de crescimento, crise, auge, recessão e retomada.

FIGURA 6 – CONSEQUÊNCIAS DO CAPITALISMO



FONTE: Disponível em: <<http://www.professor.bio.br/historia/imagens/questoes/5871.jpg>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

A principal contradição se refere ao aumento da apropriação privada que fica à disposição dos proprietários de seus meios de produção e a produção social, ou seja, o pagamento recebido por quem detém somente a força de seu trabalho. A posse desordenada da produção fortalece e assenta o desenrolar das crises do capitalismo que se expressam na queda dos lucros e na superprodução das mercadorias produzidas. Algumas correntes apostam no neodesenvolvimentismo, mas Braz (2012, p. 470) afirma que:

O suposto neodesenvolvimentismo, quando comparado aos traços gerais das políticas desenvolvimentistas – que, de modo muito problemático e diferenciado, conhecemos ao longo do período 1930 e 1980 no Brasil através de algumas experiências implementadas –, está muito longe do modelo original.

Conforme certos especialistas:

A hipótese neodesenvolvimentista ‘se desmancha no ar’, e as razões são claríssimas, seja porque: a) apresenta taxas de crescimento bem mais modestas; b) confere importância menor ao mercado interno, isto é, ao consumo das massas trabalhadoras; c) dispõe de menor capacidade de distribuir renda; d) aceita a antiga divisão internacional do trabalho, promovendo uma reativação, em condições históricas novas, da função primário - exportador do capitalismo brasileiro; e) dirigida politicamente por uma fração burguesa, a qual denominamos burguesia interna, que perdeu toda a veleidade de agir como força anti-imperialista (BRAZ, 2012, p. 470).

Assim, podemos supor que afora às controvérsias que o assunto provoca, o neodesenvolvimentismo pode ser considerado o apoio aceitável, considerando o modelo capitalista neoliberal que temos. O neoliberalismo é reconhecido por atrapalhar o desenvolvimento e o crescimento financeiro. Assim, entende-se que o capitalismo que vivenciamos é uma travessa perigosa, pois, a maioria das pessoas não consegue usufruir dos bens que nele são produzidos. Portanto, o trabalho, a produção dos bens que são cúmplices do capital e seus representantes, não dão contentamentos aos que o fazem diariamente.

Procuram-se por meio da dita supremacia, em conformidade com os interesses grandiosos do capital que faz da conjuntura e dos governantes de vigília e os demais conhecedores dos fatos, desempenharem o poder para realizar o plano do capital, por meios políticos que assombram demasiadamente o futuro.

Desse modo, “diferentemente do que disseram os apologetas do capital, o pleno desenvolvimento da ordem burguesa não produziu igualdade. Pelo contrário, gerou mais desigualdades, tanto entre os países centrais e os da periferia, quanto no interior de cada nação [...]” (BRAZ, 2012, p. 473).

Os países de alta renda, onde vivem 16% da população, concentram 55% da produção mundial. Por outro lado, os países de renda baixa e média, que abrigam 84% da população mundial, respondem por 45% da produção global. Os dados relativos à renda são sempre insuficientes para dar conta da realidade social que caracteriza a relação produção/distribuição da riqueza no mundo capitalista. Mesmo assim, veja os seguintes números:

- Considerando-se os cerca de 47 mil dólares que expressam a renda dos mais ricos e os 2.300 dólares que cabem aos mais pobres, a renda *per capita* destes corresponde a apenas 5% da dos mais ricos.
- A renda *per capita* dos Estados Unidos é 4,2 vezes maior que a renda média mundial e 21 vezes maior do que a renda média da África Subsaariana (BRAZ, 2012, p. 473).

Esta questão é retratada na Figura 7.

FIGURA 7 - REPRESENTA A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL



FONTE: Disponível em: <<http://www.humorpolitico.com.br/charges-desigualdade-social/os-10-mais-ricos-concentram-42-da-renda-no-pais/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

Diante da acumulação do capital nas mãos de uma minoria, uma grande porcentagem da população mundial passa fome. Segundo Braz (2012, p. 474), “[...] 852 milhões sofrem fome crônica, enquanto [...], a produção de alimentos atual é capaz de alimentar 11 bilhões de pessoas, quase duas vezes a população mundial. Nota-se que de 1 bilhão de famintos, 75% estão no campo”.

Com relação à produção de sementes “cerca de 590 milhões para mais de 2 trilhões de toneladas métricas ao ano. Menos da metade dos grãos hoje é destinada à alimentação, enquanto a maior parte serve para fabricar rações animais, biocombustíveis e outros produtos industriais. O desperdício [...] beira cifras de 30 a 40%” (BRAZ, 2012, p. 474).

Não é um mal apenas dos países menos desenvolvidos do continente. Nos Estados Unidos, o nível de pobreza chegou o ano passado a 14,3%. Em nível mundial, de acordo com a ONU, há sete países que somam dois terços da pobreza e fome no mundo. Bangladesh, China, Índia, Indonésia, Paquistão, Congo e Etiópia. Na Europa, segundo a agência estatística europeia, há 84 milhões de pobres, 17% da população. 30% da população vive problemas crônicos com o consumo da água, e a ONU admite que até 2050 cerca de 60% terá graves dificuldades de acesso à água.

Na América Latina, segundo dados da ONU, 168 milhões vivem abaixo da faixa da pobreza, e os que vivem na pobreza extrema são aqueles com renda inferior a dois dólares diários, são hoje cerca de 85 milhões de latino-americanos.

No Brasil, segundo dados de Pochmann et al. (2005, p.11), identificou-se no contingente de 5 mil famílias (aproximadamente 0,01% da população brasileira), a conformação de um volume patrimonial equivalente a 42% de todo o PIB Brasileiro (BRAZ, 2012, p. 474).

Leia a frase apresentada na Figura 8 e pense a respeito.

FIGURA 8 – FRASE SOBRE RIQUEZA X POBREZA



FONTE: Disponível em: <<http://mensagens.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/1-181/mensagens-e-frases-sobre-riqueza-e-pobreza-3.jpg>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

O modo de produção no capitalismo gera riqueza que excede ao necessário para a sustentação de bilhões de pessoas existentes no mundo. Além do que para gerar a grande quantidade de produtos do mundo contemporâneo, a natureza passa a ser explorada absurdamente. Conforme dados que seguem: “Hoje aumentou extraordinariamente a extração mineral da natureza. Além da extração cada vez maior do petróleo e do minério de ferro, bases fundamentais das matérias-primas que servem às mercadorias capitalistas, [...]” (BRAZ, 2012, p. 475).

Diante do mapa ilustrado que demonstra a crise e suas consequências, fica o questionamento sobre em que consistem as possibilidades reais para a reversão da triste realidade? Vimos no tópico anterior que os Movimentos Sociais expressam a vontade do povo de acabar com a desigualdade social. Cabe aqui refletir se essa possibilidade é, ou não, real?

Estamos no sexto ano da atual década, ainda sofrendo arduamente os efeitos da crise provocada nos últimos anos da década anterior, ou seja, a crise brasileira que brotou em 2008 continua “levando consigo empregos, salários, direitos e trilhões de dólares. Seus desdobramentos ainda estão por se apurar, mas já há dados que mostram que sob os ângulos, as consequências sociais acometem brutalmente os trabalhadores em todo o mundo [...]” (BRAZ, 2012, p. 478).

A luta de classe já apresentou alguns ensaios, mas, de fato não há nada concreto que indique um projeto societário capaz de romper com o capital, mesmo que este seja sinônimo de repúdio. “Neste sentido, ainda é insuficiente o conhecimento sobre morfologia atual do proletariado (especialmente a análise de até aonde vai a ampliação do “trabalhador coletivo” da grande indústria, questão decisiva para pensar o sujeito da revolução), [...]” (BRAZ, 2012, p. 480).

Uma coisa é certa, enquanto as intempéries do capital se sobressaírem, haverá empenho por parte do trabalhador para resistir à apropriação privada que permanece embasando as relações de produção capitalistas.

Ao pensar as lutas de classes contemporâneas, alguns autores apresentam tendências como:

- a) o consenso em torno da constatação do declínio do movimento operário tradicional em todo o mundo e, em particular, na Europa Ocidental (observado por meio de vários indicadores, como diminuição de greves, das taxas de sindicalização etc.);
- b) conseqüentemente a essa constatação, o consenso em torno da ineficiência dos métodos e dos modelos de organização política adotados até então por tal movimento;
- c) a ideia de que as lutas sociais têm crescentemente extrapolado a esfera produtiva *stricto sensu*, configurando um relativo deslocamento das lutas sociais para a esfera da reprodução social;
- d) a noção de quem temos, desde os anos 1970, um crescimento indiscutível de “novos sujeitos” portadores de inúmeros interesses, configurando uma verdadeira explosão de novas particularidades sociais (BRAZ, 2012, p. 483).

Para autores que consideram amplamente a categoria trabalho, ao fazer uma análise sobre as lutas de classe, acreditam que “a centralidade do trabalho é o ponto de partida, ainda que não necessariamente seja a classe operária o sujeito revolucionário [...], trabalha-se com a centralidade da classe como universalizante dos seres sociais na sociedade capitalista, mesmo diante de [...] fragmentação contemporânea” (BRAZ, 2012, p. 484).

Uma coisa é certa, o capitalismo e o neoliberalismo estão aí, precisamos encontrar formas de enfrentamento de suas consequências, muitas vezes, avassaladoras.

FIGURA 9 – CARTEIRA DE TRABALHO



FONTE: Disponível em: <<http://msalx.veja.abril.com.br/2014/08/09/1444/pe6Cx/economia-trabalho-desemprego-carteira-20130527-80-original.jpeg?1402460937>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

3 O TRABALHO NO BRASIL E O TERCEIRO SETOR

Entre os variados problemas sociais que o Brasil enfrenta, o desemprego constitui-se como um dos maiores. A política de emprego está diretamente relacionada à delicada concepção que temos de Estado de Bem-Estar Social, ou seja, é submissa e dependente do capital de outros países. Os baixos salários pagos aos trabalhadores são resultado da herança do trabalho negro e escravista do Brasil, como também a perseguição política a lideranças de esquerda pelos mandos ditatoriais, que sempre evitaram o fortalecimento da organização por parte dos sindicatos. Assim, os salários pagos aos trabalhadores ficam muito aquém, fortalecendo a exploração da classe trabalhadora, que também não recebe suporte da legislação trabalhista e social, estas subordinadas ao desempenho econômico.

Resulta daí a ausência histórica de uma política social de proteção ao trabalhador, principalmente dos desempregados, e apenas um conjunto de leis que regulamentava o mercado de trabalho, primando pela necessidade de harmonizar os conflitos entre capital e trabalho. Um exemplo paradigmático foi o avanço das greves e a resposta do Estado em 1919, com a lei sobre acidentes de trabalho, responsabilizando empregadores e os vários níveis de governo pela indenização. Outra medida importante na tentativa de regulamentar as relações de trabalho nesse período foi a criação do aviso prévio de oito dias para as demissões, a proibição do pagamento de salários atrasados e de compensação de horas extras por outras formas que não a salarial, estabilidade no emprego para portuários e ferrovias e a proibição do trabalho para menores de catorze anos de idade (OLIVEIRA, 2012, p. 495).

Por muitos anos seguintes, “as principais medidas de proteção ao trabalhador no Brasil foram no sentido de controlar a força de trabalho com a inserção de marcos regulatórios corporativos e restritos a pequenos grupos. A inexistência de uma política passiva de proteção aos trabalhadores ampliou a pobreza [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 495). Assim, originou-se um mercado de estabilidade para além do cerne formal da economia e dos direitos sociais. Esse resultou em um demasiado grupo de pessoas fora do mercado de trabalho, aumentando assim a exclusão social no Brasil.

Somente na década de 1980 é que a política social vai ser alvo de mudanças mais profundas. O esgotamento do regime militar e a crise econômica que se instaurou no país revelaram a precariedade das condições de vida da população brasileira e reascendeu o debate por melhores serviços de infraestrutura e de inclusão nos programas sociais, possibilitando a emergência de movimentos sociais urbanos que clamavam por direitos sociais e pela redemocratização no país. Nesse período destaca-se a criação, em 1986, do seguro-desemprego e a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas. Essas foram as duas políticas ativas de emprego mais importantes dos anos de 1980 para a classe trabalhadora, segundo Pochmann (2008). A primeira porque passa a atender os desempregados do mercado formal, e a segunda por permitir maior ampliação do número de vagas no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2012, p. 498).

Nos anos seguintes, tímidas medidas regulatórias foram sendo tomadas nas relações trabalhistas, como, por exemplo, a diminuição da carga horária para quem trabalhava no terceiro turno, a licença-maternidade para 120 dias e a paternidade de cinco dias, adicional de 1/3 nas férias e 50% nas horas extras, entretanto, de acordo com Oliveira (2012, p. 498):

Nota-se, porém, que não havia uma preocupação sistemática em criar políticas passivas para atender aos desempregados, mas apenas marcos regulatórios para o trabalhador formal, ou seja, as medidas não abarcavam a classe trabalhadora como um todo, mas se voltavam mais uma vez para os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Diante do aumento do desemprego, acenavam com benefícios limitados que atendiam parcialmente aos trabalhadores demitidos.

Com a Constituição de 1988, as políticas sociais brasileiras avançaram, entre elas as referentes ao mundo do trabalho, pois situa o trabalho no rol dos direitos alienáveis que devem ser afiançados pelo Estado. Entretanto, nesse mesmo período, o mercado de trabalho vinha passando por transformações.

As mudanças no padrão de organização do trabalho em consonância com as políticas macroeconômicas de estabilização econômica impostas pelo FMI e demais organismos multilaterais delimitaram a intervenção do Estado, provocando um acirramento da questão social em suas variadas expressões. É sob esta perspectiva que as políticas de emprego passam a ser implementadas no governo FHC, ou seja, políticas que passam combater a crise do desemprego e, conseqüentemente, a fome e a miséria, mas com recursos reduzidos e com ênfase na individualização do problema, reforçando a histórica intervenção residual do Estado brasileiro na questão social (OLIVEIRA, 2012, p. 498).

Nos anos 2000, houve uma maior flexibilização na contratação. Ela foi justificada como medida para reduzir gastos e motivar mais emprego formal. Conforme as justificativas do empresariado, os gastos com as contratações dificultavam a contratação por parte das empresas. Buscando alternativas menos onerosas, novas estratégias foram estabelecidas pelo Estado, entre elas a criação de contratos temporários, estágios, cooperativas e associações de trabalho. Segundo Oliveira (2012, p. 500), “essas mudanças nas leis foram apresentadas pelo governo como medidas de políticas de emprego que, associadas aos programas de geração de renda, minimizariam os efeitos da flexibilização”.

Segundo Oliveira (2012, p. 503-504), entre as alternativas, podemos constatar que:

Em 2003, foi criado o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento considerado um instrumento importante no combate à pobreza e na promoção da inclusão social. O trabalhador é organizado de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela emancipação. Para dar visibilidade ao programa foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), incorporada ao TEM. Por meio de Organizações não Governamentais (ONGs), tem suas ações voltadas para a construção de projetos produtivos e coletivos e empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores e com propostas de autogestão, cooperativas de agricultura familiar, de prestação de serviços, entre outras.

“O lema é cooperar e produzir, enfatizando o dinamismo econômico e a eficiência produtiva. [...] percebe-se que a economia solidária não se distingue dos outros programas de geração de renda e emprego quando aposta no empreendedorismo e no cooperativismo [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 504).

Já para Netto (1996, p. 122 apud ALENCAR, 2009, p. 459), “quanto ao mercado de trabalho aberto no chamado “terceiro setor”, este está muito “longe de se constituir como um canal minimamente expressivo e estável de absorção de profissionais [...]”, dado que “apostar nas ONGs como saída profissional é desconhecer os graves riscos de pluriemprego”.

Para Serra (2000, p. 182 apud ALENCAR, 2009, p. 459):

[...] nestes espaços sócio-ocupacionais, tende a ser caracterizada pela precariedade das inserções empregatícias, predominando a flexibilização das relações contratuais, marcada pela rotatividade de emprego, multiplicidade dos vínculos de trabalho e níveis salariais reduzidos, jornada de trabalho de tempo parcial.

Segundo Netto (1996 apud ALENCAR, 2009, p.459), “configura-se uma processualidade que produz a fragmentação do mercado de trabalho que pode, inclusive, acarretar a desagregação profissional”.

Nesta mesma linha, Montañó (2002 apud ALENCAR, 2009, p. 459) acredita que “a crescente segmentação do mercado de trabalho estabelece uma diferenciação nas condições de trabalho nas instituições estatais e nas da iniciativa privada, alterando as atribuições e os papéis profissionais, efetivando numa direção conciliadora e/ou numa perspectiva doutrinadora”.

Para um pesquisador das ciências sociais que esteja atento ao mercado de trabalho, o surgimento do campo social que está sendo denominado de terceiro setor apresenta novidades muito interessantes. Quem tem algum contato com o universo das políticas públicas, com o mundo das fundações e institutos empresariais, das organizações não governamentais, dos projetos sociais [e ambientais], vai deparar-se com trajetórias e inserções profissionais incomuns em outros espaços sociais, como a de engenheiros e de biólogos que assumem a responsabilidade por políticas de relacionamento da empresa com a comunidade; de mecânicos que procuraram uma formação na área do serviço social [e gestão ambiental] para atuar no campo da filantropia empresarial; [da sustentabilidade ambiental]; de economistas, professores de educação física, médicos e profissionais de relações públicas que produzem dissertações voltadas para a análise de temáticas relacionadas com a ação social [e ambiental]; de cientistas sociais que buscam qualificação na área da administração; de psicólogos que atuam como consultores em projetos ambientais; de contadores, jornalistas, advogados, licenciados em história ou filosofia que buscam capacitação em cursos de formação em políticas públicas ou em gestão e avaliação de projetos sociais (MULLER et al., 2009, p. 282).

Segundo Muller et al. (2009, p. 284), “quem acessar os *sites* das organizações que fazem parte do chamado terceiro setor, vai se deparar com uma grande quantidade de anúncios que demandam por profissionais com formação superior, não importando a área [...]”.

Com relação ao tipo de cargo a ser ocupado no Terceiro Setor, Muller et al. (2009) apresentam os seguintes dados coletados entre os meses de março de 2004 a fevereiro de 2005: voluntários 11%, cargos de treinamento 15%, diretivos 22%, intermediários 10%, operacionais 2%, sem informação 37%, sem vínculo 3%. Diante da análise dos dados:

[...] ainda que 37% das ofertas de trabalho coletadas não especifiquem o cargo a ser ocupado na organização, 49% delas se referem a um cargo definido, sendo elevada a percentagem de ofertas de trabalho para cargos de diretivos (22%), isto é, cargos que exigem alto nível de qualificação, tal como gerente sênior, superintendente etc. Esses dados apontam para a existência de um grau relativamente elevado de estruturação e de hierarquização do trabalho nas organizações do campo do terceiro setor. Por outro lado, a análise do gráfico também mostra que as organizações que conformam esse campo estão se tornando um importante espaço de formação profissional, na medida em que 15% das ofertas buscam candidatos para cargos de treinamento, como os de estagiários, *trainees*, bolsistas etc. (MULLER et al. 2009, p. 289-290).

Analisando as informações, há de se considerar importante as que comprovam que, embora o trabalho voluntário seja muito valorizado, sendo que ocupam 11% das vagas, as instituições que operam no Terceiro Setor priorizam profissionais assalariados ou de prestadores de serviços, como é o caso de consultores, instituem vínculos contratuais com as organizações (MULLER et al., 2009).

No que pertence à função e à formação profissional, os dados demonstram que a demanda se apresenta conforme quadro a seguir:

QUADRO 4 - DEMANDA DE PROFISSIONAIS RELACIONADA A FORMAÇÃO E FUNÇÃO

FUNÇÃO	%	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	%
Gestão Social	24	Sem Especificação	24
Funções Administrativas	12	Outros	1
Educação e Serviço Social	16	Informática	2
Comunicação e Publicidade	10	Educação	8
Área Financeira	8	Comunicação e Publicidade	15
Área da Informática	6	Ciências Humanas	16
Área da Saúde	4	Ciências Exatas	2
Área da Cultura	1	Arte e Cultura	1
Área Ambiental	3	Área Financeira	8
Serviços Gerais	1	Área da Saúde	7
Sem Informação	12	Área Ambiental	6
Pesquisa Social	2	Administrativa	10
Outros	1		

FONTE: Adaptado de Muller et al. (2009)

Os dados demonstram como são complexas as organizações do Terceiro Setor. Com relação às funções, elas foram incorporadas na categoria de gestão social, o que representa 24% (as funções de analista de investimento social e de projetos, assessor de captação de recursos, entre outras semelhantes). As funções que pertencem às áreas administrativas e financeiras, da comunicação e da publicidade, da pesquisa social e de serviços gerais reúnem 33% dos dados. Esse elemento evidencia a existência de uma grande demanda por profissionais para desempenhar atividades consideradas medianas nas organizações do Terceiro Setor.

Constata-se, entretanto, alguns equívocos na pesquisa, como, por exemplo, o Serviço Social inserido na categoria função, sendo que o correto seria estar na categoria formação. Nesta, o Serviço Social não aparece individualmente, pois foram inseridas nas Ciências Humanas, o que representa 16% juntamente à formação em Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais, Serviço Social, Gestão Ambiental, Ciências Humanas, História, Direito e Relações Internacionais. Caso semelhante acontece quando se insere à função e à formação a “área da saúde”. Contudo, a pesquisa ainda se mostra de extrema relevância para o Terceiro Setor, pois consegue representar em que patamar este se encontra. Com relação às exigências citadas por Muller et al. (2009, p. 300):

[...] podem ser definidas como um conjunto de atribuições ou características requisitadas por instituições na contratação de seu pessoal. As exigências podem se referir a características de qualificação e de competência pessoal, bem como socioculturais e político-ideológicas. Qualificações são os conhecimentos que os profissionais possuem sobre determinada habilidade técnica ou método. As competências pessoais são aquelas aptidões subjetivas de cada indivíduo, como criatividade, inovação, talentos, virtude, facilidade com o trabalho em equipe, responsabilidade e capacidades “cognitivas” em compreender, antecipar e resolver problemas.

Conforme pesquisa realizada por Muller et al. (2009), as exigências do Terceiro Setor são em relação à: qualificação técnica (40%), sem informação (8%), características pessoais (4%), competência (19%), disponibilidade (15%), domínio de tecnologias sociais (7%), motivação e interesse (3%), nível de escolaridade (3%) e outros (1%).

Neste último tópico, buscamos levantar informações sobre o mundo do trabalho, em especial ao Terceiro Setor acerca da formação de um novo espaço profissional. Vimos que a possibilidade de ascensão profissional existe neste setor, contudo, em se tratando do Terceiro Setor é de fato importante que os espaços sejam ocupados por profissionais que não legitimem a lógica burguesa na sociedade, e sim, busquem através da efetivação de um projeto profissional crítico contrapor as implicações da questão social, por meio de ações que tendam à emancipação dos sujeitos em todos os níveis, ou seja, político, econômico, social, entre outros.

LEITURA COMPLEMENTAR

O TERCEIRO SETOR E O MERCADO DE TRABALHO

A universidade ainda forma um profissional para quantificar e o Terceiro Setor trabalha com uma lógica qualitativa. As ideias são do professor Carlos Roberto do Prado, docente do curso de Letras e Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, durante a VI Semana de Psicologia da USP, entre os dias 23 e 27 de outubro de 2000. Ele falou sobre os novos paradigmas da ação organizacional e das possibilidades de trabalho no terceiro setor quando abordou o tema “Desconstruindo a crise da subjetividade através de propostas educacionais: há possibilidades?”. A professora Ingrid Hötte Ambrogi, docente do curso de Pedagogia do Mackenzie, participou da mesa com a mesma temática. Suas considerações podem ser conferidas nesta seção do Educa Brasil.

O professor Prado iniciou sua fala dizendo que estamos vivendo novos paradigmas da ação organizacional, com influência direta no mercado de trabalho, principalmente do terceiro setor. “Perceber, compreender e adaptar-se a essas mudanças é o grande desafio que se apresenta a todos nós”. Ele entende que estamos sendo formados para gerir uma conjuntura que não existe mais.

Nesse contexto, as organizações (empresariais e outras) estão revendo suas estruturas e como consequência, garante Prado, surge dois mundos: um dos profissionais qualificados denominado mundo dos vínculos; outro das pessoas desqualificadas ou mundo dos não vínculos, ou seja, um cenário em que a educação e a formação são uma necessidade.

“O saber fazer é fundamental porque consegue adaptar-se em qualquer lugar, principalmente, quando se educa para a liberdade e para a cidadania, onde o sujeito passa a saber conviver, decidir com os outros e decidir para os outros”, argumentou. O professor explicou que as organizações, independentemente de suas estruturas de negócios, estão reconhecendo no desempenho de seus recursos humanos a diferença entre o sucesso e o fracasso, que reflete, de certa forma, o grau de investimento nesta área e como se busca um retorno na competição.

Um ponto fundamental nesse processo de transformação está na cidadania, que deixa de ter um caráter assistencialista para ajudar um sujeito frágil. Segundo o professor, abre-se espaço para um ser dotado de direitos, com propostas originais e inovadoras realizadas pela sociedade civil, como sindicatos, partidos políticos, igrejas e outras organizações.

Para explicar essas mudanças e compreender suas consequências, Prado fez algumas distinções dos principais setores atuantes da sociedade. O primeiro seria o estatal, com limitação na legislação. O segundo setor seria o das empresas privadas limitado pelo financeiro. E o terceiro setor é o limitado na cooperação e na troca. “Perde espaço o individual e ganha a coletividade”, enfatiza Prado.

O terceiro setor, explicou o professor, é composto por organizações sem fins lucrativos, criado e mantido pela ênfase na participação voluntária não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia, do mecenato, expandindo seu sentido para outros domínios graças à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. Essa concepção foi atribuída a Rubens Sérgio Fernandes.

“Esse caráter do terceiro setor é uma coisa inédita que está mudando a sociedade e não se define nem como empresa nem como governo; não deseja se submeter a essa lógica do mercado nem a essa lógica do governo que assume esse controle”, analisou o professor Carlos Roberto do Prado. E completou: “Eles buscam resgatar valores de solidariedade, de ética e atuam nesse segmento com uma outra lógica, que foge do mercado e do governo”.

No Brasil, as ONGs (Organizações não Governamentais), segundo Prado, vêm desde a época colonial do Brasil e eram muito ligadas à igreja e aos líderes religiosos, com um caráter assistencialista muito forte. Na década de 50, alguns grupos se organizam para a realização de pequenos projetos. Na década de 80, a mídia descobre as ONGs e começa a divulgar.

Em função dessa história, a preocupação com a estrutura organizacional foi deixada de lado. Prado explicou que as pessoas atuavam com uma proposta diferente, que não contemplava o desenvolvimento de profissionais. Com isso, torna-se necessário ter um olhar mais atento para a estrutura organizacional das ONGs e surge um problema: esse olhar é importado do primeiro e do segundo setor, com formação e técnicas específicas.

Sobre o profissional, diz Prado: “quando chega nas ONGs tem um grande impacto, porque a estrutura é outra, a preocupação também; e não tem como atuar daquela forma como foi treinado e preparado”. Segundo o professor, estamos diante de um novo paradigma e os profissionais, interessados nesse setor terão que reaprender.

Outra preocupação está na leitura dos resultados, também viciada pelo primeiro e segundo setores. Na visão de Prado, a lógica do terceiro setor é qualitativa, enquanto que a dos dois primeiros é quantitativa. Para ilustrar a situação, o professor falou sobre o sucesso na retirada de uma criança da prostituição infantil. “Não sei quantificar quanto isso custa, quanto deveria custar”, enfatizou. “A lógica passa a ser outra e o nosso treinamento da universidade é para estar quantificando”, completou.

Convivendo no mesmo ambiente, o primeiro setor desenvolve uma certa dinâmica; o segundo se flexibiliza na medida de sua necessidade, que é o lucro; e o terceiro começa a perceber a necessidade de mudar buscar novas formas de gestão. Entendendo os três setores dessa forma, Prado aponta o grande desafio para os profissionais: encontrar formas e práticas de atuação dentro do terceiro setor que não cesse o seu crescimento e desenvolvimento. “É muito comum verificar profissionais chegando com uma visão de primeiro e segundo setores e começam a querer implantar um modelo trazido da universidade e aí para o processo”, alertou.

A formação superior mereceu uma atenção especial do professor. Para ele, nas universidades, o currículo não está direcionado para o terceiro setor, formando exclusivamente para uma atuação no setor governamental ou privado.

Outra informação importante na fala do professor abordou o crescimento do mercado de trabalho no terceiro setor. Segundo Prado, foi aprovado, em março de 1999, a Lei 4690/98, que traz um artigo sobre a possibilidade de remuneração, com valores praticados no mercado, para os dirigentes das entidades. Até então era proibido o pagamento. Prado informou ainda que de cada dez novas frentes de trabalho abertas nos Estados Unidos, sete vagas estão no terceiro setor.

Apesar de apontar novas perspectivas para o mercado de trabalho, Prado lembrou da importância de se avaliar nossos interesses e nossas necessidades. Ele entende que o profissional descobre novas oportunidades quando é capaz de detectar ou solucionar problemas. E isso é possível fora da antiga estrutura organizacional. “Se vocês não quiserem mais trabalhar, escolham fazer aquilo que vocês gostam”, concluiu.

FONTE: MENEZES, Ebenezer Takuno de. O terceiro setor e o mercado de trabalho. **Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2000. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/o-terceiro-setor-e-o-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico, você viu que:

- A crise capitalista atual não nos levará à superação da ordem burguesa vigente, ou seja, a tomada do poder pelo proletariado como pensava Marx, pois, o capitalismo sempre moverá a si mesmo.
- O neodesenvolvimentismo pode ser considerado o apoio aceitável, considerando o modelo capitalista neoliberal que temos.
- O pleno desenvolvimento da ordem burguesa não produziu igualdade, ao contrário, gerou mais desigualdades, tanto entre os países centrais e os da periferia, quanto no interior de cada nação.
- A acumulação do capital nas mãos de uma minoria faz com que a maioria da população mundial passe fome.
- O modo de produção capitalista gera riquezas superiores ao necessário para a sustentação de bilhões de pessoas existentes no mundo. Para essa produção ocorrer, a natureza passa a ser explorada absurdamente.
- Ao fazer uma análise sobre as lutas de classes, vimos que a centralidade do trabalho é o ponto de partida, ainda que não necessariamente seja a classe operária o sujeito revolucionário.
- O desemprego constitui-se como um dos maiores problemas sociais que o Brasil enfrenta. Os baixos salários pagos aos trabalhadores são resultado da herança do trabalho negro e escravista. Essa realidade fortalece a exploração da classe trabalhadora, que também não recebe suporte da legislação trabalhista e social que é subordinada ao desempenho econômico.
- As principais medidas de proteção ao trabalhador no Brasil foram no sentido de controlar a força de trabalho com a inserção de marcos regulatórios corporativos e restritos a pequenos grupos.
- Nos últimos anos, houve uma maior flexibilização na contratação, que foi justificada como medida para reduzir gastos e motivar mais emprego formal. Conforme as justificativas do empresariado, os gastos com as contratações dificultavam a contratação por parte das empresas.
- Alguns autores acreditam que o trabalho no terceiro setor está muito longe de se constituir como um caminho expressivo e estável de absorção de profissionais, tentar considerar as ONGs como saída profissional é desconhecer graves riscos.



Quando nos debruçamos sobre a categoria trabalho, constatamos que nos anos 2000 houve uma maior flexibilização justificada pelo empresariado por via dos gastos com as contratações por parte das empresas. Ao buscar novas alternativas menos onerosas, novas estratégias foram estabelecidas, como cooperativas e associações, mas nem todos os estudiosos as julgam positivas. Sobre os diferentes pontos de vista referente às novas alternativas de trabalho, classifique as sentenças em V para as verdadeiras e F para as falsas:

- () Muitos acreditam nas Organizações não Governamentais (ONGs), pois suas atuações são voltadas para atividades produtivas e coletivas em empreendimentos populares solidários.
- () Há quem confie no objetivo de cooperar e produzir, ressaltando o dinamismo econômico e a eficiência produtiva dos programas de geração de renda.
- () Outros pensam que o mercado de trabalho no terceiro setor está muito bem longe de se constituir como uma via significativa e durável de absorção de profissionais.
- () A maioria aposta que as ONGs são a única saída para os profissionais alcançarem seus objetivos de ascensão na carreira.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () V – F – V – F.
- b) () V – V – V – F.
- c) () V – F – F – F.
- d) () V – F – V – V.

ASPECTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade, você será capaz:

- traçar um panorama histórico frente à responsabilidade social nos âmbitos internacional e nacional;
- abordar os principais conceitos de Responsabilidade Social trazidos pela literatura;
- refletir de modo crítico sobre as definições de RS mencionadas nesta unidade;
- descrever o papel das empresas (corporações) com relação à RS;
- apontar qual a função do consumidor cidadão e a sua importância na cobrança por uma postura socioambiental responsável por parte das empresas;
- delimitar os conceitos de voluntariado e voluntariado empresarial, além de conhecer os passos para uma empresa adentrar neste tipo de atividade ligada à Responsabilidade Social Empresarial (RSE);
- definir o termo marketing social dentro da perspectiva de benefício social, além de discutir de que forma as empresas se encaixam nesse contexto;
- conceituar a terminologia, os indicadores ambientais e conhecer os indicadores comumente citados na literatura: indicadores Ethos de sustentabilidade ambiental e social; Indicadores do Instituto Ibase; e os indicadores da Global Report Initiative (GRI);
- analisar as diferentes conceituações de Balanço Social, a regulamentação deste tipo de relatório nos contextos internacional e brasileiro;
- conhecer as principais normas certificáveis e não certificáveis relativas ao Balanço Social.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos. No final de cada um deles, você encontrará atividades que contribuirão para sua compreensão dos conteúdos explorados.

TÓPICO 1 – RESPONSABILIDADE SOCIAL: HISTÓRIA, EVOLUÇÃO E CONCEITOS

TÓPICO 2 – UMA NOVA VISÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA

TÓPICO 3 – LEGISLAÇÃO E INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL: HISTÓRIA, EVOLUÇÃO E CONCEITOS

1 INTRODUÇÃO

A definição de Responsabilidade Social (RS) pode ser compreendida, em primeiro momento, como um modelo ou ferramenta de gestão empresarial. Contudo, ultrapassa as teorias da administração, do meio político e da sociologia na sociedade contemporânea por gerar debates filosóficos e mudanças culturais.

O termo RS, constantemente mencionado nos meios de comunicação e no interior das empresas, pode assumir diversas formas, pois ainda existem dúvidas a respeito da sua definição e aplicação prática.

Ao iniciarmos nossos estudos, esperamos esclarecer algumas destas terminologias, além de apresentar modelos de implementação da RS, em especial, da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Passaremos agora ao estudo de aspectos introdutórios que envolvem a Responsabilidade Social (RS), seus aspectos históricos, evolução e conceitos. Vamos lá?

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: O CONTEXTO MUNDIAL

Existem registros de manifestações a favor da responsabilidade social, que datam do final do século XIX e início do século XX. Nos idos de 1899, remonta a primeira abordagem relacionada à responsabilidade social das grandes empresas. Naquela época, o empresário A. Carnigie, fundador do conglomerado U.S. Steel Corporation (Estados Unidos - EUA), aderiu a esse tipo de iniciativa através dos princípios da caridade e da custódia (ALENCASTRO, 2012).



Você conhece os princípios da caridade e da custódia? O princípio da caridade (filantropia) exigia que os atores sociais com maior quantidade de recursos financeiros ajudassem àqueles menos favorecidos. O princípio da custódia, fundamentado em preceitos bíblicos, exigia que as organizações e os indivíduos mais ricos se enxergassem enquanto guardiões que mantinham seus bens em custódia (guardando-os “em confiança”), visando ao benefício da sociedade como um todo (SILVA, 2006). Também era de responsabilidade dos mais ricos a multiplicação das riquezas da sociedade, aumentando a sua própria riqueza por meio de investimentos prudentes dos recursos financeiros sob sua tutela (ALENCASTRO, 2012).

Essa nova forma de enxergar o mundo administrativo foi impulsionada após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando se vislumbrou uma intensa colaboração entre indústria e comunidade, baseada na necessidade de reconstrução de muitos países. Na época, ocorreu um aumento no número de associações de indivíduos na sociedade, a exemplo dos sindicatos, igrejas e clubes políticos. Estes, além de objetivarem a melhoria das condições do trabalhador, desejavam a melhoria geral da sociedade (ORCHIS; YUNG; MORALES, 2000 apud BENEDICTO; RODRIGUES; PENIDO, 2008).

Já o termo “responsabilidade social” foi redigido pela primeira vez em um manifesto de 120 empresários da indústria inglesa. No documento, consta sobre a responsabilidade dos dirigentes industriais em manter um equilíbrio justo entre os interesses dos diversos atores sociais, sejam eles consumidores, funcionários, acionistas, entre outros (BENEDICTO; RODRIGUES; PENIDO, 2008). No entanto, as primeiras manifestações que defendiam esta causa surgiram nos primórdios do século XX, com os americanos Charlies Eliot (1906), Hakley (1907) e John Clark (1916), e em 1923 com o inglês Oliver Sheldon (OLIVEIRA, 2000 apud BENEDICTO; RODRIGUES; PENIDO, 2008).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, os países aliados efetuaram a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como finalidade a contribuição para a construção de um planeta com justiça social, garantia dos direitos humanos e melhoria da qualidade de vida da sociedade (ONUBR, 2016). Estes objetivos coincidiam com aqueles desejados por diversos atores sociais, posteriormente à Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, somente a partir da década de 1960, nos EUA, e no início da década de 1970, na Europa, que o movimento da responsabilidade social começou a ganhar força (TORRES, 2003 apud ALENCASTRO, 2012).

Nos EUA, no período de ocorrência da guerra do Vietnã (1959-1975), a sociedade condenou o uso de armamentos produzidos por corporações norte-americanas, os quais eram prejudiciais ao meio ambiente e à espécie humana. Na época do conflito, denúncias contra as práticas de certas empresas envolvidas e interessadas na continuidade da guerra, dado o lucro astronômico obtido com a comercialização de armamentos e armas químicas, acabaram por despertar a vigilância da sociedade com relação a estas corporações (KARKOTLI; ARAGÃO, 2004 apud ALENCASTRO, 2012).



Entre os anos de 1961 e 1971, foram despejados aproximadamente 80 milhões de litros de herbicidas e desfolhantes sobre o Vietnã do Sul. O objetivo era a destruição das culturas agrícolas do inimigo, além de dizimar as florestas em que se escondiam os vietcongues e o Exército do Vietnã do Norte. Dentre estas substâncias, a mais empregada foi o agente laranja, que apresenta na sua composição a dioxina, uma substância cancerígena (CARTA CAPITAL, 2015).

Ainda nesta época, houve o fortalecimento do movimento sindicalista e estudantil na Europa. Cabe salientar que, durante as décadas de 1960 e 1970, esses movimentos foram de grande efervescência cultural e social no mundo. Surge, então, um movimento de “contracultura”, em que se questionava de forma mais incisiva os valores da sociedade industrial capitalista, o que exigiu intensas transformações políticas, culturais e comportamentais (TORRES, 2003 apud ALENCASTRO, 2012). Movimentos sociais surgidos na época (ambientalistas, organizações de direitos humanos, entre outros) originaram um forte movimento de denúncias e boicotes às corporações que estavam envolvidas direta ou indiretamente com a guerra. Esses boicotes e denúncias foram cruciais para que se iniciasse uma mudança na prática e na cultura empresarial norte-americana, além das outras nações do globo (TORRES, 2003 apud ALENCASTRO, 2012).



Foi a partir das décadas de 1960 e 1970 que os movimentos ambientalistas se multiplicaram em todo o planeta, inclusive no Brasil (este tema será abordado com maior detalhamento na Unidade 3 de nosso Caderno de Estudos). O mais importante agora é que você compreenda que as questões ambientais e sociais jamais podem ser dissociadas! Daí o termo bastante empregado na literatura: Questões Socioambientais.

Essa mudança, ou alteração de contrato, constava no relatório Social *Responsibilities of Business Corporation Report* (Relatório das Responsabilidades Sociais nas Corporações), redigido pelo *Committee for Economic Development* (Comitê para o Desenvolvimento Econômico), entidade constituída pelos administradores de empresas e educadores (CARROL, 1999 apud BERTONCELLO; JÚNIOR, 2007).

Os negócios estão sendo chamados para assumir responsabilidades amplas para a sociedade como nunca antes e para servir a uma ampla variação de valores humanos (qualidade de vida além de quantidade de produtos e serviços). Os negócios existem para servir à sociedade; seu futuro dependerá da qualidade da gestão em responder às mudanças de expectativas do público (CARROLL, 1999, p. 6).

Carrol propôs, no ano de 1979, um significado mais amplo para o conceito de responsabilidade social: estabeleceu um modelo conceitual que engloba diversas responsabilidades das empresas junto à sociedade, além de elucidar os integrantes da responsabilidade social empresarial, que transpõem a finalidade de gerar lucros e atender à legislação.

Ainda na década de 1970, a entrada das empresas no meio das ações de responsabilidade social foi impulsionada pela crise do *Welfare State* (Estado do Bem-estar). Além disso, a crise financeira e o aumento do desemprego que atingiram a Europa na década de 1980 também corroboraram para que as corporações privadas começassem a ser valorizadas por sua capacidade de proteger os níveis de emprego numa sociedade que passa por crise (TORRES, 2003 apud ALENCASTRO, 2012).



Acadêmico, é importante atentar para o significado do termo *Welfare State* ou Estado do Bem-estar, que pode ser compreendido como um agregado de serviços e benefícios sociais de alcance universal, proporcionados pelo Estado com a função de garantir certa harmonia entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais. Desse modo, busca-se suprir a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos sujeitos de forma a proporcionar uma base mínima de bens materiais e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos nocivos de uma economia de produção capitalista desenvolvida e excludente (GOMES, 2006). Será que estes objetivos foram atendidos? Lembre-se desta questão ao abordarmos o novo paradigma da sustentabilidade na Unidade 3.

Agora, passemos aos estudos referentes ao histórico da Responsabilidade Social no Brasil. Sigamos em frente e bons estudos!

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: O CONTEXTO BRASILEIRO

Apesar da forte presença do Estado, o Brasil apresenta-se, na maioria das vezes, ineficiente na execução de certos objetivos sociais e na universalização do acesso a direitos socioambientais (saúde, educação, segurança pública, tratamento de esgoto, entre outros), o que abre espaço ao setor privado para que este assuma a responsabilidade (AVSI, 2011). Assim, ao explanarmos o histórico da responsabilidade social no país, iremos trabalhar constantemente com as questões envolvendo o setor empresarial.

No ano de 1965 foi publicada a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão”, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE Brasil). No referido documento já era empregado o termo responsabilidade social das empresas (TORRES, 2003). No entanto, somente ao final da década de 1980, um grupo pequeno de corporações que atuavam no país, passou a impulsionar e a institucionalizar o discurso frente às questões socioambientais, efetuando, inclusive, em diversas escalas e ações sociais concretas (TORRES, 2003).

Em 1982, com os objetivos de reconhecer, divulgar e motivar esforços de empresas privadas em prol de comunidades com as quais interagem, a Câmara Americana de Comércio de São Paulo cria o Prêmio ECO – Empresa – Comunidade (PFEIFFER, 2001).

Até 1995, o Prêmio ECO difundia a ideia de que a “cidadania empresarial” - comportamento empresarial caracterizado (i) pela obediência aos princípios éticos, (ii) pelo respeito às leis vigentes, (iii) pela participação efetiva, de maneira transparente, responsável e legal em todos os processos sociais, políticos e econômicos, (iv) pela contribuição para a alavancagem da cidadania dos indivíduos - é fundamental para a realização de bons negócios, a prosperidade geral do país, a consolidação do capitalismo moderno ou da economia do mercado (PFEIFFER, 2001, p. 6).

Podemos destacar também o estabelecimento da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que pode ser considerada um importante marco em relação à garantia dos direitos sociais de educação, saúde, habitação, transporte e lazer ao cidadão brasileiro e à participação popular na gestão pública. A partir da publicação de nossa Carta Magna, mesmo que de maneira não muito expressiva, a sociedade e as organizações despertaram ao exercício dos direitos e deveres do cidadão em uma sociedade democrática (AMORIM, 2009).

Inclusive, a partir da CF/88, as empresas modificaram suas atitudes em relação aos trabalhadores, direitos do consumidor e direito ambiental. Na comunidade empresarial, os administradores passaram a apresentar a função ética de respeitar os direitos e promover o bem entre os agentes influenciados pelas corporações que gerenciam (NEJAIM, 2009 apud AMORIM, 2009).

Na época, a campanha contra a fome e a miséria, a fundação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), iniciativas do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), além da criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social em 1998, por um conjunto de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, foram importantes impulsionadores da responsabilidade social no Brasil (ALENCASTRO, 2012).

Durante a década de 1990, algumas empresas passaram a divulgar periodicamente, nos denominados relatórios ou balanços sociais anuais, suas iniciativas concretas efetuadas com relação à comunidade, ao seu entorno, ao meio ambiente e ao seu próprio conjunto de colaboradores. Primeiramente, esse processo deu-se na forma de documentos internos e, num segundo momento, pelos meios de comunicação e da divulgação do próprio *marketing* empresarial (TORRES, 2003).

Inclusive, o balanço social da Nitrofertil, empresa estatal localizada no estado da Bahia, efetuado em 1984, é considerado o primeiro documento nacional do gênero, que assume a denominação de Balanço Social (BS). Nesse mesmo período, estava em curso a realização do BS do Sistema Telebrás, publicado em meados da mesma década. No ano de 1992, o Banespa também publica seu BS, consolidando a listagem das empresas precursoras em BS no Brasil (IBASE, 2016).

A década de 1990 foi a época que marcou o período do surgimento e da consolidação de organizações que se institucionalizaram para promover o tema da responsabilidade social empresarial. Pôde-se observar que o amadurecimento da ideia de “responsabilidade social empresarial” e da necessidade de realização e publicação de BS anual na cultura das empresas brasileiras sofreu variadas influências nos âmbitos nacional e internacional (IBASE, 2016).

Já no século XXI, em 2005, o tema da sustentabilidade é incorporado ao Prêmio ECO, onde este passa a ser realizado em duas modalidades: Gerenciamento Empresarial para a Sustentabilidade (GES) e Práticas de Responsabilidade Social Empresarial (PRSE). Na primeira, avalia-se o grau de comprometimento da governança, da gestão e da operação da corporação com o desenvolvimento sustentável. Já na segunda, mensuram-se as iniciativas empresariais direcionadas ao público interno, ao meio ambiente, aos fornecedores, aos consumidores, aos clientes e à comunidade (CATÁLOGO DO PRÊMIO ECO, 2008 apud PFEIFFER, 2016).

No ano de 2009, o Prêmio é direcionado para a distinção e o reconhecimento das melhores práticas de gestão empresarial sustentável no Brasil; práticas que contribuam, de forma exemplar, e de forma simultânea, para o sucesso econômico da empresa, para a construção de uma sociedade mais justa e próspera e para a preservação/conservação do meio ambiente no país (REGULAMENTO DO PRÊMIO ECO, 2009 apud PFEIFFER, 2016).

Em 2011, a premiação foi ampliada novamente, tendo como tema central: Estratégia, Liderança e Inovação. Como objetivo, procurou-se identificar *cases* (casos) empresariais gerados a partir de novas ideias, novos conceitos e novas formas de fazer negócios. A partir deste contexto surgiram as modalidades ELIS (Estratégia, Liderança e Inovação para a Sustentabilidade) e Práticas de Sustentabilidade. Já nos anos subsequentes, as premiações seguiram basicamente as diretrizes de 2011, e em 2015, o Prêmio ECO completou 33 anos de existência (PRÊMIO ECO, 2016).



Caro acadêmico, caso você tenha curiosidade em conhecer as práticas das empresas ganhadoras do Prêmio ECO, estas estão relacionadas no *site* como banco de práticas. As informações podem ser acessadas por meio do endereço eletrônico: <<http://www.premioeco.com.br/banco>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

4 CONCEITOS REFERENTES À RESPONSABILIDADE SOCIAL

Agora que traçamos um panorama histórico referente à responsabilidade social internacional e nacional, estudaremos alguns conceitos sobre o tema.

O termo responsabilidade social é descrito por inúmeros autores de diferentes áreas de formação, como nas Ciências Sociais, na Economia, na Administração e no *Marketing*. Desta forma, cada autor apresenta uma interpretação diferente e particular em relação a sua atuação profissional (REIS; MEDEIROS, 2011).

Ashley et al. (2005, p. 5) apontam essa questão ao mencionar a diferença do significado da RS.

Para alguns, ela representa a ideia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comportamento responsável no sentido ético; para outros, ainda, o significado transmitido é o de 'responsável por', num modo causal. Muitos, simplesmente, equiparam-na a uma contribuição caridosa; outros tomam-na pelo sentido de socialmente consciente.

Podemos, então, atribuir uma primeira definição da responsabilidade social a partir da compreensão filosófica das palavras responsabilidade e social. Ao compreender estas duas palavras, será possível construir um entendimento mais amplo sobre o tema no decorrer da apresentação das definições.

No dicionário Michaelis (2016), o termo responsabilidade apresenta diversos significados, a saber: qualidade de quem é responsável; obrigatoriedade de responder pelos próprios atos ou por aqueles praticados por algum subordinado; obrigação moral, jurídica ou profissional de responder pelos próprios atos, relacionados ao cumprimento de determinadas leis, atribuições ou funções; dever imposto por lei de reparar os danos causados a outrem.

Responsabilidade no campo filosófico, conforme Vidigal (2000, p. 148 apud REIS; MEDEIROS, 2011, p. 9), “é a expressão moral da personalidade consciente e livre. O indivíduo pode assumir seus atos, reconhecendo-se como autor deles, sejam estes positivos ou negativos”. Ou seja, ao refletirmos sobre esta definição, podemos aferir uma atitude livre de um indivíduo ao agir e ao assumir as consequências de uma determinada ação. O sujeito, já antevendo as consequências de determinada ação ou ato, apresenta a livre escolha de evitá-la, sendo que o emprego do termo responsabilidade não somente se refere ao comportamento individual, mas foi utilizado na política em expressões como governo responsável ou responsabilidade dos governos (ABRAGNANO, 1998 apud REIS; MEDEIROS, 2011).

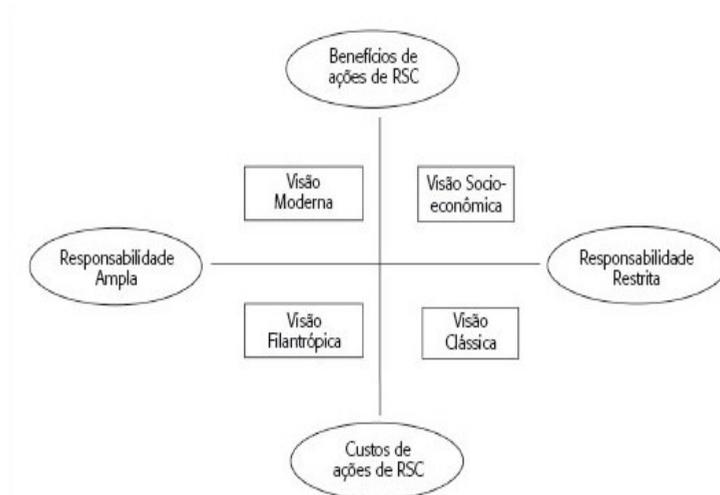
O termo social, na filosofia, é “que pertence à sociedade ou tem em vista as suas estruturas ou condições. Nesse sentido, fala-se em ‘ação social’, ‘movimento social’ ou ‘questão social’ etc.” (ABRAGNANO, 1998, p. 912 apud REIS; MEDEIROS, 2011, p. 12). Portanto, a compreensão filosófica da responsabilidade social é tida como a responsabilidade individual e de livre escolha pela realização ou não de um ato, em função de antever as consequências sociais que poderão ocorrer. Contudo, uma vez efetuado este ato/ação deve ser assumido por quem o realizou (REIS; MEDEIROS, 2011).

Os autores Quazi e O’Brien (2000) apontam a existência de duas correntes da RS:

- **Responsabilidade ampla:** compreende as atividades de negócios que ultrapassam as responsabilidades clássicas da corporação. Esta ainda se divide em dois tipos de visão: a visão moderna, que acredita na perspectiva de longo prazo, ou seja, que as ações de RS trazem benefícios para a empresa; e a visão filantrópica, na qual compreende que as ações de RS devem ser realizadas mesmo que não resultem em benefícios financeiros à corporação.
- **Responsabilidade estreita:** a função da empresa trata-se de maximizar os lucros para o acionista. Esta também se desdobra em duas visões: a visão socioeconômica, cuja função da empresa é a maximização do valor para o acionista, mas que as ações de RS podem auxiliar nessa geração de valor; e a visão clássica, em que as iniciativas de RS não agregam valor para a empresa e, com isso, não devem ser executadas.

Para uma compreensão mais ampla sobre as correntes da RS, o autor Albuquerque (2009), baseado no Modelo Bidimensional dos autores Quazi e O'Brien (2000), propõe uma síntese a partir das visões apresentadas. Este modelo pode ser observado na figura 10.

FIGURA 10 – MODELO BIDIMENSIONAL DE RSC



FONTE: Albuquerque (2009)

Carrol (1979) definiu outro modelo, o tridimensional de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Este modelo apresenta as dimensões econômica, legal, ética e discricionária. Posteriormente, estas dimensões foram reelaboradas, em 1991, na forma de pirâmide. Na pirâmide, a filosofia da RS seria então reativa, defensiva, acomodada e proativa. O referido modelo, apresentado na figura a seguir, é tido como ferramenta explicativa fundamental acerca do tema.

FIGURA 11 – PIRÂMIDE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC)



FONTE: Carrol (1979)

A partir de seu modelo, Carrol (1991) tece o comentário de que a RSC para ser aceita enquanto legítima por administradores de negócios, deve abordar um conjunto de deveres que a empresa tem para com a sociedade. A RSC global das corporações abarca o cumprimento das responsabilidades econômica, legal, ética e filantrópica. Em outros termos, a empresa socialmente responsável deve realizar esforços para obter lucro, obedecer à legislação, seguir princípios éticos, além de ser uma boa cidadã corporativa (CARROL, 1991).



Você pôde notar que a palavra ética foi citada algumas vezes em nosso texto. Qual o significado desta palavra? Ética vem do grego *ethos*, que significa maneira de ser. Trata-se de uma parte da filosofia que procura explicar, teoricamente, as condutas certas ou erradas no comportamento humano (DUARTE; DIAS, 1986).

Sob o ponto de vista clássico da RS, seu maior defensor foi o economista Milton Friedman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia no ano de 1976. Segundo Friedman, a responsabilidade primária de uma empresa consiste em conduzir os negócios com o objetivo de proteger os interesses dos acionistas, ou seja, obter um lucro financeiro. Deste modo, entende-se que a visão clássica preconiza o aspecto de que a responsabilidade de uma empresa reside no compromisso com os acionistas (lucro), trabalhadores (salário), governo (impostos) e comunidade (ações filantrópicas pontuais) (ALENCASTRO, 2012).

A visão de Friedman aponta que, qualquer atitude diferente dessas citadas se configuraria em uma violação das obrigações morais, legais e institucionais da corporação, afinal, já existem outras organizações sociais (governo, igrejas, sindicatos e organizações sem fins lucrativos) habilitadas para a realização destas ações. Entende-se assim, que gestores de grandes empresas não apresentariam as competências técnicas e o tempo necessários para tais atividades, o que poderia comprometer o lucro dos acionistas (ASHLEY; CARDOSO, 2002 apud ALENCASTRO, 2012).

A respeito de um posicionamento diferenciado, este defende que a responsabilidade administrativa ultrapassa os limites da obtenção de lucros, incluindo a proteção e o melhoramento do bem-estar social. Dentro deste foco, para o economista Paul Samuelson, “a Responsabilidade Social Empresarial é a capacidade desenvolvida pelas organizações de ouvir, compreender e satisfazer expectativas/interesses legítimos de seus diversos públicos” (GUIMARÃES, 1984, p. 2016). Do ponto de vista empresarial, a RS pode ser conceituada da seguinte maneira:

[...] como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, ou a alguma comunidade, agindo proativa e coerentemente no que tange ao seu papel específico na sociedade e sua prestação de contas para com ela (ASHLEY, 2005, p. 5).

O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development – WBCSD*), define a RS como “comprometimento contínuo com negócios que contribuam com o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida dos empregados, de suas famílias, além da comunidade e sociedade em geral” (WBCSD, 2016, p. 3, tradução nossa).

A definição de RS adotada pelo Instituto Ethos segue a mesma linha do conceito trazido pelo WBCSD, a saber:

A atuação cidadã, e responsável da organização, deve considerar o seu envolvimento e os impactos de suas atividades sobre todos aqueles com os quais ela se relaciona: funcionários e suas famílias, clientes, fornecedores, o governo e a comunidade do entorno, entre muitos outros *stakeholders* (partes interessadas). A adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito a seus objetivos e compromissos fortalece a legitimidade social de suas atividades (INSTITUTO ETHOS, 2016, grifos nossos).



Stakeholder é uma terminologia utilizada para definir o grupo de indivíduos que pode afetar ou ser afetado por uma organização ao realizar seus objetivos, ou seja, são todos os afetados e que apresentam direitos e expectativas legítimos a respeito das atividades da empresa. Isso inclui colaboradores, consumidores, fornecedores, além da comunidade e da sociedade em geral (ALENCASTRO, 2012).

A seguir é apresentada uma figura ilustrativa que exemplifica a definição de *stakeholder*.

FIGURA 12 – FLUXOGRAMA ILUSTRATIVO DE *STAKEHOLDERS*

FONTE: Disponível em: <www.portal-administracao.com>. Acesso em: 2 jul. 2016.

Um conceito similar às terminologias apresentadas anteriormente, por Ashley (2005); WBCSD (2016) e Instituto Ethos (2016) é trazido pela norma ISO 26000, pois esta define a RSE enquanto:

A responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas (INMETRO, 2016).



A norma ISO 26000 é um documento internacional publicado no ano de 2010 e trata das Diretrizes sobre Responsabilidade Social (INMETRO, 2016).

A partir dos conceitos apresentados, podemos verificar que não é uma tarefa fácil definir um conceito, tanto para a RS de forma generalizada, quanto para a RSE. Contudo, é importante frisar que, de acordo com Dahlsrud (2008), as definições de RSE descrevem um fenômeno, porém falham em apontar orientações da maneira como serão gerenciados os desafios deste fenômeno. O grande desafio, para o autor, dá-se em compreender de que forma a RSE deve ser construída em um contexto específico.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, vimos que:

- A origem da Responsabilidade Social está intimamente ligada aos acontecimentos históricos ocorridos na humanidade, relacionados às questões socioeconômicas.
- O termo RS foi inicialmente empregado nos EUA e na Europa. No Brasil, somente no final da década de 1980 um pequeno grupo de empresas que atuava no país passou a aderir e impulsionar o discurso com relação às questões socioambientais, além de efetuar ações concretas de RS.
- Na década de 1980, mais especificamente em 1984, é publicado o primeiro balanço social (BS) no Brasil, sendo considerado o primeiro relatório nacional do gênero a apresentar o nome de BS.
- Ao analisar a literatura disponível, podemos encontrar diversas definições de RS, o que dificulta a sua compreensão e aplicação efetiva.

AUTOATIVIDADE



- 1 As primeiras abordagens relacionadas à RS remontam ao final do século XIX. Na época, A. Carnige, empresário norte-americano adotou este tipo de iniciativa por meio dos princípios da caridade e da custódia. Diferencie estes dois princípios.

Resposta _____

- 2 O entendimento da história relativa à RS é importante para que se possa compreender a evolução e a influência desta questão na sociedade. Construa uma tabela apresentando os principais acontecimentos relativos à RS no Brasil e no mundo.

Histórico da Responsabilidade Social	
Mundo	Brasil

3 De acordo com os autores Quazi e O'Brien (2000), existem dois eixos de classificação para a Responsabilidade Social Corporativa, a responsabilidade ampla (RA) e a responsabilidade estreita (RE). Sobre elas, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

- () Na visão moderna da RA, acredita-se que, a longo prazo, as iniciativas de RS não trazem benefícios às empresas.
- () Na abordagem estreita da RS, a empresa tem como objetivo a multiplicação dos ganhos financeiros aos acionistas.
- () A perspectiva socioeconômica da RE preconiza que as ações de RS podem agregar valor financeiro aos acionistas.
- () Na visão filantrópica da RA, as ações de RS devem ser executadas mesmo que não resultem em benefícios financeiros à empresa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () F – V – V – V.
- () V – F – F – F.
- () V – V – F – F.
- () F – V – V – F.

UMA NOVA VISÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as empresas devem realizar investimentos permanentes no relacionamento com todos os seus públicos (clientes, funcionários, governo, órgãos de defesa do meio ambiente, comunidade, entre outros). Dentro desta questão, o envolvimento empresarial com projetos e programas sociais comunitários tem crescido substancialmente, com a participação de seus colaboradores, o que denominamos de voluntariado empresarial.

Entretanto, não podemos esquecer o papel do consumidor, pois é ele que, através de seus hábitos de consumo, dentro de uma perspectiva cidadã, pode intervir e cobrar uma postura ética e responsável por parte das empresas, poder público e até de outros consumidores.

Outro aspecto importante que trataremos neste tópico diz respeito ao chamado marketing social. Sua finalidade principal é a de fomentar uma melhoria social, por meio de campanhas que despertem a consciência das pessoas e modifique seu comportamento de forma que toda a sociedade seja beneficiada.

O papel das empresas frente ao *marketing* social é bastante questionado, dada à própria natureza deste tipo de atividade, a natureza econômica. Contudo, pretendemos apresentar algumas discussões frente ao tema, de modo a não trazer respostas prontas, mas de gerar ainda mais dúvidas e debates.

Sigamos em frente e bons estudos!

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SOCIEDADE: O PAPEL DAS EMPRESAS

No decorrer dos séculos, as empresas têm sido responsáveis por produzir bens e serviços de modo a atender às necessidades sociais. Posteriormente à Revolução Industrial, com o crescente desenvolvimento tecnológico, o crescimento econômico das nações foi acelerado. Estas mudanças exerceram influência direta sobre os processos produtivos e, conseqüentemente, nas relações de trabalho e meio ambiente (CORRÊA, 2011).

Estes avanços na tecnologia trouxeram problemas socioambientais, pois, ao mesmo tempo em que a indústria distribui riquezas e gera empregos, fabrica produtos que beneficiam a população, também gera resultados indesejáveis. Dentre eles, podemos citar a poluição, os acidentes de trabalho, a escassez de recursos naturais e outros (CORRÊA, 2011).

E a Responsabilidade Social? Onde se encaixa neste contexto? Pense sobre esta questão e siga em frente!

Ora, Peter Drucker (2002) explana que, na sociedade pós-capitalista, não se pode afirmar que uma empresa tenha somente o desempenho econômico como única finalidade. As empresas devem exercer suas atividades de forma socialmente responsável, pois estas apresentam direitos, deveres e obrigações. Assim, não se admite mais a produção e a comercialização de bens e serviços sem a observância aos princípios morais, à postura ética e ao respeito aos princípios de cidadania. Além disso, é inaceitável que as empresas continuem a repassar à sociedade os impactos socioambientais negativos (poluição do ar, da água, do solo, entre outros) oriundos de seus processos produtivos.



Antes de continuarmos nossos estudos, faz-se necessário destacar uma questão: ao trabalharmos a temática responsabilidade social e sociedade, é importante salientar que RS é diferente de filantropia. No caso da primeira, essa deve estar vinculada à estratégia da empresa, sendo incorporada ao seu planejamento e compreendendo ações proativas, implantadas na cultura organizacional como um todo; a segunda está relacionada somente às ações, quase sempre pontuais, da instituição com a comunidade (ALENCASTRO, 2012). Lembre-se de que uma empresa que realizou determinada ação social (por exemplo: aulas de informática gratuitas para idosos de uma casa de repouso), não significa dizer que a organização é socialmente responsável. Entretanto, conforme aponta Alencastro (2012), a filantropia é a primeira etapa para a RS.

Conforme Credidio (2008), uma empresa pode cometer um equívoco ao confundir investimento social privado com responsabilidade social. Ao apoiar de forma pontual uma entidade ou programa social, imaginam que serão observadas como socialmente responsáveis, mas se enganam. Uma corporação não é considerada cidadã somente por apadrinhar ou subsidiar determinada iniciativa/projeto. Uma empresa que se intitula socialmente responsável deve se comportar desta forma durante os 365 dias do ano.

Por isso, cabe salientar que o maior erro que uma corporação pode cometer é adotar medidas socialmente responsáveis de maneira incompleta, excluindo, por exemplo, indivíduos que trabalham na empresa. Salários inadequados, jornadas de trabalho desgastantes e ambiente físico de trabalho insalubre só são úteis para comprometer o bom clima da organização e reduzir a produtividade (ALENCASTRO, 2012).

Devemos lembrar que uma empresa é um sistema complexo, formado por pessoas que estão inseridas na sociedade, dentro de um contexto social, político, econômico e ambiental. Estas questões devem ser respeitadas pelas pessoas que administram a organização. Afinal, os funcionários compõem uma categoria de *stakeholders* vital para a empresa (ALENCASTRO, 2012).

Além dos *stakeholders*, não podemos esquecer de outros atores sociais interessados no desempenho das empresas, tais como o governo, por meio de leis, regulamentos e alvarás; as Organizações Não Governamentais (ONGs), que apresentam forte empenho em modificar a atuação das empresas por meio do monitoramento constante do impacto de suas ações e responsabilidades em sua conduta, especialmente no que diz respeito às questões ambientais (REIS; MEDEIROS, 2011).

Por fim, temos a comunidade, cujo envolvimento com as empresas é importante, pois, ignorar problemas comunitários pode provar a restrição do potencial e da estabilidade do negócio. Ademais, o apoio deve ser transparente, sujeito a balanços e exames, e complementar as ações governamentais (REIS; MEDEIROS, 2011).

Ao trabalhar a questão “para quem se dirige à RSC”, cabe argumentar que ela está relacionada à reavaliação dos relacionamentos entre pessoas, empresas e sociedade (McINTOSH et al., 2001). Compõem-se então, numa maneira de buscar formas de agregar interesses fragmentados a favor de objetivos comuns, referindo-se, portanto, a todos que, direta ou indiretamente, dependem da empresa ou são afetados por suas decisões e vice-versa (REIS; MEDEIROS, 2011).



Prezado acadêmico, você deve ter percebido que dois termos são citados com bastante frequência em nosso texto, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e a Responsabilidade Social Empresarial (RES). Será que estes dois termos são similares? Alguns autores utilizam a terminologia RSC, outros já empregam a terminologia RES. Desta forma, utilizaremos RES e RSC como sinônimos. O mais importante é que você tenha a noção de que o conceito de RSC/RES passou por modificações ao longo da história, conforme tratado no Tópico 1.

Alencastro (2012) reforça esse argumento ao mencionar que a RS pode auxiliar a reforçar a ligação da empresa com a comunidade. E ainda, cria benefícios competitivos à organização, aprimorando sua capacidade de atrair e manter recursos, além de reduzir riscos de perdas reputacionais. Por meio da visualização do quadro a seguir é possível notar os diversos benefícios das ações de RS com os diversos atores envolvidos.

QUADRO 5 – AÇÕES DE RS COM O ATOR *STAKEHOLDER* ENVOLVIDO

Stakeholder Envolvido	Oportunidades (Ganhos de Reputação)	Minimização de Riscos
Comunidade	Criação de legitimidade	Minimizar risco de má aceitação/conflitos
Mídia	Cobertura favorável	Minimizar risco de cobertura desfavorável
Ativistas	—	Minimizar risco de boicote
Investidores	Geração de valor	Minimizar risco de fuga de investidores
Funcionários	Aumento do comprometimento	Minimizar risco de comportamento
Consumidores	Fidelização	Minimizar risco de má aceitação/desentendimentos
Agentes reguladores	Ação legal favorável	Minimizar risco de ação legal

FONTE: Fombrum et al. (2000 apud MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004)



Perceba que a questão reputacional se refere ao “capital reputacional” da empresa, um componente extremamente importante nas relações comerciais, formais ou informais, que elas estejam referidas à publicidade, aos produtos e serviços ou aos aspectos ligados aos recursos humanos, ou seja, a reputação está relacionada à imagem da empresa perante à sociedade, clientes, acionistas, entre outros.

Podemos observar que a aplicação efetiva da RES sob o seu verdadeiro significado é bastante complexa, pois a RES não pode ser meramente filantrópica. Com isso, uma nova forma/modelo de RS surge a partir da necessidade das empresas de rever as suas práticas. Esta nova forma de se pensar e praticar (nova forma de gestão empresarial) a RS envolve os seguintes aspectos, conforme (CNI, 2006, p. 10):

- A ética e a transparência nos seus negócios.
- O aprimoramento das relações com seus diferentes públicos.
- A qualidade de seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente.

Ao buscar realizar suas atividades fundamentadas nestes três aspectos, as corporações estão, simultaneamente, construindo o caminho para a sua competitividade, pois estas atitudes passam a caracterizar exigências cada vez mais crescentes no mundo dos negócios (CNI, 2006).

Assim, podemos vislumbrar que as iniciativas empresariais, com outros atores sociais, ONGs, associações, fundações estão contempladas na expressão **gestão social** (de significado mais amplo). Como consequência, nas corporações, a questão social se torna um diferencial competitivo, possibilitando que as organizações descubram a importância da sua marca e o benefício do *marketing* social.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SOCIEDADE: O PAPEL DO CONSUMIDOR



Caro acadêmico: você já pensou no seu papel frente à RES? Você pode não se dar conta, mas, através de seus hábitos de consumo, você gera impactos socioambientais. Ao adquirir um produto de uma empresa que apresenta seus funcionários trabalhando em condições sub-humanas, você colabora indiretamente para que este tipo de abuso siga acontecendo. Esta empresa está seguindo os princípios de uma organização socialmente e ambientalmente responsável? Pense nisso!

A partir desta reflexão, iniciaremos nossas discussões frente à responsabilidade do consumidor, que deve buscar informações a respeito dos impactos de seus hábitos de consumo e em suas escolhas preocupadas com a sociedade, o meio ambiente e os direitos humanos. Por isso, este importante ator social deve cobrar de forma permanente uma postura ética e responsável das corporações, governos e de outros consumidores. Por isso, diz-se que a RSE deve ser correspondida pela Responsabilidade Social do Consumidor (IDEC, 2004).

Nos dias atuais, nota-se que a atitude dos consumidores passa por transformações. Além do preço e da qualidade estes estão cada vez mais focados no comportamento das empresas, como o respeito aos direitos humanos, trabalhistas e dos consumidores; às normas da legislação ambiental; à ética na publicidade e nas práticas empresariais; à promoção do bem-estar social, entre outros. Pode-se verificar que a transparência das empresas acerca desses dados também passa a ser valorizada e se torna a principal ferramenta para o consumo consciente da população (IDEC, 2004).

Ainda conforme o IDEC (2004), a habilidade dos governos nacionais de intervir na forma de regulamentação foi reduzida. Esta questão resultou da globalização e da liberalização da economia mundial. A crença de que o mercado pode se autorregular aumentou a importância da ideia de que as próprias forças de mercado são mecanismos de governança. Assim, espera-se que os consumidores assumam uma função essencial no estímulo e na cobrança da RSE. Das empresas se espera uma atitude em prol da sustentabilidade socioambiental, tanto por interesse próprio, quanto por influência de seus *stakeholders*, neste caso, dos consumidores.

Dada a importante função do consumidor neste contexto, durante o Congresso Mundial de 2003, da *Consumers International* (Federação de Organizações de Defesa do Consumidor), realizado em Portugal, foi lançado o

Ato Internacional pelo Direito dos Consumidores à Informação (AIDCI) (IDEC, 2004). Nota-se que o consumidor necessita estar informado para poder realizar a escolha adequada dos produtos que deseja adquirir.

No Brasil, o IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), associação de consumidores criada em 1987 é integrante da *Consumers International* e também compõe o Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor. Além disso, é membro da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). A função fundamental do IDEC é a de trabalhar na luta e defesa dos consumidores por meio de informação, orientação, testagem de produtos e realização de pesquisas, além de mover ações judiciais coletivas em defesa do consumidor (IDEC, 2016).

Outra importante ferramenta de informação e defesa ao consumidor trata-se do Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor). Os Procons são órgãos estaduais e municipais que atuam no atendimento direto dos consumidores e no monitoramento do mercado de consumo local, apresentando função essencial na execução da Política Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC, 2016).



Tanto as informações referentes ao IDEC quanto àquelas relativas aos Procons podem ser acessadas por meio dos endereços eletrônicos: <<http://www.idec.org.br/>> e <<http://www.portaldconsumidor.gov.br/procon.asp>>, respectivamente. No portal do consumidor é possível, de acordo com o estado e o município, obter o endereço do Procon da sua cidade. Acesse, obtenha maiores informações e exija seus direitos!

Lembre-se, acadêmico, de que é a partir do acesso à informação que se torna possível estimular e cobrar a RSE. Das empresas, espera-se uma atitude socioambiental responsável, não somente baseada em seus próprios interesses, mas impulsionadas por todas as partes interessadas em suas atividades, entre elas, os consumidores.

Obviamente, não se pode esquecer da questão da renda de que o consumidor dispõe, pois esta pode modificar o comportamento de compra. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Akatu e pelo Instituto Ethos (2010), efetuou-se uma análise que relaciona a RSE ao comportamento do consumidor e sua renda. De acordo com o trabalho, envolvendo 800 indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino, na faixa etária acima dos 15 anos de idade, pertencentes a todas as classes sociais e regiões brasileiras, os resultados demonstraram diferenças significativas nos aspectos de classe social e sua relação com o comportamento do consumidor ao revelar que as classes C e D adotam um comportamento menos consciente em relação à RS, quando comparadas às classes A e B (QUINTÃO; ISABELLA, 2012).

No ano da realização do estudo (2010), o IBGE dividiu as classes sociais no Brasil com base no salário-mínimo de 510,00 reais. Estas classes e suas respectivas faixas de renda podem ser visualizadas na tabela a seguir.

TABELA 1 – CLASSES SOCIAIS CONFORME A RENDA DO BRASILEIRO REFERENTE AO ANO DE 2010

Classe	Sal. Mínimos (s.m.)	Renda Familiar (R\$)
A	Acima de 20 s.m.	Acima de R\$ 10.200
B	Entre 10 e 20 s.m.	De R\$ 5.100 a R\$ 10.200
C	Entre 4 e 10 s.m.	De R\$ 2.040 a R\$ 5.100
D	Entre 2 e 4 s.m.	De R\$ 1.020 a R\$ 2.040
E	Até 2 s.m.	De R\$ 0 a R\$ 1.020

FONTE: Disponível em: <<http://blogdocelsojardim.blogspot.com.br/2010/04/distribuicao-de-renda-30-milhoes-chegam.html>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

O mesmo estudo aponta que, ao analisar o comportamento de compra dos sujeitos pesquisados, nota-se que aqueles ligados à “economia” são os mais praticados, com percentuais acima de 60% de consumidores que “sempre os adotam”, ou seja, a percepção de benefício social e de curto prazo é um forte estímulo à adoção de certas práticas de consumo. Já os comportamentos que pressupõem um maior nível de consciência, relacionados ao grupo de “compras sustentáveis” apresentam menos de 30% de consumidores que os praticam “sempre”, assim como a prática de separação do “lixo” (resíduos sólidos) destinado à reciclagem (AKATU; ETHOS, 2010).



Acadêmico, para ter acesso a esta e outras pesquisas realizadas pelos institutos Akatu e Ethos, basta acessar o site <<http://www.akatu.org.br/Publicacoes/Percepcao-do-Consumidor>>. Confira!

Por meio das informações apresentadas, questione-se sobre quais as práticas que você pode realizar, dentro das suas possibilidades, que contribuam com a RS?

Uma delas diz respeito ao planejamento. Planejar as compras de roupas, de alimentos, de produtos eletrônicos pode ser um ótimo começo. Não se pode negligenciar o fato de que a crise econômica vivenciada no Brasil atualmente (a partir do ano de 2014) nos força a adotar condutas que talvez, anteriormente, não

precisaríamos praticar. Com isso, ao planejarmos uma compra hoje, passamos a adquirir somente o necessário, desde os produtos mais duráveis até a compra de estoques mais reduzidos de alimentos perecíveis, tendo como consequência a redução do desperdício. Desta forma, percebemos que podemos adotar práticas diferentes, valendo a máxima que diz: toda crise gera uma oportunidade!

4 RESPONSABILIDADE SOCIAL E ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

A gestão da RES reúne objetivos sociais e ecológicos nas atividades empresariais de modo que o sucesso econômico seja combinado com os benefícios socioambientais, ou seja, uma vantagem recíproca (LIFELONG LEARNING PROGRAMME, 2010).

O Código de Ética, publicado pelo Instituto Ethos, ressalta que é importante que a empresa conheça as necessidades da comunidade dos locais e regiões onde está instalada, objetivando selecionar e desenvolver programas de abrangência social, viabilizando-os por meio de instituições comunitárias, organizações não governamentais, além de escolas públicas, postos de saúde, entre outros (PASSADOR, 2002). Desta forma, o estabelecimento de uma estratégia é essencial. Esta informação é reforçada por Machado Filho e Zylbersztajn (2004), quando mencionam o aspecto de que a maneira como as atividades de RS são estruturadas na corporação apresentam implicações para a Governança Corporativa. Por isso a necessidade de transparência e monitoramento no processo de implementação das ações.



Você sabe o significado de Governança Corporativa? De acordo com o IBCG (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) pode ser definida como o sistema em que as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle, além das demais partes interessadas (IBCG, 2016).

Cabe frisar que a RES é o conjunto de atividades e iniciativas de sentido estratégico, que apresentam a finalidade de preparar as empresas a responder, proativamente, a um conjunto de questionamentos com as quais elas estarão cada vez mais confrontadas. Por isso, a organização, de acordo com CNI (2006), deve primeiramente:

- Identificar de forma clara, todos os seus públicos relevantes.
- Compreender de que forma eles podem impactar ou ser impactados pelas atividades da organização.
- Conhecer suas demandas e expectativas com relação à empresa.

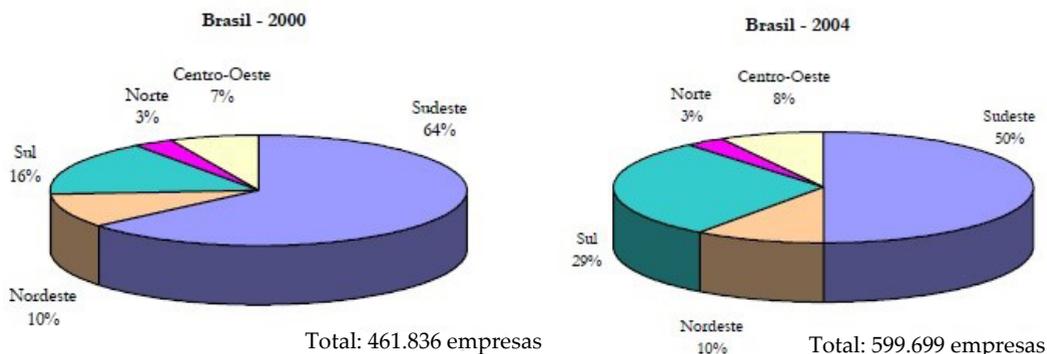
A partir desta perspectiva, a respeito das áreas a que se destinam os programas sociais das empresas, quais seriam elas? Além disso, qual o critério de escolha das empresas brasileiras com relação à área de atuação?

Conforme pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), ao comparar seus dados obtidos no ano de 2000 com os dados de 2004, ao publicar os resultados de 2006, trouxe resultados interessantes. Foi demonstrado um crescimento significativo entre os anos comparados, na proporção de corporações privadas que realizaram ações sociais em prol comunitário, passando de 59% para 69%, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



Por meio da observação do gráfico a seguir, lançamos um desafio: ao observar a figura, qual(is) o(s) estado(s) que apresentou(aram) uma porcentagem maior referente à quantidade de ações de RS? Vamos interpretar estes gráficos? O que estes resultados podem indicar? Para responder estas questões, você pode consultar seus colegas e o tutor interno, além do relatório na íntegra (Ação Social das Empresas no Brasil), pelo endereço <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/IMG/pdf/doc-44.pdf>>.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS QUE REALIZARAM AÇÕES SOCIAIS PARA A COMUNIDADE POR REGIÃO DO PAÍS



FONTE: IPEA (2006)

Quanto às áreas de atuação, conforme a tabela a seguir, destaca-se o crescimento das ações direcionadas à alimentação (área prioritária de atendimento, com 52%), que ultrapassaram as ações voltadas para a assistência social (41%) (IPEA, 2006).

TABELA 2 - AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Área de Atuação	2000	2004
Meio ambiente	9%	7%
Segurança	13%	7%
Cultura	14%	13%
Qualificação profissional	2%	14%
Esporte	17%	15%
Desenvolvimento comunitário e mobilização social	19%	18%
Lazer e recreação	7%	19%
Educação/alfabetização	19%	23%
Saúde	17%	24%
Assistência Social	54%	41%
Alimentação e abastecimento	41%	52%

FONTE: IPEA (2006)

A partir dos dados apresentados na tabela acima, podemos visualizar que os empresários do Brasil conferem grande ênfase nas ações destinadas ao problema da segurança alimentar. Verifique na tabela, em que item esta informação pode ser evidenciada. Além disso, campanhas de arrecadação de alimentos, roupas, brinquedos e agasalhos internamente nas empresas ou através dos seus empregados são ferramentas largamente difundidas e incentivadas (IPEA, 2006 apud ALENCASTRO, 2012).

Quando se aborda a questão da motivação pela qual muitas organizações destinam suas iniciativas de RS, o relatório indica a falta de dinheiro como a principal causa. Contudo, os empresários compreendem seu papel nas práticas de RS e o fato de que a empresa não deve substituir o poder público, mas apresenta uma importante função de complementar a ação do estado (IPEA, 2006 apud ALENCASTRO, 2012).



Lembre-se que as ações pontuais de RS são essenciais. No entanto, uma conduta socialmente responsável abrange também todos os atores relacionados à empresa (empregados, comunidade, fornecedores, entre outros). Perceba que o termo RES é bastante vasto. Se necessário, relembre os conceitos de RES abordados no tópico 1.

4.1 VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

Primeiramente, devemos nos perguntar: De que forma o voluntariado se relaciona com as empresas? Na atualidade, um grande número de programas sociais tem sido desenvolvido por organizações privadas. Daí o termo, voluntariado empresarial.

Associações de empregadores enfatizam a questão de que suas ações de RES são de natureza voluntária. Órgãos governamentais e ONGs acreditam que uma parceria entre as esferas pública e privada pode proporcionar o rejuvenescimento de comunidades desgastadas nos âmbitos financeiro e social. Algumas disciplinas da área de gestão têm reconhecido que a RES cumpre finalidades similares aos movimentos governados por diversos interesses. Conforme Van Marrewijk (2003 apud MUNCK; SOUZA, 2009), estes podem:

- Obter melhores índices de qualidade de vida, programas de *marketing* menos ofensivos.
- Práticas de comunicações mais transparentes.
- Retornos financeiros coerentes com o desenvolvimento organizacional.
- Conservação social e ambiental.
- Melhores práticas da gestão de recursos humanos.

Em países como EUA, Canadá, Inglaterra e Austrália, o voluntariado empresarial é uma prática comum. Já no Brasil, começou a obter notoriedade a partir da década de 1990, com ascensão da temática e da atuação social das corporações. Além disso, o voluntariado em si é uma frente de estímulo à participação social (INSTITUTO ETHOS, 2001).



Você sabia que existe uma lei para o voluntariado no Brasil? Trata-se da Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, que teve seu primeiro parágrafo alterado no dia 16 de junho pela Lei nº 13.297/2016.

Conforme a lei do voluntariado em seu Artigo 1º, esta atividade é conceituada enquanto:

Considera-se serviço voluntário, para os fins desta lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou à instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Já o termo voluntariado empresarial pode ser definido da seguinte forma:

Voluntariado empresarial é um conjunto de ações realizadas por empresas para incentivar e apoiar o envolvimento dos seus funcionários em atividades voluntárias na comunidade. A expressão é também utilizada para designar a prática do voluntariado em si, desde que se trate de um grupo de voluntários ligado diretamente a uma empresa (funcionários efetivos e terceirizados), ou indiretamente (familiares dos funcionários, ex-funcionários e aposentados) (INSTITUTO ETHOS, 2001, p. 24).

Para as organizações que compõem o CBVE (Conselho Brasileiro de Voluntariado Social), o voluntariado empresarial é uma iniciativa de responsabilidade social de empresas, visando incentivar, organizar, apoiar e reconhecer ações voluntárias de participação cidadã de seus profissionais e demais públicos de relacionamento, em prol da sociedade (CBVE, 2013).

Assim como os clubes esportivos, as associações de bairro, as instituições religiosas, os centros de convivência e as corporações são núcleos compostos por pessoas. A diferença é que no ambiente de trabalho os indivíduos compartilham grande parte do seu dia juntos. E, com a importância que o trabalho assumiu para a sociedade, nada mais legítimo que aproveitar este espaço para a aprendizagem e disseminação de propostas construtivas, que possam fazer frente às expectativas que ultrapassam a fronteira do desenvolvimento profissional (ETHOS, 2001).

Existem inúmeros benefícios obtidos a partir da realização de trabalhos voluntários, tanto para os funcionários, como para a organização e a comunidade. Estes benefícios podem ser contemplados observando o quadro a seguir.

QUADRO 6 – BENEFÍCIOS DO VOLUNTARIADO

<u>Funcionários</u>	<u>Comunidade</u>	<u>Empresa</u>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sentir-se útil ao contribuir para a solução de problemas sociais do país ✓ Desenvolver habilidades ✓ Fazer contatos profissionais e afetivos ✓ Ao conhecer novas realidades, ampliar visão de mundo ✓ Ao conhecer novas realidades de vida, dar mais valor à própria vida ✓ Sentir-se parte ✓ Fazer algo diferente do dia-a-dia ✓ Sentir-se motivado a continuar contribuindo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acesso a conhecimentos e informações ✓ Contato com tecnologias ✓ Acesso a recursos financeiros de fonte privada ✓ Fortalecimento da gestão ✓ Envolvimento da comunidade em ações para solucionar problemas de interesse comum ✓ Acesso a profissionais qualificados ✓ Ampliação da rede de contatos pessoais e profissionais dos membros da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento de habilidades profissionais dos empregados ✓ Melhoria do clima organizacional ✓ Aumento da integração entre empregados de diferentes áreas e níveis hierárquicos ✓ Melhoria da produtividade dos empregados ✓ Fortalecimento do investimento social ✓ Aumento da capacidade dos funcionários de trabalhar com recursos limitados

FONTE: Goldschmidt (2016)

É necessário destacar que, embora o voluntariado em si surja associado a um impulso voluntário, autogerido e espontâneo, dificilmente fundamentado em regras e procedimentos formais, o fato é que a necessidade de tornar esta atividade mais efetiva em seus resultados exige planejamento, estruturação e enquadramento (DRUCKER, 1995 apud SANTOS, 2016).

Conforme o Instituto Ethos (2001), a forma com que uma empresa pode apoiar um programa de voluntariado pode variar de acordo com o grau de estruturação que ela pretende conferir à iniciativa. Ações mais estruturadas e complexas obviamente exigirão mais esforço, dedicação e investimento.

Com base nestas questões, seguem algumas maneiras de uma corporação apoiar um programa de voluntariado, conforme Instituto Ethos (2001):

- Oferecer recursos destinados a projetos/ações de caráter assistencial, educacional, cultural, ambiental, entre outros.
- Autorizar a utilização das instalações da empresa pelos funcionários, para que estes possam planejar e, eventualmente, executar ações voluntárias.
- Permitir que o colaborador utilize o telefone/*e-mail* durante o expediente de forma a agendar ações de voluntariado.
- Oferecer formações para capacitação ao funcionário, para que este possa melhorar seu desempenho enquanto voluntário.
- Elaborar um banco/painel de oferta e procura de atividades voluntárias.

Agora que conhecemos o significado da expressão voluntariado empresarial e das formas que uma empresa pode apoiar este tipo de atividade, vamos estudar quais as etapas para uma empresa implementar um programa desta natureza. Vamos em frente!

Primeiramente, é importante identificar ações que sejam do interesse de três atores sociais envolvidos: empresa, funcionários e sociedade. E, identificado o foco de ação, seguem algumas dicas/etapas sugeridas:

FIGURA 13 – IMPLEMENTANDO UM PROGRAMA DE VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

- 1** Para ser voluntário, é preciso estar disposto a oferecer seu conhecimento, sua experiência e, principalmente, o seu tempo, a uma causa que irá beneficiar outros.
- 2** Deve ser redigido de forma simples e que não dê margem a duplas interpretações, já que seu objetivo é garantir que todos entendam como devem agir.
- 3** Para exercer o voluntariado uma pessoa pode realizar uma ação individual - identificar um problema, arregaçar as mangas e agir -; ou pode trabalhar em equipe - com colegas de trabalho, amigos, vizinhos, familiares - para ajudar pessoas e comunidades.
- 4** Para a empresa estimular o voluntariado ela pode diagnosticar oportunidades de trabalhos a serem feitos com a comunidade do entorno.
- 5** Outra possibilidade é identificar voluntários existentes na empresa, conhecer o trabalho que já é realizado e motivar os demais colaboradores a ajudar e participar.
- 6** A empresa pode também iniciar parcerias com organizações e motivar, então, os colaboradores a desenvolverem ações transformadoras.
- 7** É fundamental que a empresa estipule um foco de atuação para não dirigir esforços em trabalhos que não lhe interessam, e nem criar expectativas erradas com os públicos envolvidos.
- 8** A comunicação das ações e objetivos propostos é importante para incentivar e motivar os colaboradores a participar.
- 9** Para que o voluntariado empresarial se perpetue, é importante que a empresa mantenha investimentos e ações de motivação e reconhecimento das pessoas que participam.
- 10** O trabalho voluntário pode ser complementar às ações de investimento social financiada pela empresa, sendo que as duas coisas se complementam e se reforçam, trazendo benefícios ainda maiores para os projetos apoiados.



www.apoenasustentavel.com.br

APOENA SUSTENTÁVEL

FONTE: Disponível em: <<https://www.posgrado.net.br/blog/entry/trabalho-voluntario-o-que-agrega-ao-curriculo.html>>. Acesso em: 19 set. 2016.



Acadêmico, como demonstrado na figura acima, você também pode participar de um programa de voluntariado seja na empresa/instituição onde trabalha ou de forma individual. Basta acessar o site <<http://www.voluntarios.com.br/>>. No campo, Seja um Voluntário, escolha as opções de município, bairro e área de atuação na qual deseja se voluntariar.

4.2 MARKETING SOCIAL: SOCIEDADE E EMPRESAS

Uma das estratégias empregadas pela sociedade e pelas empresas trata-se da utilização do *marketing* social.

O *marketing* social apresentou um impacto positivo importante sobre aspectos sociais na esfera da saúde pública, da segurança, do meio ambiente e do desenvolvimento comunitário. Diretrizes fundamentais desta prática foram utilizadas para auxiliar a diminuir o consumo de tabaco, reduzir a mortalidade infantil, impedir a propagação do HIV/AIDS, diminuir o despejo de lixo nas ruas, entre outros (KOTLER; LEE, 2011).

Estas iniciativas surgiram na década de 1960 nos EUA e compõem um conjunto de programas e estratégias visando à promoção de uma mudança social, por meio da utilização de técnicas do *marketing* tradicional. Geralmente, este tipo de *marketing* é executado por uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos (ONGs), ou um órgão ligado ao governo (KOTLER; LEE, 2011).

Isto não significa que uma corporação não possa empreender ações de *marketing* social. Elas podem e devem acontecer. Entretanto, devem visar única e obrigatoriamente à adoção de comportamentos, atitudes e práticas que promovam o fortalecimento e a implementação de políticas públicas, a promoção de causas sociais relevantes e à transformação social. Esta conduta não deve estar ligada a ganhos de imagem, à revitalização da marca ou com o objetivo, ainda que camuflado, de aumentar seu *share* (cota/parcela) de mercado (CREDIDIO, 2003).

Marketing social é uma disciplina de *marketing* distinta, uma disciplina que foi rotulada como tal desde o início da década de 1970 e refere-se fundamentalmente a esforços focados em influenciar comportamentos que vão melhorar a saúde, evitar acidentes, proteger o meio ambiente e contribuir para as comunidades em geral (KOTLER; LEE, 2011, p. 26, grifos nossos).

Outros autores propõem conceitos similares, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

QUADRO 7 - CONCEITOS DE *MARKETING* SOCIAL

Conceito	Autor(es)
Processo de criar, comunicar e proporcionar benefícios que o público-alvo quer, em troca de um comportamento do público que beneficie a sociedade, sem lucro financeiro para o profissional de <i>marketing</i> .	Bill; Smith (2006)
Aplicação de tecnologias de <i>marketing</i> comercial para a análise, o planejamento, a execução e a avaliação de programas projetados para influenciar o comportamento voluntário de públicos-alvo, a fim de melhorar o seu bem-estar pessoal e o de sua sociedade.	Alan Andreasen (1995)
Aplicação sistemática de conceitos e técnicas de <i>marketing</i> para alcançar metas comportamentais específicas relevantes para o bem social.	Jeff French e Clive Blair-Stevens (2005)

FONTE: Adaptado de Kotler; Lee (2011, p. 26)

Com base nestes conceitos, como você, acadêmico, pode identificar se determinada iniciativa de *marketing* segue a linha do *marketing* social? A seguir encontram-se alguns exemplos.

QUADRO 8 - EXEMPLOS PRÁTICOS DE INICIATIVAS DE *MARKETING* SOCIAL

Questão social	Saúde: obesidade	Segurança: quedas	Meio ambiente: fornecimento de água	Comunidade: voto
Influenciar um mercado-alvo	Pais de crianças no ensino fundamental	Idosos com 75 anos ou mais	Proprietários de casas	Estudantes do Ensino Médio
Comportamentos potenciais para desenvolver				
Aceitar um novo comportamento	Dar apoio para que seu filho vá para a escola e respeite o professor	Prestar atenção nas aulas	Escovar os dentes com a torneira fechada	Requerer o direito ao voto mesmo antes dos 18 anos
Modificar um comportamento atual	Incentivar seu filho a se alimentar com frutas uma vez ao dia	Levantar lentamente quando estiver sentado	Cronometrar seu banho para mantê-lo abaixo dos cinco minutos	Tomar conhecimento das propostas dos candidatos antes de votar
Abandonar um comportamento	Utilizar formas mais saudáveis de preparar alimentos (por exemplo, cozinhá-los)	Não descer as escadas sem segurar no corrimão	Utilizar uma vassoura ao invés de uma mangueira para limpar a calçada	Não esperar até a última hora para obter seu título de eleitor

FONTE: Adaptado de Kotler; Lee (2011, p. 27)

Podemos evidenciar diversos tipos de campanhas publicitárias brasileiras nos moldes do *marketing* social. Veja alguns exemplos:

FIGURA 14 – INICIATIVAS DE MARKETING SOCIAL: CAMPANHAS BRASILEIRAS

Aceitar um comportamento



Disponível em: <www.b2marketing.com.br>.
Acesso em: 13 jul. 2016

Modificar um comportamento



Disponível em: <agua.org.br>.
Acesso em: 13 jul. 2016

Abandonar um comportamento



Disponível em: <www.dietaesaude.net>.
Acesso em: 13 jul. 2016

FONTE: A autora (2016)

Você percebeu a importância do *marketing* social? Vimos que a finalidade básica é a de promover o bem-estar social, de **beneficiar** a sociedade. No entanto, ao transpor o conceito de *marketing* social às práticas empresariais, podemos questionar: é possível que as empresas realizem *marketing* social?

Para responder a esta pergunta é necessário recorrer à literatura. Vamos lá?

Yanaze (2006, p. 450) apresenta o termo *marketing* relacionado a Causas (MRC), definindo-o como “uma atividade comercial na qual empresas, organizações da sociedade civil e/ou causas formam uma parceria para comercializar uma imagem, um produto ou serviço, sempre em benefício mútuo”. O mesmo autor defende que o MRC seria uma definição alternativa, baseada numa parceria entre diversos setores da sociedade.

A partir daí, podemos entender que a empresa participante neste tipo de ação não altera sua atividade fim, mas vale-se do apelo da causa social como forma de alavancar seus negócios e sua imagem.

Respondendo à pergunta, talvez um dos primeiros passos para uma corporação se enveredar pelo MRC, trata-se de se pensar as estratégias de produção, distribuição, comunicação e vendas de um produto/serviço, não apenas pelo lucro que este poderá gerar, mas por todo o impacto que este causará à sociedade e ao meio ambiente (QUEIROZ, 2015).

Queiroz (2015) aponta que esta preocupação ultrapassa a relação comercial entre empresas e clientes, as aproximando de uma posição cidadã. A partir da definição de cidadania, para as corporações, “quando uma empresa é ética e atende aos requisitos dos 4Ps, torna-se uma empresa cidadã, aquela que goza de seus direitos sociais, cumprindo suas obrigações sociais e que administra sua relação com outros públicos, com o objetivo de minimizar os potenciais conflitos inerentes” (YANAZE, 2006, p. 451).



Você conhece o conceito dos 4Ps? Este se refere ao conjunto das variáveis: produto, preço, promoção e ponto. O termo foi proposto por Jerome McCarthy, no ano de 1960. Os componentes do *marketing* dos 4Ps são empregados como parâmetros para concepção, elaboração, produção, distribuição, comercialização e comunicação de praticamente todas as classes de produtos e serviços que podemos encontrar na atualidade (QUEIROZ, 2015).

Por meio do exposto, é evidente que o termo *marketing* social não pode ser utilizado de qualquer maneira, visto que sua definição implica em considerar o bem-estar do indivíduo, de um grupo e da sociedade em geral.

Em contrapartida, as questões sociais têm fortalecido o compromisso das organizações empresariais, incorporando os seus valores a seus produtos. Neste contexto, também se observa o envolvimento de grandes corporações em causas socioambientais. De qualquer forma, espera-se que, qualquer ação de *marketing* executada pelas empresas seja ética e comprometida com a comunidade em que está inserida.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, vimos que:

- Para ser considerada cidadã, uma empresa deve assumir constantemente uma postura socialmente responsável, não somente por meio de ações pontuais específicas.
- As empresas apresentam para a sociedade as ações de responsabilidade social que têm desempenhado, o que indica um entendimento sobre sua função na prática da RS.
- A RES gera benefícios competitivos à organização, aprimorando sua capacidade de atrair recursos, além de melhorar o relacionamento desta com clientes, fornecedores, comunidade e sociedade em geral.
- O consumidor, por meio de seus hábitos de consumo, tem um importante papel frente à RES, devendo cobrar uma atitude ética e responsável das empresas, poder público e outros consumidores.
- A empresa, ao idealizar um programa de voluntariado, deve conhecer as necessidades dos locais e regiões onde está instalada. Desta forma, poderá solucionar e desenvolver programas que melhor se adequem à realidade de determinada comunidade.
- Existem inúmeros benefícios obtidos a partir da realização de trabalhos voluntários, tanto para os funcionários, como para a organização e a comunidade.
- Geralmente, o *marketing* social é o tipo de *marketing* realizado por uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos (ONGs), ou um órgão ligado ao governo.
- O objetivo fundamental do *marketing* social trata de promover o bem-estar social, de beneficiar a comunidade.



1 Atualmente, não se admite mais a postura da empresa tradicional, preocupada unicamente com seu faturamento. Por que esta situação modificou? Explique.

Resposta _____

2 Considere a situação hipotética da empresa “X”, que apresenta participação ativa na comunidade onde está instalada, com atuação em diversas causas sociais. Esta corporação, inclusive, foi tema de matéria jornalística, conforme texto a seguir:

Empresa desconta produtos furtados em salário de empregada e terá que pagar indenização e loja terá que pagar R\$ 4 mil pelos descontos indevidos e realização de revistas íntimas

A Segunda Turma do Tribunal do Trabalho da Paraíba considerou prática abusiva o ato da Eletro Shopping Casa Amarela Ltda. efetuar descontos no salário de funcionária sem autorização nem comprovação de sua participação nos furtados de produtos da loja. Por esta razão, a empresa terá que pagar indenização por danos morais no valor de R\$4 mil, sendo R\$1 mil pelos descontos indevidos e R\$ 3 mil por realizar revistas íntimas. O colegiado entendeu que a conduta é ilegal por atribuir, sem a devida apuração, a responsabilidade ao trabalhador sobre furtos que aconteciam no estabelecimento. A empresa alegou que não restou comprovado o sofrimento causado pelos descontos realizados pela loja, pois a prova testemunhal apontou que os funcionários sofriam desconto por mercadorias desaparecidas. Com relação às revistas íntimas realizadas, alega que não é comum tal prática e que não há qualquer constrangimento quanto às revistas na bolsa dos empregados.

FONTE: Disponível em: <<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2013/10/empresa-desconta-produtos-furtados-em-salario-de-empregada-e-tera-que-pagar-indenizacao>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

A partir do enunciado e da notícia apresentada, analise com atenção as sentenças a seguir:

- I – A empresa pode ser considerada socialmente responsável, pois realiza várias ações em prol da comunidade onde reside.
- II – A respeito da conduta da empresa frente ao funcionário, esta é perfeitamente aceitável, pois o colaborador não integra o grupo dos *stakeholders* da organização.

- III – Ao lesar moralmente a funcionária, o empregador assume uma postura descomprometida com os valores da responsabilidade social.
- IV – Ao tomar esta atitude perante seu colaborador, a organização assume que se encontra descomprometida com a qualidade de vida de seus funcionários.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () As sentenças III e IV estão corretas.
- b) () As sentenças I, II, III e IV estão corretas.
- c) () Somente a sentença III está correta.
- d) () As sentenças I e II estão corretas.

- 3 Por meio da realização de trabalhos voluntários, os funcionários, a empresa e a comunidade apresentam benefícios. Sobre estes benefícios, preencha a tabela, citando três benefícios do voluntariado empresarial para cada um dos atores sociais a seguir:

	Para o funcionário	Para a empresa	Para a comunidade
Benefícios			

- 4 Após observar a figura a seguir, marque V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:



FONTE: Disponível em: <prevenção.cardiol.br>. Acesso em: 15 jul. 2016.

- () O desenho apresentado possui o significado de alertar para a importância da economia de água.
- () A figura alerta para a questão de que não devemos jogar as xepas (bitucas) de cigarro no chão.
- () Pode-se entender que a figura alerta para a importância de não fumar para preservar a saúde cardíaca.
- () A figura transmite a ideia de que, ao parar de fumar, beneficia a saúde do coração. Este abandono de um comportamento é incentivado através desta campanha de *marketing* social.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () F – F – V – V.
- b) () F – F – F – V.
- c) () V – F – V – V.
- d) () F – V – V – V .

LEGISLAÇÃO E INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

Indicadores de RSE constituem-se numa importante metodologia de aprendizado e avaliação da gestão empresarial no que tange a incorporação das atividades de RSE, no planejamento de estratégias e de verificação e monitoramento do desempenho geral da organização.

A partir desses indicadores é possível se construir o chamado Balanço Social (BS), de modo a demonstrar, mediante base técnica contábil, gerencial e econômica, as atividades da empresa, com relação aos seus públicos interno e externo.

Um ponto polêmico em nossos estudos referentes ao BS trata-se da obrigatoriedade ou não da empresa publicar este tipo de documento no Brasil, visto que, em alguns países, a exemplo da França, a obrigatoriedade foi instituída já na década de 1970.

Por fim, em nosso Tópico 3, estudaremos algumas das principais normas de RS, certificáveis e não certificáveis, além de evidenciar a importância destas enquanto ferramentas de gestão para a consolidação de políticas que visam a responsabilidade socioambiental das empresas.

Ficou curioso? Então, vamos em frente e bons estudos!

2 INDICADORES SOCIAIS E O BALANÇO SOCIAL

Para iniciarmos nosso Tópico 3, primeiramente, é importante que definamos o conceito de indicadores sociais.

Qualquer empresa, independentemente de seu porte, se de capital aberto ou fechado, pública ou privada, apresenta a responsabilidade legal de prestar contas de suas operações financeiras por meio de instrumentos que possibilitem mensurar (medir) seu desempenho financeiro e contábil (REIS; MEDEIROS, 2011).

Além disso, na RS do setor privado, existe uma movimentação crescente em prol do desenvolvimento de indicadores e instrumentos que possibilitam medir condutas socialmente responsáveis das organizações por meio de instrumentos específicos de avaliação de desempenho social. Deste modo, os indicadores de RS, ou indicadores sociais, servem a este propósito, pois permitem “[...] avaliar, medir, auditar e, principalmente, orientar a conduta, aperfeiçoar o desempenho social e a prestação de contas das empresas socialmente responsáveis, à sociedade” (REIS; MEDEIROS, 2011, p. 20).

Os autores Bonatto, Mauss e Magalhães (2007 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 142) apontam um conceito similar: “[...] os indicadores da RSC estão relacionados à avaliação das empresas e servem para o monitoramento da evolução das ações de responsabilidade social, além do planejamento de estratégias e do acompanhamento do seu desempenho”.

Segundo Zarpelon (2006, p. 22 apud RABELO; SILVA, 2011), indicadores sociais “são dados e informações que permitem aos gestores definir, através da análise, os cenários para determinada situação”.

Tendo em vista estas definições, podemos pensar: quem desenvolve indicadores de RS? O que é avaliado?

A seguir é apresentado um quadro que demonstra os modelos de indicadores sociais identificados a partir dos estudos de Rabelo e Silva (2011, p. 18):

QUADRO 9 - MODELOS DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

MODELOS	ENFOQUE	TIPOLOGIA	GRUPO FOCO	EMPRESAS QUE UTILIZAM
Global Reporting Initiative (GRI)	TBL (triple Bottom line) ²	Relatório abrangente	Todas as empresas	Mais de 1500 empresas adotam esse modelo atualmente. Entre elas: ABN Amro Banco Real, Adidas, Coca-Cola; Colgate.
Global Compact	Saúde, Direitos Humanos e corrupção.	Acordo internacional	Todas as organizações com ou sem fins lucrativos	O Boticário e Petrobrás
Indicadores Ethos	Sete dimensões: valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade.	Relatório de auto-avaliação	Todas as empresas	Bradesco, Sadia.
Modelo Ibase	Tem cinco dimensões: indicadores sociais internos; indicadores sociais externos; indicadores ambientais; indicadores do corpo funcional; informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.	Relatório resumido	Todas as empresas	Amazônia Celular, Banco do Brasil, Calçados Azaléia, Grupo Pão de Açúcar, Marcopolo, SulAmérica Seguros, Votorantin Celulose e Papel.
Modelo de Hopkins	Informações socioeconômicas e ambientais.	Relatório de auto-avaliação	Todas as empresas	Análise da Coelba, Celpe, Cosern e Colece feito por Daher (2006, p. 129-145).
Norma Social Accountability 8000 – SA 8000	Relações com funcionários, condições de trabalho.	Norma certificável	Todas as empresas	Bradesco, Avon Cosméticos, Alcoa ALUMÍNIO.
Accountability 1000 – AA 1000	Diálogo com stakeholders	Norma não certificável	Organizações com ou sem fins lucrativos	Souza Cruz, SESI, Shell, British Telecom.

FONTE: Rabelo e Silva (2011, p. 18) Legenda: a sigla TBL, do inglês, *Triple Bottom line* em Português significa, Tripé do Desenvolvimento Sustentável, que envolve os aspectos social, ambiental e econômico. Já *Global Reporting Initiative*, significa Iniciativa de Relatório Global (tradução nossa), embora não haja uma tradução literal para este termo.

Agora, apresentaremos uma visão mais aprofundada de três dos indicadores sociais apresentados no quadro acima: os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial; os Indicadores do Balanço Social do Modelo Ibase; e a Global Report Initiative (GRI), metodologias comumente citadas na literatura da área.

2.1 INDICADORES ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Antes de aprofundarmos o conteúdo sobre os Indicadores Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, vamos caracterizar primeiramente o Instituto e a que ele se propõe.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Direito Público). Criado em 1998, por um grupo de empresários e executivos do setor privado, sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2016).

Os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis apresentam como objetivo medir o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido incorporadas nos negócios. Com isso, procura auxiliar as empresas na definição de estratégias, políticas e processos. No entanto, como mencionado no próprio *site* do Instituto, a metodologia de avaliação proposta não se presta a verificar o desempenho das empresas, nem o de reconhecer organizações enquanto sustentáveis ou responsáveis (INSTITUTO ETHOS, 2016).

Passemos então aos indicadores. Quais seriam eles?

QUADRO 10 - INDICADORES ETHOS DE SUSTENTABILIDADE

Dimensão	Definição	Indicadores
Valores, Transparência e Governança	Autorregulação da conduta	<ul style="list-style-type: none"> • Compromissos éticos. • Enraizamento na cultura organizacional. • Governança corporativa.
	Relações transparentes com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com as partes interessadas (<i>stakeholders</i>). • Relações com a concorrência. • Balanço social.
Público Interno	Diálogo e participação	<ul style="list-style-type: none"> • Relações com sindicatos. • Gestão participativa.
	Respeito ao indivíduo	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com o futuro das crianças. • Valorização da diversidade.
	Trabalho decente	<ul style="list-style-type: none"> • Política de remuneração, benefícios e carreira. • Cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho. • Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade. • Comportamento frente às demissões. • Preparação para a aposentadoria.

Meio Ambiente	Responsabilidade frente às gerações futuras	<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento da empresa com a causa ambiental. • Educação e conscientização ambiental.
	Gerenciamento de impacto	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento de impacto ao meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços. • Minimização de entradas e saídas de materiais.
Fornecedores	Seleção de parceria com fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de seleção e avaliação de fornecedores. • Trabalho infantil na cadeia produtiva. • Relações com trabalhadores terceirizados. • Apoio ao desenvolvimento de fornecedores.
Consumidores e clientes	Dimensão social do consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Política de comunicação comercial. • Excelência no atendimento. • Conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais dos produtos e serviços.
Comunidade	Relações com comunidade local	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade do entorno. • Relações com organizações locais.
	Ação social	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento da ação social. • Envolvimento da empresa com a ação social.
Governo e Sociedade	Transparência política	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuições para campanhas políticas. • Práticas anticorrupção e propina.
	Liderança política	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança e influência social. • Participação em projetos sociais governamentais.

FONTE: Ashley (2005 apud RABELO; SILVA, 2011, p. 18-19)

Observe a infinidade de critérios que as empresas, sejam elas de fins lucrativos ou não, devem observar de modo a obter resultados para trabalhar a favor de uma gestão mais próxima possível da sustentabilidade socioambiental. Realmente é um desafio. Perceba, também, que diversos destes aspectos apontados no quadro anterior já foram discutidos nos tópicos anteriores, a exemplo da questão social do consumo, das responsabilidades das empresas frente a sua rede de relacionamentos (público interno, clientes, fornecedores, governo e sociedade, entre outros).



Acadêmico, para obter mais informações a respeito dos indicadores Ethos de sustentabilidade, você pode acessar o documento na íntegra, por meio do endereço eletrônico <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Indicadores-EthosNSR_-2015.pdf>.

Será que todas as empresas podem se associar ao Instituto Ethos e se submeter a este tipo de avaliação? Este tipo de participação é obrigatória?

Não, pois o cadastro no referido Instituto não é obrigatório, mas, sim, de natureza voluntária.

A título de curiosidade, a condição é a de que, caso a empresa deseje participar, conforme seu faturamento anual, ela deve contribuir com um valor mensal, que varia de R\$ 140,00 a R\$ 2.900,00. Após a empresa ou instituição ser aceita, o associado assina um Termo de Associação e uma Carta de Princípios e, com isso, assume o compromisso de utilizar as iniciativas do Instituto na busca de uma sociedade mais justa e sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2016).

Posteriormente, as empresas obtêm um *login* (*e-mail*) e uma senha, com o qual podem acessar o *site* do Instituto e preencher um questionário, baseado nos indicadores elencados no quadro anterior. É importante destacar que os indicadores estão divididos em dois grupos: estágio atual e postura desejada. A partir daí a empresa poderá medir seu desempenho e realizar comparações com o que considera ideal.

2.2 INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL DO MODELO IBASE

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi fundado no ano de 1981 pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), sem fins políticos ou religiosos. Já o Modelo de Balanço Social do Ibase em si, foi lançado em 1997, por meio de uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social. Inclusive, este modelo é o mais conhecido e utilizado no Brasil (RABELO; SILVA, 2011; ALENCASTRO 2012; NEMAC UFSC, 2012).

Os indicadores do Ibase permitem o acesso a informações de cada empresa e possibilitam comparações destacando o comportamento social desta em um período e setor. São empregados como base de cálculo à receita líquida e resultado operacional, indicadores sociais internos em relação à folha de pagamento e receita, indicadores ambientais, exercício de cidadania, encargos sociais com funcionários, a participação nos lucros, entre outros (ALBUQUERQUE, 2009; NEMAC UFSC, 2012).

A partir dos indicadores Ibase, é possível elaborar um modelo de Balanço Social, conforme demonstra o quadro a seguir.

QUADRO 11 - DESCRIÇÃO DOS GRUPOS (INDICADORES) DE BALANÇO SOCIAL MODELO IBASE

Grupo	Descrição	Especificação
1	Base de cálculo	Dados sobre geração de receitas, resultado operacional e folha de pagamento bruta
2	Indicadores sociais internos	Gastos com alimentação, educação, capacitação e saúde, dentre outros relacionados aos empregados;
3	Indicadores sociais externos	Gastos da empresa na comunidade (saúde e saneamento, cultura, educação etc.) e os tributos;
4	Indicadores ambientais	Gastos com despoluição, educação ambiental, investimento em programas externos e outros, seja com os empregados ou sociedade;
5	Indicadores do corpo funcional:	Número de admissões, estagiários, mulheres, negros e portadores de deficiência física;
6	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Aspectos referentes ao número de acidentes do trabalho, responsabilidade dos padrões de segurança e salubridade existentes;
7	Outras informações	Outras informações que a empresa julgar necessárias.

FONTE: NEMAC UFSC (2012)

Legenda: de maneira generalizada pode-se pontuar que o relatório proposto pelo Ibase apresenta um caráter bastante objetivo, o que sugere uma estrutura padrão e organiza dados gerais da empresa (grupo 1), indicadores (grupos 2 a 5) e outras informações (grupos 6 e 7) na mesma estrutura. Deste modo, todos os dados são apresentados numa mesma planilha, o que facilita a consulta e a visualização dos dados, pelo público interessado.

Cabe salientar que a história institucional do Ibase se encontra ligada à democratização do Brasil (época pós-ditadura militar), mais especificamente, que permeia a emergência da cidadania e a constituição da diversificada sociedade civil do Brasil, das três últimas décadas. Desta forma, os grandes movimentos e campanhas cívicas ocorridas durante o período de democratização foram também compromissos do Ibase. Por isso, foram marcos históricos de adaptação da agenda do Ibase e das suas vertentes de atuação (IBASE, 2016). A missão do Ibase, então, configura-se enquanto:

[...] uma organização de cidadania ativa, que produz e formula conhecimentos, análises, questões e propostas como argumentos para a ação democrática transformadora. Seu campo prioritário de ação é o espaço público. Analisar e propor, debater e agir, trabalhar em rede e construir fóruns coletivos, tudo visando movimentos políticos e culturais irresistíveis, que tenham os direitos, a cidadania, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como suas agendas, é o rumo que orienta o Ibase desde a sua fundação (IBASE, 2016, s.p.).



Acadêmico, você pode acessar o modelo completo de Balanço Social Ibase por meio do site: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Além disso, na página inicial do Instituto <<http://ibase.br/pt/>>, é possível encontrar uma série de *links* que darão acesso a diversos materiais ligados ao caráter de sua militância política. Vale a pena conferir!

2.3 O MODELO DA GLOBAL REPORT INITIATIVE (GRI)

A GRI foi originada a partir de uma parceria entre a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNMA). Sua principal finalidade é desenvolver e propagar diretrizes globais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, para organizações que desejarem voluntariamente relatar as dimensões econômicas, sociais e ambientais de seus ramos de atuação (NEMAC UFSC, 2012).

As diretrizes dos indicadores GRI estão fundamentadas em alguns princípios, como transparência, inclusão, abrangência, contexto de sustentabilidade, exatidão, neutralidade, clareza, periodicidade e verificabilidade (RABELO; SILVA, 2011).

Na atualidade, mais de 1.000 organizações em 60 países aderem às diretrizes GRI como fundamento na construção de seus relatórios de sustentabilidade. Seu objetivo é tornar a divulgação do desempenho ambiental, social e econômico uma rotina de todas as organizações (RABELO; SILVA, 2011).

A partir do exposto, os indicadores GRI podem ser expressos da seguinte maneira, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 12 – CATEGORIAS (DIMENSÕES) E ASPECTOS CONTEMPLADOS PELO GRI

	CATEGORIA	ASPECTO
ECONÓMICOS	Impactes Económicos Directos	Clientes Fornecedores Empregados Fornecedores de capital Sector público
	Impactes Económicos Indirectos	Externalidades
AMBIENTAIS	Ambientais	Materials Energia Água Biodiversidade Emissões, efluentes e resíduos Fornecedores Produtos e serviços Cumprimento Transporte Global
SOCIAIS	Práticas Laborais e Condições de Trabalho	Emprego Relações trabalhadores/gestão Saúde e segurança Treino e educação Diversidade e oportunidades
	Direitos Humanos	Estratégia e gestão Não-discriminação Liberdade de associação e negociação colectiva Trabalho infantil Trabalho forçado e compulsório Práticas disciplinares Práticas de segurança Direitos dos nativos
	Sociedade	Comunidade Suborno e corrupção Contributos políticos Competição e preços
	Responsabilidade pelos Produtos	Saúde e segurança dos clientes Produtos e serviços Publicidade Respeito pela privacidade

Legenda: a palavra contributo significa contribuição.

FONTE: Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Almeida (2002 apud ALBUQUERQUE, 2009) coloca que o GRI é um dos mais consistentes esforços na consolidação de diversas iniciativas já existentes e somente se alcança consenso quando se aborda o tema relatórios de sustentabilidade.



Ficou curioso a respeito da metodologia do GRI? Para obter maiores informações basta acessar o endereço eletrônico: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf>>.

2.4 O BALANÇO SOCIAL NO MUNDO E NO BRASIL

Vimos os diferentes tipos de metodologias para elaboração do Balanço Social (BS), ou seja, tanto o Ibase quanto o Instituto Ethos e o GRI propuseram formas/modelos para a elaboração do BS.

Como podemos definir o termo Balanço Social?

De acordo com Santos (2003 apud TINOCO, 2010, p. 4), Balanço Social:

É o conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, devendo ser entendido como um grande instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. Será um poderoso referencial de informações nas definições de políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.

Tinoco (2010, p. 7) conceitua o BS como:

[...] um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, na busca do desenvolvimento sustentável.

Trazemos para nossa discussão a definição elaborada pelo Instituto Ibase (2016), ao pontuar que o Balanço Social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa, reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, os benefícios e as ações sociais dirigidas aos empregados, aos investidores, aos analistas de mercado, aos acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Outra definição, mais resumida, porém similar, é apresentada por Carvalho e Siqueira (2009, p. 23), que definem o BS como “demonstrativo contábil que visa à apresentação de informações acerca da interação da empresa com o meio em que se encontra inserida”. Podemos entender, então, que a expressão “onde está inserida” refere-se a todas as variáveis internas (funcionários, condições de trabalho) e externas (governo, sociedade) que permeiam e se relacionam com a empresa.

Tendo como embasamento estas definições, podemos verificar que o BS é um forte instrumento para que a sociedade possa bem avaliar o desempenho das instituições, inclusive aquelas de caráter público. O BS configura-se também como importante instrumento gerencial, à medida que provê dados úteis para as tomadas de decisão.

Agora que conhecemos o termo Balanço Social, podemos realizar um segundo questionamento: quais países foram pioneiros nas regulamentações envolvendo o BS? Será que em todos os países o BS é obrigatório?

Um deles foi a França, pois foi a primeira nação a desenvolver uma legislação sobre o BS, por meio da Lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977 (primeira lei de BS no mundo). Conforme esta lei, é obrigatório a todas as empresas francesas, de caráter público ou privado, que apresentem mais de 299 colaboradores, elaborar anualmente o BS. Este é segmentado em sete componentes: emprego, remuneração e encargos sociais; condições de higiene e segurança; outras condições de trabalho; formação profissional; relações profissionais; e outras condições de vida dependentes da empresa (CARVALHO; SIQUEIRA, 2009).

Em Portugal, já na década de 1980, foi instituída a Lei nº 141, de 1985. Contudo, somente após o Decreto-lei nº 9/92 este tipo de demonstrativo passou a conferir maior destaque às ações sociais da empresa com relação à melhoria de vida da comunidade (FREIRE; REBOUÇAS, 2001 apud CARVALHO; SIQUEIRA, 2000; REIS; MEDEIROS, 2011). Baseado no BS da França, o exigido por Portugal deve ser realizado por todas as empresas com mais de 100 funcionários e divide-se em cinco itens: emprego; custos com pessoal; higiene e segurança; formação profissional; e proteção social complementar (CARVALHO; SIQUEIRA, 2009).

Na Bélgica, o BS foi regulamentado mediante um decreto real instituído em 4 de agosto de 1996. No referido país, o BS está dividido em quatro categorias: estado das pessoas ocupadas; movimento do pessoal durante o exercício; informações sobre manutenção e criação de empregos; e formação dos trabalhos durante o exercício (FREIRE; REBOUÇAS, 2001 apud CARVALHO; SIQUEIRA, 2009).

Na Alemanha, não há legislação que obrigue as empresas a publicarem o BS. Entretanto, corporações como a Basf, Höchst e Deutsche Shell, por exemplo, publicam por iniciativa própria seus BS, que destacam as condições de trabalho e os aspectos ambientais (LAGIOIA; LIRA, 2009).

Na Inglaterra, o BS também não é obrigatório. No entanto, a partir da década de 1970, as empresas passaram a sofrer pressão mercadológica para divulgar seus BS. Isto se deu, em grande parte, pela influência dos trabalhadores, que conquistaram receber informações de natureza socioeconômica de maneira mais ampla, em comparação aos dados disponibilizados nos relatórios de contabilidade (LAGIOIA; LIRA, 2009).

Nos EUA, as organizações publicam o chamado *Social Audit* (Balanço Social). Este relatório tem o foco nos consumidores/clientes e sociedade como um todo. O documento baseia-se em critérios econômicos, sociais e ambientais, além da qualidade dos produtos, do controle da poluição, da contribuição das empresas a movimentos culturais, além de demais benefícios à coletividade (LAGIOIA; LIRA, 2009).

Perceba que o foco do BS norte-americano trata da medição da influência da corporação sobre seu ambiente externo, pois as questões relacionadas com pessoal nos EUA já se encontram mais avançadas, o que reflete em remunerações adequadas, em sistemas efetivos de seguridade social, boas condições de trabalho e participação democrática nas decisões. Contudo, o grande desenvolvimento industrial dos EUA levou a uma preocupação por parte das empresas em verificar os impactos desse desenvolvimento para o meio ambiente e possíveis impactos negativos que possam ser gerados (LAGIOIA; LIRA, 2009).

E no Brasil, como anda a questão do BS? Ele é obrigatório?

No Brasil, um grande incentivador do BS foi o sociólogo Betinho que, por meio do Instituto Ibase, no ano de 1997, deu início à campanha pela divulgação de um BS das empresas. Nesse ano ainda, com a parceria da Gazeta Mercantil, o Ibase lança o selo do BS, para estimular a participação pelas companhias. Nessa época, o selo era oferecido a todas as empresas que efetuassem a publicação do seu BS. Na atualidade, o selo é concedido unicamente àquelas que publicarem seu BS, conforme os critérios do Modelo Ibase (MATTOS et al., 2011; IBASE, 2016).

Existe um Projeto de Lei do Senado Federal nº 117, de 1996, que permanece em discussão na esfera federal. Este projeto torna obrigatória a publicação do BS pelas empresas (REIS; MEDEIROS, 2011). Contudo, o documento encontra-se arquivado, conforme disposto no *site* do Senado Federal.

No ano de 1997, a Câmara dos Deputados propôs ao Congresso Nacional o **Projeto de Lei nº 3.116/97**, de autoria das deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling (REIS; MEDEIROS, 2011). O referido projeto cria o BS e propõe em seu Art. 1º que:

- I – As empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração.
- II – As empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

É interessante mencionar, também, a definição de BS proposta pelo Projeto Lei:

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.



Prezado acadêmico, você pode acessar o **PL nº 3.116/97** na íntegra. Basta digitar o número do PL na ferramenta de busca da Internet e baixar o documento no formato de texto.

Em substituição ao Projeto de Lei nº 3.116/97, tramita atualmente na Câmara dos Deputados o **Projeto de Lei (PL) nº 32/99**, de autoria do Deputado Paulo Rocha. Apresentado no ano de 1999, trata-se apenas de uma reapresentação do projeto acima citado. Entretanto, este PL também foi arquivado. A situação do referido PL também pode ser visualizada mediante consulta no *site* do Senado Federal.

A discussão referente à obrigatoriedade ou não do BS no Brasil é bastante vasta. De acordo com um estudo realizado por Siqueira (2008 apud ALBUQUERQUE, 2009), alguns autores se posicionam pela voluntariedade quanto à publicação do BS, sob a argumentação de que o fato das empresas assumirem uma postura socialmente responsável é positivo. Na medida em que os empresários incorporem esta mentalidade, realizarão de forma espontânea suas publicações.

Contudo, a não obrigatoriedade predispõe que o BS só será apresentado pelas empresas que apresentam algo favorável (positivo) para demonstrar. Este tipo de postura poderá gerar perda de informações relevantes à sociedade. Esta justificativa é a principal alegação para a instituição da obrigatoriedade da publicação do BS no Brasil (ALBUQUERQUE, 2009).

O Ibase, atualmente, defende a obrigatoriedade da publicação do BS, pois conforme suas avaliações realizadas desde 1998:

Há dez anos, verdadeiramente acreditávamos e defendíamos a voluntariedade dos mecanismos da chamada responsabilidade social empresarial e da utilização de ferramentas como o balanço social. Contudo, uma década depois, estamos convencidos de que a obrigatoriedade dos mecanismos e instrumentos para garantir a transparência sobre as boas práticas sociais e ambientais das empresas, entre eles o próprio balanço social, pode assegurar à sociedade informações relevantes e indispensáveis para o controle cidadão das empresas. O debate que se apresenta agora deve ser sobre a facilidade no entendimento e a ampla divulgação dos dados (IBASE, 2008, p. 70).

Além disso, o Ibase destaca a importância dos governos, legisladores e bancos públicos e de desenvolvimento exigirem a publicação do BS, enquanto prática obrigatória para compras, concorrências e concessões de crédito (IBASE, 2008).

Por fim, destaca-se que, apesar de não obrigatória no Brasil, a publicação do BS é bastante desejável, pois, além dos ganhos de “capital reputacional” (imagem) que a empresa obtém, sua divulgação permite a comparação saudável entre as empresas em relação à RS, além de possibilitar elementos para o estabelecimento de indicadores setoriais nessa área (ALENCASTRO, 2012).

O desafio maior, além das empresas que já publicam seus BS anualmente e aquelas que darão transparência as suas ações, é o de envolver as organizações da sociedade e das pessoas enquanto cidadãs, nesta discussão e nesse processo. Esta questão cabe ser salientada devido ao fato de que o frequente discurso referente às boas práticas empresariais relaciona a responsabilidade social e ambiental ao diálogo e à preocupação com todos os públicos (*stakeholders*) interessados, beneficiados e atingidos pelas empresas (IBASE, 2008).

Inclusive, nossa leitura complementar desta unidade aborda justamente esta questão: a de considerar um novo tipo de licença para uma empresa se instalar e realizar suas atividades, a Licença Social para Operar (LSO), ou seja, a LSO enfatiza que se pense sobre o impacto social de uma operação fundamentada no reforço dos laços de confiança entre empresa e comunidade, atitude esta que, no Brasil atualmente, na maioria dos casos, não é realizada.

3 NORMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

De modo a buscar uma maior eficiência nos processos que envolvem a RS, diversas normas e certificações foram criadas. Estas asseguram a gestão estratégica da RS das organizações e apresentam como fundamento a transparência, os princípios éticos, o diálogo e o envolvimento de todos os públicos interessados.



Você sabe o que é uma norma certificável? A certificação se trata de um selo. Caso a empresa/organização deseja obtê-lo ela deve se submeter à avaliação de um auditor independente, que analisa se todas as exigências de determinada norma estão sendo cumpridas.

A seguir estudaremos as principais normas de gestão da RS existentes. Vamos lá?

3.1 SOCIAL ACCOUNTABILITY 8000 (SA 8000): CERTIFICÁVEL

A Norma AS 8000 foi criada no ano de 1997 pela *Social Accountability International* e constitui-se numa das primeiras normas de RS. Seu objetivo trata-se de regulamentar as relações entre organização e seu ambiente interno, por meio de condições de trabalho adequadas, além do bem-estar de seus colaboradores (OLIVEIRA, 2012 apud MORCELLI; ÁVILA, 2016).

A referida norma é apresentada na forma de processos de auditoria no local de trabalho e pode ser aplicada a organizações de qualquer porte, região ou setor industrial. Está baseada nas normas internacionais dos direitos humanos, nas leis da OIT (Organização Internacional do Trabalho), na Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (Organização das Nações Unidas) e Declaração Universal dos Direitos Humanos (OLIVEIRA, 2012 apud MORCELLI; ÁVILA, 2016; ALENCASTRO, 2012). Além desses importantes documentos, a SA 8000 também analisa se as legislações locais, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores e das crianças estão sendo cumpridas. Constam na norma nove princípios de aplicação, que são apresentados no quadro a seguir.

QUADRO 13 – PRINCIPAIS PRINCÍPIOS DEFENDIDOS PELA NORMA SA 8000

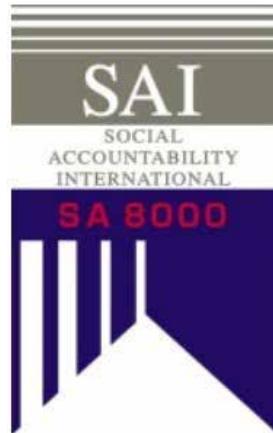
Quadro 2.1: Norma AS 8000	
Tópicos	Princípios
Trabalho infantil	É dever da empresa não utilizar ou apoiar o trabalho, por crianças com idade inferior a 15 anos, excetos os casos admitidos pela convenção da OIT.
Trabalho forçado	A empresa não deve utilizar ou apoiar o trabalho forçado, bem como não reter documentos pessoais dos colaboradores no início do seu trabalho.
Saúde e segurança	A empresa deve nomear um responsável para gerir as condições do ambiente de trabalho, propiciar um ambiente seguro e saudável, prevenir os acidentes e os riscos à saúde do trabalhador, além de garantir o treinamento de segurança, para toda equipe.
Liberdade de associação e direito à negociação coletiva	A empresa deve garantir a seus colaboradores o direito de formação ou associação a sindicatos de trabalhadores, e negociar com o mesmo sempre que necessário.
Discriminação	É proibido qualquer forma ou tipo de discriminação, seja ela de raça, nacionalidade, sexo, de contratação, de remuneração, entre outros.
Práticas disciplinares	A empresa não deve utilizar ou apoiar a prática de punição corporal, mental e abuso mental. Ela deve priorizar a utilização de práticas disciplinares gradativas como advertência verbal, seguida de advertência escrita e suspensão.
Carga horária de trabalho	A empresa tem o dever de cumprir a jornada de trabalho conforme a lei, ou seja, 48 horas semanais, e também não exceder às duas horas extras diárias permitidas.
Remuneração	A empresa deve fornecer salários justos e dignos, compatíveis com a realidade do mercado e que atenda as necessidades básicas dos colaboradores.

FONTE: Morcelli; Ávila, 2016

Esta norma apresenta como principais benefícios a nomeação de um representante da alta gerência para monitorar o cumprimento das leis. Também é escolhido, pela empresa, um representante dos trabalhadores (mediante eleição), para fiscalização e execução dos processos que abrangem a RS (MORCELLI; ÁVILA, 2016).

Na figura a seguir é apresentado o respectivo selo de certificação da Norma SA 8000.

FIGURA 15 – O SELO DA NORMA SA 8000



FONTE: Disponível em: <<http://www.cpfl.com.br/institucional/fornecedores/Documents/Norma-Responsabilidade-Social-SA8000.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.



Para aprofundar seus estudos referente à norma AS 8000, não deixe de acessar o endereço eletrônico: <http://www.epa.edu.pt/sites/www.epa.edu.pt/files/u27/sa_8000.pdf>. Entretanto, existe uma versão atual da norma, publicada em 2014, que se encontra em inglês. Esta, pode ser acessada por meio do link: <http://sa-intl.org/_data/n_0001/resources/live/SA8000%20Standard%202014.pdf>.

3.2 ACCOUNTABILITY 1000 (AA 1000): NÃO CERTIFICÁVEL

A norma AA 1000 foi criada em 1999, pelo Instituto of Social and Ethical Accontability (ISEA), uma ONG sem fins lucrativos, sediada em Londres e fundada em 1995, que procura promover e apoiar a implementação de um sistema de gestão ético e social nas organizações. Esta norma apresenta sua importância pautada, especialmente, no estabelecimento de ações para prestação de contas, garantindo a qualidade da auditoria e da contabilidade social e ética (MORCELLI; ÁVILA, 2016).

Uma das vantagens da norma constitui-se na ampliação do foco da avaliação social, pois contribui para a interação entre empresa e comunidade, monitora as relações desta com seus *stakeholders*, visando à participação destes na identificação dos objetivos e metas, além da melhoria na gestão do desempenho (MORCELLI; ÁVILA, 2016).

A norma AA 1000 apresenta três princípios fundamentais, de acordo com AccountAbility, 2008, p. 9):

- **Princípio Base da Inclusão:** necessário para se alcançar a Relevância e a Responsabilidade. Trata-se do ponto de partida para se determinar a relevância.
- **Princípio da Relevância:** determina os assuntos de maior importância para uma organização e às partes interessadas.
- **Princípio da Responsabilidade:** composta pelas decisões, ações e desempenho com relação aos assuntos relevantes/importantes.

FIGURA 16 – LOGO DA NORMA AA 1000



FONTE: AccountAbility (2016)



Acadêmico, para ampliar seus conhecimentos acerca da norma AA 1000, acesse o endereço eletrônico: <[http://www.accountability.org/images/content/5/7/573/AA1000APS-2008-PT\(print\)](http://www.accountability.org/images/content/5/7/573/AA1000APS-2008-PT(print))>.

3.3 ISO 26000 (NÃO CERTIFICÁVEL) e ABNT NBR ISO 16001:2012 (CERTIFICÁVEL)

Publicada em novembro de 2010, a Norma Internacional ISO 26000 apresenta as Diretrizes sobre Responsabilidade Social, cujo lançamento ocorreu em Genebra (Suíça). A versão brasileira da norma trata-se da ABNT NBR ISO 26000. Para originar a norma foi criado um grupo de trabalho (GT), conduzido pelo Brasil e pela Suécia. Cabe salientar que foi a primeira vez que uma nação em desenvolvimento liderou um GT no desenvolvimento de uma norma de caráter internacional (ALENCASTRO, 2012; MORCELLI; ÁVILA, 2016).

A ISO 26000 tem o objetivo de definir uma melhor prática de RS, considerando os conceitos de RS reconhecidos internacionalmente e já existentes, em especial, os princípios da declaração universal dos direitos humanos e as convenções da OIT. Trata-se também de uma norma de utilização voluntária que não visa à certificação, mas sim, de caráter orientativo. Outro aspecto a salientar é o de que a ISO 26000 é aplicável a todos os tipos e portes de organizações, tanto em nações desenvolvidas quanto aquelas em desenvolvimento (ALENCASTRO, 2012; MORCELLI; ÁVILA, 2016).

Na referida norma estão elencados aspectos aplicáveis a todos os tipos e porte de organizações, tanto em nações desenvolvidas quanto àquelas em desenvolvimento. Também são quesitos da norma a *accountability* (prestação de contas à sociedade), a transparência, o comportamento ético, o respeito aos interesses dos *stakeholders* e o cumprimento da legislação (MORCELLI; ÁVILA, 2016).

FIGURA 17 – LOGO DA NORMA ISO 26000



FONTE: Disponível em: <www.pensamentoverde.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2016.

Outra questão importante diz respeito às orientações que a norma fornece, conforme Alencastro (2012, p. 97), sobre:

- Conceitos, termos e definições referentes à RS.
- Histórico, tendências e características da RS.
- Os temas centrais e as questões referentes à RS.
- Integração, implementação e promoção de comportamento socialmente responsável em toda a organização e por meio de suas políticas e práticas dentro e fora da esfera de influência.
- Identificação e engajamento de partes interessadas.
- Comunicação de compromissos, desempenho e outras informações referentes à RS.



Não deixe de acessar a norma ISO 26000 na íntegra! Lembre-se de que, uma das chaves para a construção do conhecimento é a curiosidade! *Link* de acesso: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/ISO_DIS_26000_port_rev0.pdf>.

A norma ABNT NBR ISO 16001:2012 foi desenvolvida no ano de 2004 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o objetivo de estabelecer padrões para a implantação de um sistema de gestão e RS (MORCELLI; ÁVILA, 2016), ou seja, a empresa que deseja obter a certificação deve cumprir todas as condições presentes nessa norma. O selo de certificação pode ser observado na figura a seguir.

Além disso, conforme Morcelli e Ávila (2016), os principais benefícios desta norma estão na maior abrangência dos requisitos do conceito de RS. Ademais, a análise das três dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) possibilita um maior envolvimento com seus fornecedores, clientes e acionistas. Trata-se, também, de uma oportunidade para que as organizações que objetivam atender às normas de RS internacionais iniciem seu processo de adequação.



Aprofunde seus estudos sobre a ABNT NBR ISO 16001 por meio do *link*: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp>.

FIGURA 18 – SELO DA CERTIFICAÇÃO NBR ABNT ISO 16001



FONTE: Disponível em: <www.newboxinfo.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2016.

LEITURA COMPLEMENTAR**ARTIGO: A INDÚSTRIA E A LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR**

O sociólogo e avaliador de projetos sociais, Fabrizio Rigout, fala sobre a licença social para operar e os desafios dos setores com grande impacto socioambiental

Houve um tempo em que grandes indústrias se instalavam em um local e construíam toda a infraestrutura necessária para sua operação, incluindo vilas de funcionários com casas para as famílias, os clubes, as ruas e os parques. Nessas comunidades, o sentimento de identificação entre funcionários e empresa era muito grande, pois ela não só provia seus salários, mas oferecia benefícios de todo tipo para seu bem-estar.

Os tempos mudaram. As operações de setores com grande impacto socioambiental, como a mineração e a indústria de transformação, não têm mais uma relação de amparo com as comunidades onde atuam. Graças à mobilidade possibilitada pelo avanço das redes de transportes e comunicação, serviços, mercadorias e profissionais são contratados fora, e a riqueza circula muito mais do que antes.

Como fica a comunidade local nessa história?

Certamente os governos municipais têm um papel importante na distribuição dos recursos gerados pelas empresas, por meio do investimento inteligente dos impostos em bens públicos que vão tornar esse desenvolvimento sustentável, como escolas, rede de saúde, saneamento, entre outros. A política é decisiva para a estabilidade das comunidades hoje, muito mais do que antes; e política democrática se faz com laços de confiança entre pessoas e instituições. Isso vale para os agentes econômicos também.

As indústrias, atualmente, precisam se esforçar para manter o respeito da comunidade em que estão estabelecidas. Já há muito que não são mais os provedores dos principais bens públicos e tampouco podem oferecer a enorme quantidade de empregos de meio século atrás, quando a tecnologia era incipiente e a mão de obra menos qualificada. Elas hoje compartilham o acesso a recursos escassos com outros atores econômicos locais, além de gerar impactos ambientais aos quais uma sociedade educada está cada vez mais sensível. Consequentemente, devem mostrar que as demandas que têm sobre a comunidade são legítimas.

Quando falamos em Licença Social para Operar (LSO), estamos nos referindo a um modo de pensar o impacto social de uma operação baseado no reforço dos laços de confiança entre empresa e comunidade. É uma visão de relacionamento que tem por base as relações de longo prazo, portanto, institucionais. Difere da perspectiva de Responsabilidade Social Empresarial convencional ao colocar em primeiro plano a política. A LSO reconhece as relações de poder existentes entre os grupos sociais, procura entender seus projetos de longo prazo e não apenas seus interesses momentâneos, valorizando cidadania corporativa, transparência e *compliance*. É uma abordagem, sobretudo, realista quanto aos ganhos e perdas que uma indústria impõe à sociedade. Pode ser usada pela empresa para reduzir as perdas e negociar soluções de soma positiva com as partes interessadas.

A LSO propõe uma comunicação clara de direitos e responsabilidades entre empresa e *stakeholders*, com o compromisso mútuo de se entregar os resultados prometidos. Em uma palavra, confiança. No setor de mineração, é a abordagem escolhida pelas principais corporações, e vêm gerando estabilidade em comunidades vulneráveis à flutuação no preço de *commodities*. A manutenção da Licença Social para Operar significa que as partes que têm realmente um projeto de longo prazo para a localidade, aumentando suas chances de se impor sobre ações oportunistas, sejam políticas ou econômicas.

No Peru, a mineradora de ouro Minera Yanacocha, do grupo Newmont Mining, investiu na criação de um fórum comunitário com verba e poder de decisão sobre a destinação de parte dos recursos gerados por sua operação, com participação de governo, sociedade e de uma associação de empresários. Uma decisão de concessão de poder, que poderia aumentar riscos políticos e econômicos para a empresa. Graças ao voto de confiança depositado na comunidade, transformou-se num fator de estabilidade, com o planejamento para o desenvolvimento sendo feito de forma colaborativa.

No Brasil, já há casos de sucesso de Licença Social para Operar, como o de uma mineradora que envolveu a comunidade num projeto de agroecologia vinculado a compras locais que transformou 50 famílias em empreendedores de agricultura orgânica. Essas famílias juntas passaram a ser atores com poder de influência sobre a economia da cidade e com investimento pessoal na sustentabilidade desse arranjo.

A Austrália e o Canadá, cujas economias dependem muito da mineração, são os protagonistas no emprego dessa abordagem. Dada a magnitude da indústria extrativa no Brasil, o potencial para disseminação da Licença Social para Operar é ainda pouco explorado, dependendo ainda de maior divulgação e mais oportunidades de capacitação para os profissionais de sustentabilidade.

Fabrizio Rigout é sociólogo e atua na área de avaliação de projetos sociais da Consultoria Plan Políticas Públicas.



Acadêmico, no texto da Leitura Complementar aparecem alguns termos não abordados neste tópico. Vamos conhecê-los?

- **Indústria de transformação:** abrange as atividades que compreendem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e elementos para obtenção de novos produtos. Exemplos: indústria de alimentos, de carros, de roupas, entre outros (SEABRA, 2010).
- **Compliance:** este termo tem origem na língua inglesa e significa "to comply". Significa atuar conforme uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido, estar em "compliance" trata-se de estar em conformidade com leis e regulamentos internos e externos. Por exemplo: a empresa estar em conformidade com as leis ambientais que regem sua área de atuação (indústria metalúrgica que respeita as leis e trata seus gases poluentes de forma adequada) (JUS BRASIL, 2014).
- **Commodities:** é uma palavra que advém do inglês e significa mercadoria. Normalmente são produtos em estado bruto ou com baixo grau de industrialização. São produzidos e comercializados em grandes quantidades sob o ponto de vista global. Exemplos: café, trigo, soja, milho, entre outros (SIGNIFICADOS, 2016).

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, vimos que:

- Os indicadores sociais são ferramentas que possibilitam medir, avaliar e acompanhar o desempenho socioambiental de uma organização.
- Existem diversas organizações e institutos que elaboram e desenvolvem metodologias/modelos de indicadores socioambientais, a exemplo, do Instituto Ethos, do Ibase e da GRI.
- Os indicadores Ethos de Sustentabilidade Social e Ambiental avaliam sete dimensões em seu modelo: transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade.
- O Ibase, fundado em 1981 pelo sociólogo Betinho, lançou no ano de 1997 um modelo de BS ao verificar a importância deste instrumento como forma da sociedade avaliar o desempenho socioambiental das empresas no meio em que estão inseridas.
- A GRI trata-se de uma iniciativa internacional que busca desenvolver e divulgar diretrizes globais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.
- O BS é uma ferramenta fundamental, pois, por meio dela, é possível reunir informações e, a partir dela, demonstrar o grau de envolvimento da empresa com relação à sociedade (variáveis internas e externas) em que se encontra.
- No Brasil, a publicação do BS não é obrigatória. Contudo, o Projeto de Lei nº 3.116/97, substituído pelo PL nº 32/99, institui a obrigatoriedade para tal. Contudo, ambos PL encontram-se arquivados no Senado Federal.
- Alguns autores defendem que a não obrigatoriedade de publicação do BS predispõe que as empresas somente publicarão aspectos favoráveis referentes às suas atividades.
- Existem diversas normas de RS, a exemplo da SA 8000, da NBR ABNT ISO 16001:2012, da AA 1000 e da ISO 26000, sendo as duas primeiras, normas certificáveis.
- No caso das empresas/organizações que não desejam obter a certificação, as normas podem ser aplicadas como ferramentas de RS, pois apresentam diretrizes importantes que podem auxiliar as instituições na gestão mais eficaz de seus aspectos sociais, ambientais e econômicos.
- Existe uma tendência das empresas em incorporar efetivamente a questão social nos processos de licenciamento por meio da Licença Social para Operar (LSO).



1 Os indicadores de RS permitem que as empresas realizem um diagnóstico e busquem melhorias a partir da análise de variáveis, tais como relações com funcionários, condições de trabalho, relação com a comunidade, entre outros. Deste modo, a partir de nossos estudos frente aos indicadores Ethos, Indicadores do Ibase e daqueles do modelo GRI, construa uma tabela com estes três tipos de metodologia. Para tanto, visualize o modelo a seguir:

Ferramenta de Gestão	Finalidade (o que cada modelo objetiva)	Indicadores (no mínimo, apontar três exemplos)
Ethos		
Ibase		
GRI		

2 Um aspecto polêmico referente ao BS diz respeito à obrigatoriedade de publicação de documentos relativos à responsabilidade social pelas empresas brasileiras. A partir do que estudamos, e, por meio de outras leituras realizadas, o BS deve ser obrigatório no Brasil? Justifique sua resposta.

3 (ENADE, 2012) José, empresário do ramo alimentício, cuja empresa já está solidificada no mercado, leu o texto a seguir sobre responsabilidade social.

A atuação baseada em princípios éticos e a busca de qualidade nas relações são manifestações da responsabilidade social empresarial. Empresas socialmente responsáveis estão melhor preparadas para assegurar, a longo prazo, a sustentabilidade dos negócios, por estarem sincronizadas com as novas dinâmicas que afetam a sociedade e o mundo empresarial.

FONTE: Instituto Ethos de Responsabilidade Social. **Ética e qualidade nas relações**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 9 jul. 2012 (adaptado).

A partir dessa leitura, José começou a pensar em tornar sua empresa sustentável e compatível com a sua crença de construção de uma sociedade mais justa e saudável. Considerando essa situação hipotética, identifique as iniciativas que devem ser implementadas por José para tornar sustentável a sua empresa:

- I- Adotar um modelo de gestão mais transparente, legitimando suas ações para os seus diversos públicos.
- II- Adotar postura ética, que beneficia tanto a relação com funcionários quanto com fornecedores, clientes e comunidade.
- III- Construir relações de qualidade, buscando atender às necessidades dos parceiros e gerando valor para todos.
- IV- Pagar impostos, respeitar as leis e observar condições adequadas de segurança e saúde para os funcionários.
- V- Proporcionar ambiente saudável e propício à realização profissional dos colaboradores, para, assim, lucrar mais.
- VI- Investir em processos produtivos que possam garantir a promoção e o crescimento da empresa.
- VII- Comprometer-se em programas sociais voltados para o futuro da comunidade e da sociedade.

Entre as iniciativas apresentadas, as que caracterizam uma empresa socialmente responsável são apenas as expressas em:

- a) () I, II, III e IV.
- b) () I, II, III e VII.
- c) () I, II, V e VI
- d) () IV, V, VI e VII
- e) () III, IV, V, VI e VII.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENQUANTO NOVO PARADIGMA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- Conceituar, com base na literatura, o termo meio ambiente sob suas diversas perspectivas, com foco principal na visão de que a espécie humana faz parte deste ambiente;
- traçar um apanhado histórico frente à questão ambiental de modo a compreender a problemática enfrentada nos dias atuais;
- construir um posicionamento crítico frente ao conceito de desenvolvimento sustentável divulgado massivamente nos meios de comunicação;
- conhecer os diversos conceitos do fenômeno da globalização, suas características e implicações socioambientais;
- estudar os aspectos históricos do fenômeno da globalização e suas consequências e impactos socioambientais;
- apresentar e propor uma reflexão crítica a respeito das corporações transnacionais, da sigla em inglês (TNCs – Transnational Corporations) e seu papel diante das questões ambientais;
- discutir o papel das Políticas Públicas na promoção de uma sociedade em desenvolvimento sustentável;
- apresentar uma perspectiva crítica sobre a questão da Educação Ambiental e se esta realmente cumpre seu papel de fomentar mudanças na sociedade em que vivemos;
- identificar a importância da participação popular nas tomadas de decisão, especialmente com relação aos ambientes urbanos.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos. No final de cada um deles você encontrará atividades que contribuirão para sua compreensão dos conteúdos explorados.

TÓPICO 1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANTECEDENTES E CONCEITOS

TÓPICO 2 – GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TÓPICO 3 – GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANTECEDENTES E CONCEITOS

1 INTRODUÇÃO

O título de nossa Unidade 3 conta com um termo não apresentado ainda em nossas discussões: **paradigma**.

O que seria um paradigma?

De acordo com o físico e filósofo norte-americano Thomas Kuhn (1922-1996), os paradigmas se referem às descobertas realizadas pela ciência universalmente reconhecidas e que, durante algum tempo, oferecem soluções modelares para determinada comunidade científica. Deste modo, podemos definir paradigma como “[...] aquilo que os membros de uma comunidade [científica] partilham” (KUHN, 2003, p. 219 apud ALENCASTRO, 2012, p. 103).

Alencastro (2012) realiza uma reflexão ao questionar se o desenvolvimento sustentável pode ser tido enquanto novo paradigma, aceito e colocado em prática por todos os atores sociais (empresas, governo, comunidade).



Será que todos compreendem todas as dimensões que envolvem o desenvolvimento sustentável? E mais: será que as vertentes (eixos) do desenvolvimento sustentável são aceitas e respeitadas em nossa sociedade?

Por isso, acadêmico, é fundamental que você reflita sobre estas questões e as relembre no decorrer de nossos estudos. O intuito, a partir deste e dos tópicos que seguem é o de promover ainda mais questionamentos sobre este tema tão atual e propagado, mas, que ao mesmo tempo, necessita de discussões mais aprofundadas sobre seu verdadeiro significado e sua aplicação no mundo em que vivemos.

Vamos lá?!

2 APANHADO HISTÓRICO DA QUESTÃO AMBIENTAL: PROBLEMÁTICA E SUSTENTABILIDADE

Primeiramente, ao se mencionar o termo movimento ambientalista, costuma surgir o questionamento: o que é ambiente? Terá o mesmo significado da expressão meio ambiente?

É bastante difundida a ideia de que a expressão meio ambiente é redundante, dado o fato de que “meio” e “ambiente” são sinônimos. Conforme o Dicionário Aurélio (2016), **meio** diz respeito ao “lugar onde se vive”. Já o termo **ambiente** é relativo para “aquilo que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas”. Devido a esta questão, em países como Portugal e Itália, por exemplo, emprega-se somente a palavra “ambiente”. Inclusive, nos Estados Unidos (EUA), se utiliza uma única palavra também, o termo *environment* (FARIAS, 2006).

Partindo desse pressuposto, conheçamos agora algumas definições de **meio ambiente** (MA), que é definido por diversos autores de variadas formas. Vamos em frente e bons estudos!

2.1 O CONCEITO DE MEIO AMBIENTE

O autor Ricklefs (1996 apud BERTÉ, 2012) o define enquanto circunvizinhança de um organismo, incluindo as plantas, os animais e os microrganismos com os quais ele interage. Note que a perspectiva de Ricklefs advém da perspectiva biológica, de interação dos seres vivos com o meio – plantas, animais e todas as outras espécies que o integram.

Outro conceito, estabelecido por Morán (1990 apud BERTÉ, 2012), classifica o meio ambiente nas esferas biótica e abiótica. Na esfera biótica está presente a vida, ou seja, os seres vivos, as comunidades e as populações, o que envolve a biosfera (plantas, animais, fungos) e os organismos vivos presentes em determinado ecossistema. Já na esfera abiótica não estão inclusos os organismos vivos sendo está formada pelos elementos físico-químicos (água, rochas, ventos, entre outros).

Podemos elencar também a definição de Mello (2006, p. 96 apud BERTÉ, 2012, p. 23) que conceitua meio ambiente como:

[...] um objeto complexo, que pode ser estudado pelas Ciências Naturais (físicas, químicas, biológicas), mas quando é visto pelo ângulo das relações que as sociedades humanas estabelecem com os sistemas naturais, passa a ter outro conjunto de premissas e de conceitos básicos.

Perceba que estas definições não estão equivocadas. No entanto, compreende-se que estas apresentam um caráter restrito, se referindo ao meio ambiente sem pontuar um vínculo de interação entre a espécie humana como parte desse meio (BERTÉ, 2012).

Deste modo, entende-se que uma definição mais abrangente é necessária quando se procura discutir o papel do ser humano como parte desse meio. Pode-se, então, atribuir um conceito ampliado de meio ambiente:

Meio Ambiente é tudo o que tem a ver com a vida de um ser ou de um grupo de seres vivos. Tudo o que tem a ver com a vida, sua manutenção e reprodução. Nesta definição estão: os elementos físicos (a terra, o ar, a água), o clima, os elementos vivos (as plantas, os animais, os homens), elementos culturais (os hábitos, os costumes, o saber, a história de cada grupo, de cada comunidade) e a maneira como estes elementos são tratados pela sociedade. Compõem também o meio ambiente as interações destes elementos entre si, entre eles e as atividades humanas. Assim entendido, o meio ambiente não diz respeito apenas ao meio natural, mas também às vilas, às cidades, todo o ambiente construído pelo homem (NEVES; TOSTES, 1992, p. 17 apud MAZZAROTTO; BERTÉ, 2013, p. 15).

Em nossa legislação ambiental, o conceito de meio ambiente está presente em diversos dispositivos. Um deles trata-se da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938 de 1981, que define, em seu Artigo 3º, meio ambiente como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Para Paulo Affonso Leme Machado (apud FARIAS, 2006), um dos grandes nomes do Direito Ambiental Brasileiro, a PNMA, conceituou o MA de maneira mais ampla quanto possível, possibilitando o entendimento da natureza como um todo. A partir daí, a lei adotou a ideia de ecossistema, a unidade básica da ecologia, pois investiga a relação entre os seres vivos e seu ambiente. Por isso, os recursos ambientais (solo, água, vegetação) passaram a ser parte de um todo que não pode ser dividido, dissociado.

Em contrapartida, Berté (2012) aponta que no conceito trazido pela PNMA ocorre um distanciamento entre homem e natureza. Desta forma, ao se dissociar do meio ambiente, o ser humano assume uma postura antropocêntrica (o homem como centro de todas as coisas). Em contrapartida, no que tange ao assunto em estudo, ao se dissociar a espécie humana do meio, origina a visão que coloca a natureza, e não o homem, em uma posição de centralidade (BERTÉ, 2012).

Entretanto, ao partirmos do princípio de que o homem integra o meio, o que corresponde a uma nova ordem, à visão **biocêntrica**, na qual ser humano e natureza estão no mesmo nível de interações e modificações em que a natureza, o homem e a utilização dos recursos naturais estão no mesmo nível de importância.

A definição trazida por Neves e Tostes (1992 apud BERTÉ, 2012) traduz bem esta questão. A partir dela, saímos da compreensão de MA somente enquanto união de elementos bióticos e abióticos para adentrarmos e evidenciarmos uma concepção de um meio ambiente multidimensional, de múltiplos aspectos.

Na Constituição Federal (CF) de 1988 aparecem diversos dispositivos relativos ao meio ambiente. Nossa Carta Magna atribuiu o sentido mais abrangente possível ao termo meio ambiente. Com isso, os estudiosos dedicados ao estudo do Direito Ambiental passaram a conferir ao MA o maior número de aspectos e elementos envolvidos (FARIAS, 2006).

A partir dessa compreensão mais abrangente, encontrada na CF, Silva (2009, p. 20), um dos mais conceituados autores do Direito Constitucional, define MA como “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”.

Conforme Migliari (2001, p. 24), autor de livros ligados à questão de crimes ambientais, o meio ambiente pode ser conceituado como:

[...] integração do conjunto de elementos naturais, artificiais, culturais e do trabalho que propiciem o desenvolvimento equilibrado de todas as formas, sem exceções. Logo, não haverá um ambiente sadio quando não se elevar, ao mais alto grau de excelência, a qualidade da integração e da interação desse conjunto.

De acordo com Farias (2006), o meio ambiente é dividido em:

- **Meio ambiente natural:** composto pelos recursos naturais, a exemplo do solo, do ar, da água, da flora e da fauna, além da correlação entre cada um destes elementos com os demais.
- **Meio ambiente artificial:** aquele construído ou alterado pela espécie humana. Podemos citar, como exemplos, os edifícios urbanos, as casas, as ruas, as praças, entre outros.
- **Meio ambiente cultural:** trata-se do patrimônio histórico, artístico, paisagístico, ecológico, científico e turístico. Envolve aspectos materiais (objetos, documentos históricos) e de natureza imaterial (danças típicas, costumes de forma geral).
- **Meio ambiente do trabalho:** se relaciona às condições do ambiente de trabalho, a exemplo do local de trabalho, as ferramentas, as máquinas, as cadeiras, os agentes químicos, físicos e biológicos, as operações, os processos, além da relação entre trabalhador e meio físico.

Cabe salientar que esta classificação é destinada a atender uma necessidade metodológica, pois facilita a identificação de ações lesivas, de degradação, no que diz respeito à identificação da atividade agressora e do bem (por exemplo, água por meio de lançamento de resíduos tóxicos) diretamente degradado. Independentemente desta classificação, o meio ambiente é unitário por definição, assim, a proteção jurídica do MA é única e tem o objetivo fundamental de proteger a vida e a qualidade de vida (FARIAS, 2006).

O mais importante é compreender que o MA não é um simples objeto de pesquisa ou um depósito de matérias-primas. Como estudamos nas definições anteriores, ele apresenta um significado muito maior, e nós, enquanto espécie humana, compomos apenas uma parcela desse contexto (MAZZAROTTO; BERTÉ, 2013).



Caro acadêmico, você já ouviu falar do conceito de **recurso natural**? De forma simplificada, um recurso natural trata-se de tudo que a espécie humana pode utilizar da natureza. Esta utilização abrange desde aquelas necessárias à sobrevivência (sede, fome), ao desenvolvimento de civilizações, até os que fornecem exclusivamente conforto (ar condicionado, máquina de lavar, secador de cabelo, entre outros) (MAZZAROTTO; BERTÉ, 2013).

Partimos para a classificação dos recursos naturais, conforme Mazzaroto e Berté (2013):

- **Renováveis:** não se esgotam e podem ser constantemente empregados pelo homem (por exemplo, energia solar, energia hidrelétrica, energia eólica).
- **Potencialmente renováveis:** aqueles que apresentam o risco de se esgotarem, se consideradas as taxas de utilização e/ou degradação crescentes (por exemplo, retirada de água para irrigação e/ou poluição por esgotos domésticos).
- **Não renováveis:** recursos que levam grande intervalo de tempo (milhões de anos) para se renovarem ou que não sofrem renovação nunca (por exemplo, petróleo, carvão mineral, alumínio, ferro).

Diversos autores dividem os recursos naturais em renováveis e/ou não renováveis. Neste caso, os recursos potencialmente renováveis se enquadrariam na classe dos renováveis.

A partir do exposto, podemos notar o quanto é complexo conceituar o termo **meio ambiente**, pois ao detalharmos algumas das definições dispostas na literatura, percebemos a abrangência do termo, além dos novos conceitos que surgem destas discussões (por exemplo, antropocêntrico, biocêntrico, recurso natural, entre outros).

2.2 HISTÓRICO DA QUESTÃO AMBIENTAL

Para que possamos compreender a degradação ambiental que ocorre na atualidade, além da necessidade de uma legislação que proteja o meio ambiente, é necessário traçar um panorama histórico que abrange estas questões.



O que é **degradação ambiental**? A PNMA (Lei nº 6.938/81) a define enquanto alteração adversa das características do meio ambiente. O termo adverso corresponde a um impacto ambiental negativo.

Praticamente, por quase toda a história do gênero humano, os grupos eram nômades, contavam com poucos indivíduos. Estes obtinham seus alimentos por meio de colheita de alimentos (por exemplo, de frutos) e da caça de animais, sendo, por isso, denominados de caçadores-coletores.

O nomadismo deu aos humanos a possibilidade de se espalharem por todos os ecossistemas terrestres e a de sobreviverem não somente em áreas favoráveis, com fácil obtenção de alimentos, mas também nas condições rigorosas do Ártico, da tundra da era glacial europeia e nas terras secas e marginais da Austrália e do sul da África (PONTING, 1995, p. 45-46 apud MENDES, 2010, p. 1630).

Há cerca de 10.000 anos, todas as regiões do globo, exceto a Antártida, eram povoadas. Os grupos passaram por diversas adaptações ao ambiente natural e, aparentemente, viviam em harmonia com o meio, ocasionando danos mínimos aos ecossistemas (MENDES, 2010).



Apesar de mínimos, são conhecidos registros de impactos ambientais locais ocasionados pelo estilo de vida primitivo, a exemplo de desmatamentos, queimadas e impactos nas populações de outros animais (PONTING, 1995 apud MENDES, 2010). Lembre-se: toda atividade gera impacto, sejam eles negativos ou positivos.

Além dos aspectos alimentares, da saúde, do lazer e da integração física ao meio ambiente, estas sociedades, consideradas primitivas, realizavam cerimônias de magia que denotavam uma relação de profundo temor, respeito e veneração pela natureza. Ademais, é possível notar que as pessoas pertencentes a estas comunidades contavam com certas características similares, ao que atualmente chamamos de qualidade de vida consideravelmente mais elevada que a grande maioria das pessoas apresenta na atualidade (MENDES, 2010).

O famoso filósofo Jean-Jacques Rousseau, em seu livro, “A origem da desigualdade entre os homens”, menciona dizeres interessantes a respeito do homem primitivo ao pontuar que:

Sei que nos repetem sem cessar que nada foi tão miserável como o homem nesse estado. [...] mas se entendo bem o termo miserável, trata-se de uma palavra que não tem nenhum sentido ou que significa apenas uma provação dolorosa, o sofrimento do corpo ou da alma. Ora, só desejaria que me explicassem qual pode ser o gênero da miséria de um ser livre cujo coração está em paz e o corpo com saúde (ROUSSEAU, 1754 apud MENDES, 2010, p. 1630).

A partir do período Neolítico, de 10.000 a 5.000 anos, possivelmente, a primeira grande modificação no estilo de vida das populações e, talvez a que mais tenha exercido influência sobre o desenvolvimento da civilização ocidental como a conhecemos, foi a **agricultura**. Obviamente que a agricultura não surgiu num “piscar de olhos”, mas sim gradualmente, em decorrência de múltiplos fatores. Entretanto, não houve intencionalidade ou uma contribuição de gerações específicas de forma consciente (MENDES, 2010).

Durante este período, a intensa diversidade de técnicas e atividades realizadas pela espécie humana contribuiu para o maior grau de especialização e divisão do trabalho. Ademais, a troca de diferentes produtos advindos de diversas atividades possibilitou o desenvolvimento do comércio (LICEU, 2012). Era possível alimentar um número maior de pessoas, empregando-se uma área consideravelmente menor.

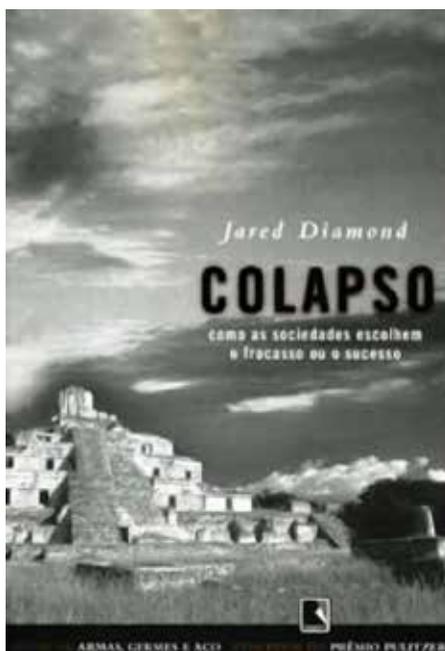
Ao passo que o novo sistema acumulava novos elementos e se tornava mais complexo, as populações iam tornando-se sedentárias, surgindo aldeias e vilas de proporções cada vez maiores. Com isso, por volta de 6.500 a.C. (antes de Cristo), originam-se as primeiras cidades. Tem início, então, diversas modificações nos costumes e na organização social dos grupos (MENDES, 2010). Começam a surgir também os primeiros problemas socioambientais.

A partir desta etapa da história temos os primeiros exemplos de sociedades que entraram em colapso, pois danificaram o meio a tal ponto que não conseguiram mais suprir suas demandas por alimentos, que se tornavam cada vez maiores, levando a milhões de mortes no mundo (MENDES, 2010).



A respeito daquelas civilizações que fracassaram e aquelas que obtiveram êxito, indicamos que você assista a um documentário chamado “Colapso”. O documentário foi produzido em 2010 com base no livro “Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”, de 2005, do biólogo evolucionário, fisiologista e biogeógrafo norte-americano Jared Diamond. Assista por meio do *link*: <<https://www.youtube.com/watch?v=UfZSw21sdYQ>>.

FIGURA 19 – CAPA DO LIVRO “COLAPSO”, DE JARED DIAMOND



FONTE: Disponível em: <sustentabilidadenaopalavraeaccao.blogspot.com>. Acesso em: 11 ago. 2016.

Cabe salientar que até a metade do século XVIII, quando as ferramentas manuais constituíam o principal meio de produção dos bens de consumo, a espécie humana viveu em relativa “harmonia” com a natureza. Contudo, com o crescimento populacional acelerado e a grande demanda por mercadorias, houve a necessidade de uma produção mais acelerada, de caráter fabril. Tem início, então, a chamada **Revolução Industrial** (MAZZAROTTO; BERTÉ, 2013).

A Revolução Industrial tem início na Grã-Bretanha e se disseminou por toda a Europa e pela América do Norte, o que veio a se tornar a Segunda Grande Transição da história da humanidade. Constitui um dos marcos fundamentais para que possamos compreender as questões ambientais dos dias atuais. A Revolução Industrial consiste, fundamentalmente, na exploração dos vastos, porém finitos (recursos não renováveis) estoques de combustíveis fósseis (PONTING, 1995, p. 430-431 apud MENDES, 2010).

A Revolução Industrial trouxe inúmeras inovações tecnológicas, tais como a máquina a vapor, as grandes fábricas, a grande demanda por mão de obra. Entretanto, trouxe consigo inúmeros impactos socioambientais negativos, a exemplo do trabalho infantil.

FIGURA 20 – REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: TRABALHO INFANTIL



FONTE: Disponível em: <<http://historiaemcartaz.blogspot.com.br/2015/10/arquivo-h-revolucao-industrial-relatos.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

As consequências da industrialização pareciam mais evidentes nas cidades, onde se estabelecia uma situação de difícil controle. A falta de planejamento comprometia os serviços mais elementares ao próprio ambiente humano, a exemplo da limpeza das vias públicas, o fornecimento de água, condições de habitação e salubridade. Aumentavam os casos de alcoolismo, prostituição, suicídio, violência, entre outros (HOBSBAWM, 1975 apud MENDES, 2010).

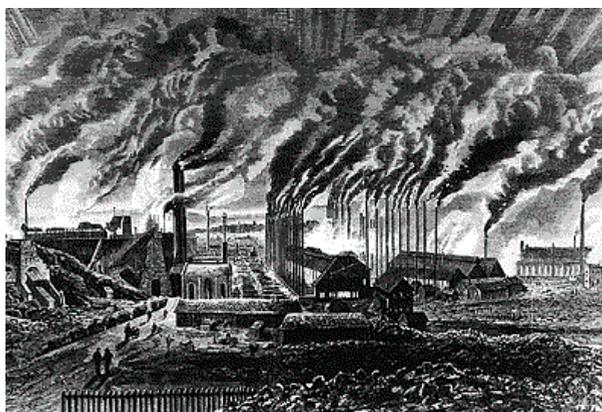
Outra problemática tratava-se da poluição gerada pelas atividades industriais, o que causou sérios prejuízos à saúde dos trabalhadores e dos habitantes dos entornos das fábricas. Isso era devido às escassas condições de segurança no trabalho e nas atividades realizadas. Como resultado, surgiram as doenças laborais e as mortes prematuras (PONTING, 1995 apud MENDES, 2010).

Outra problemática era o destino dado aos esgotos e resíduos das indústrias. Estes eram despejados nos leitos dos rios, poluindo as águas e matando a vegetação ribeirinha. Obviamente, os rios desaguavam no mar, poluindo-o também. O desmatamento inconsequente reduziu a qualidade do ar e passou a prejudicar o solo. O lançamento de grandes quantidades de gás carbônico diminuiu a qualidade do ar e, conforme alguns cientistas, nos levou a enfrentar hoje o que denominamos de efeito estufa (MAZZAROTTO; BERTÉ, 2013).



Acadêmico, será que os problemas socioambientais já ocorridos durante a Revolução Industrial podem ser observados hoje? Discuta com seus colegas esta questão e sigamos em frente.

FIGURA 21 – REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: POLUIÇÃO DO AR CAUSADA PELAS INDÚSTRIAS



FONTE: Disponível em: <<http://rockyindustrialrevolution.weebly.com/industrial-pollution.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

Contudo, já no século XIX, haviam iniciativas de preservação ambiental, com a criação de parques nacionais e unidades de preservação ambiental. O Parque Nacional de Yellowstone, por exemplo, localizado nos EUA, foi criado no ano de 1872.

Cabe destacar que a compreensão dos efeitos da industrialização, presentes até a atualidade, é essencial no entendimento da sociedade em sua atual configuração, bem como a crise de diversas naturezas (ambiental, social e econômica) que a atinge. A Revolução Industrial não iniciou e terminou no século XVIII. Sua essência e seus efeitos são sentidos até hoje, ou seja, a história ainda prossegue (HOBSBAWM, 1975 apud MENDES, 2010).

Carvalho (2003, p. 67 apud MAZZAROTTO; BERTÉ, 2013, p. 18) descreve, de forma resumida, as transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial:

O dinamismo da civilização industrial introduziu radicais mudanças no Meio Ambiente físico. Essas transformações implicaram a formação de novos conceitos sobre o ambiente e o seu uso. A Revolução Industrial, que teve início no século XVIII, alicerçou-se até as primeiras décadas do último século, nos três fatores básicos de produção: a natureza, o capital e o trabalho. No entanto, desde meados do século XX, um novo, dinâmico e revolucionário fator foi acrescentado: a tecnologia. Esse elemento novo provocou um salto, qualitativo e quantitativo, nos fatores resultantes do processo industrial. Passou-se a gerar bens industriais numa quantidade e numa brevidade de tempo antes impensáveis. Tal circunstância, naturalmente, não se deu sem graves prejuízos à sanidade ambiental.



Acadêmico, o termo sanidade ambiental é relativo a todos os fatores e condições ambientais necessárias para manter e gerar saúde (FOLHA DO NORDESTE, 2014).

Ao adentrarmos no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a preocupação com a exploração natural e a possibilidade de escassez de recursos teve origem e ganhou força de forma efetiva. Era necessário reformular as opções de desenvolvimento idealizadas na Revolução Industrial (MAZZAROTTO; BERTÉ, 2013). Além disso, a humanidade pôde evidenciar o poderio de destruição por meio da tecnologia armamentista disponível na época. A partir deste momento, surgem muitos movimentos de preservação ambiental e muitas ONGs (Organizações Não Governamentais).

FIGURA 22 – CIDADE ALEMÃ DE PFORZHEIM DEVASTADA APÓS A SEGUNDA GUERRA



FONTE: Disponível em: <<http://kid-bentinho.blogspot.com.br/2013/02/os-10-bombardeios-mais-devastadores-da.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

Outro aspecto a ser mencionado trata-se da significativa mudança na atividade industrial. A partir daí, houve um aumento acelerado na produção de químicos sintéticos, os quais possuíam elevado grau de toxicidade e igual resistência à degradação por processos naturais, a exemplo dos plásticos, detergentes, fibras sintéticas, fertilizantes e pesticidas (MENDES, 2010).

Como exemplo do impacto de substâncias tóxicas sobre o ambiente, podemos citar o acidente ambiental ocorrido na década de 50, na cidade de Minamata (Sul do Japão). Na época, a indústria Chisso, ao liberar efluentes com concentração elevada de mercúrio, causou uma doença conhecida como mal de Minamata, cujos reflexos se estenderam por muitos anos (NAIME, 2010).

Na **década de 60**, a bióloga marinha e escritora Rachel Carson (1907-1964), em sua obra “Primavera Silenciosa”, alertou a humanidade para os efeitos nocivos da utilização de pesticidas e do próprio rumo que a relação espécie humana e natureza estava seguindo.

FIGURA 23 – CAPAS DO LIVRO “PRIMAVERA SILENCIOSA” DE RACHEL CARSON



Legenda: à esquerda a capa original, produzida nos EUA (1962) e, à direita, a capa do livro traduzido para o Português, no Brasil (1962).

FONTE: Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/658/n/rachel_carson,_ciencia_e_coragem>. Acesso em: 11 ago. 2016.

O emprego do famoso DDT (Dicloro-difenil-tricloroetano) começou a ser efetuado posteriormente à Segunda Guerra Mundial, no combate a insetos que atacavam as plantações agrícolas. Contudo, após uma década, episódios de contaminação da água e do solo, bem como a morte de animais começaram a ser noticiados (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).

A publicação da obra de Carson causou impacto na opinião pública dos EUA, o que resultou na criação da Agência de Proteção Ambiental (EPA) e na proibição do uso do DDT.

No ano de 1968 é criado o Clube de Roma, composto por economistas, pedagogos e membros da comunidade científica de 10 nacionalidades, cujo objetivo foi o de discutir e analisar os limites do crescimento econômico considerando a crescente utilização dos recursos naturais.



Acadêmico, é importante notar que a produção artística também se constitui em uma denúncia dos aspectos socioambientais vivenciados em determinado momento histórico. Dentro deste aspecto, a cantora canadense Joni Mitchell escreveu e gravou a música intitulada “*Big Yellow Taxi*” (Grande táxi amarelo). O vídeo com a apresentação da música pode ser acessado pelo *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=gKLwOtpH_MY>. No endereço <<https://www.letras.mus.br/mitchell-joni/26447/traducao.html>>, você pode obter a tradução da letra, que alerta, dentre outras questões, para a morte de pássaros e abelhas decorrentes do uso do DDT.

Contudo, diversos outros eventos de caráter mundial levaram a humanidade a se preocupar com as questões ambientais. Estes podem ser evidenciados no quadro 14.

QUADRO 14 - PRINCIPAIS EVENTOS INTERNACIONAIS LIGADOS À QUESTÃO AMBIENTAL OCORRIDOS NO SÉCULO XX

Evento	Ano	Resultados
Cientistas, educadores, industriais e empresários de dez países se reuniram em Roma para discutir os dilemas atuais e futuros do homem.	1968	Nascimento do Clube de Roma
Em Paris ocorre uma Conferência sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera.	1968	São estabelecidas as bases para o lançamento, em 1971, do programa Homem e a Biosfera.
Realização, pela ONU, em 1972, na capital da Suécia, a Conferência de Estocolmo. Trata-se da primeira Conferência das Partes (COP-1), com a participação de 113 países.	1972	Declaração de um plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, que contém 109 recomendações. Conclusão de que, mantidas as taxas de crescimento atuais, o limite da Terra seria alcançado em 100 anos (FRANCO, 2000; UNEP, 2016). Uma inovação foi o destaque para a importância da Educação Ambiental enquanto campo de atuação da pedagogia, no sentido de considerar a educação enquanto verdadeira ferramenta de mudanças socioambientais.
A Assembleia Geral da ONU cria a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), presidida pela primeira ministra da Noruega Gro Harlen Brundtland.	1983	Examinar as relações entre meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.
O informe/relatório Brundtland denominado “Nosso Futuro Comum”.	1987	O informe é considerado um dos mais importantes documentos sobre a questão ambiental e o desenvolvimento.
Realização da CNUMAD - Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento -, também chamada de Rio-92 Cúpula da Terra na cidade do Rio de Janeiro. Contou com a participação de 179 nações.	1992	Era necessário compatibilizar desenvolvimento socioeconômico à utilização dos recursos naturais. A partir desta premissa, foram assinados cinco documentos que direcionariam as discussões sobre meio ambiente nos anos seguintes: Agenda 21, convênio sobre a Diversidade Biológica, Convênio sobre as Mudanças Climáticas, princípios para a Gestão Sustentável das Florestas e Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento.

FONTE: Adaptado de Silva e Crispim (2011, p. 168-169).



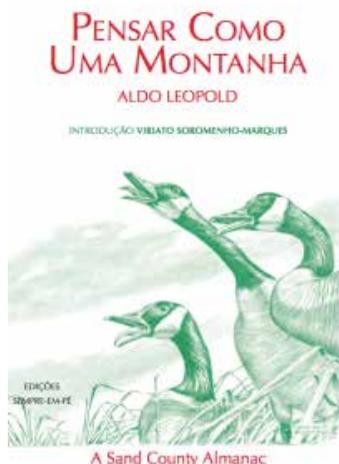
Os acontecimentos ligados às questões ambientais, em especial, as grandes conferências ambientais (por exemplo, a Rio-92), realizadas na segunda metade do século XX, constituem apenas uma parte da história das movimentações referentes à temática ambiental. Existem, porém, aspectos da história não comumente divulgados pelos meios de comunicação em geral. Estudaremos estes aspectos nos itens que seguem.

3 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Anteriormente ao estabelecimento do conceito de desenvolvimento sustentável, em 1987, pelo Relatório Brundtland, outros autores já tratavam sobre a necessidade de se criar um modelo de desenvolvimento diferenciado, não excludente, que buscasse sanar os problemas ambientais e sociais. Entretanto, a definição proposta na década, no ano de 1987, é largamente difundida pela mídia, carece de reflexões mais profundas.

Já na década de 40, em especial em 1949, é publicado o livro “*Sand County Almanac*”, do autor Aldo Leopold (1887-1948), filósofo e conservacionista ambiental norte-americano. Inclusive, a obra foi publicada após a morte do referido autor. Em português, a obra foi intitulada “Pensar como uma montanha”, mantendo o título original em inglês (GOLDIM, 2010).

FIGURA 24 – CAPA DO LIVRO PENSAR COMO UMA MONTANHA



FONTE: Disponível em: <<https://sempreempe.pt/2008/11/09/pensar-como-uma-montanha/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

Um dos textos do livro trata sobre a Ética da Terra (*Land Ethic*). A partir dele, foram lançadas as bases para a ética Ecológica. Além disso, por meio da obra do autor, pode-se vislumbrar uma visão sutil e delicada da frágil teia dos equilíbrios naturais, por meio da crítica do modo desastrado e destruidor de que se configuram a maioria das intervenções antrópicas sobre os ecossistemas, sob a máscara do chamado “progresso”. Ao lado de Rachel Carson, Leopold foi a segunda figura mais influente do ambientalismo norte-americano do século XX.

Alguns dos dizeres de Lepold remontam a uma nova abordagem a respeito da ação humana sobre o meio em que vive. A citação a seguir evidencia bem este contexto.

A ética da terra simplesmente amplia as fronteiras da comunidade para incluir o solo, a água, as plantas e os animais ou coletivamente: a terra. Isto parece simples: nós já não cantamos nosso amor e nossa obrigação para com a terra da liberdade e lar dos corajosos? Sim, mas quem e o que propriamente amamos? Certamente não o solo, o qual nós mandamos desordenadamente rio abaixo. Certamente não as águas, que assumimos que não tem função exceto para fazer funcionar turbinas, flutuar barcaças e limpar os esgotos. Certamente não as plantas, as quais exterminamos, comunidades inteiras, num piscar de olhos. Certamente não os animais, dos quais já extirpamos muitas das mais bonitas e maiores espécies. A ética da terra não pode, é claro, prevenir a alteração, o manejo e o uso destes 'recursos', mas afirma os seus direitos de continuarem existindo e, pelo menos em reservas, de permanecerem em seu estado natural (LEOPOLD, 1949, p. 204 apud GOLDIM, 2010, s.p.).

Na década de 1960 a crise ambiental se torna evidente, refletindo a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo e, demarcando os limites do crescimento econômico. Deste modo, tem origem o debate teórico e político para valorizar a natureza e internalizar as externalidades socioambientais ao sistema econômico (LEFF, 2011).

A partir desse debate crítico surgiram as estratégias do **ecodesenvolvimento**, promovendo novos tipos de desenvolvimento fundados nas condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos (SACHS, 1982 apud LEFF, 2011).



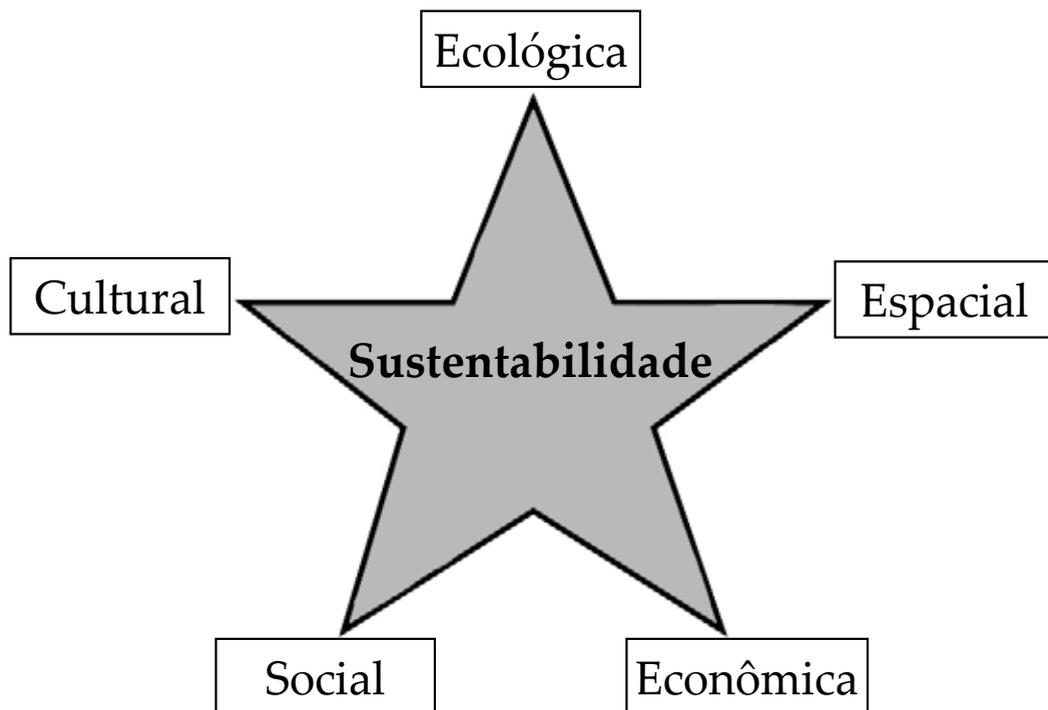
Você já ouviu falar na expressão “**externalidade socioambiental**”? A externalidade se refere ao resultado de uma atividade que afeta (beneficia ou prejudica) aqueles que não estão diretamente envolvidos na atividade; no caso do texto, a conotação de externalidade socioambiental é negativa, pois tratam-se de danos gerados a terceiros, sem que estes

danos sejam incorporados ao sistema de preços. Uma vez que estes custos não afetam o agente poluidor (por exemplo, uma indústria), estes são considerados externos ao processo econômico que ocasionou determinado prejuízo (CARVALHO, 2011). Podemos citar como exemplo de externalidade negativa uma empresa de fundição de cobre que, ao ocasionar chuvas ácidas, prejudica a colheita dos agricultores da vizinhança. Já a criação de empregos (com salários e condições de trabalho dignas) podem ser externalidades positivas.

O termo **ecodesenvolvimento** foi proposto por Maurice Strong, secretário-geral da Conferência de Esolomo (1972). Este conceito foi amplamente disseminado por Ignacy Sachs, a partir de 1974. Esta definição trata-se do desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades (endógeno), sem criar dependência externa, tendo por objetivo “responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (SACHS, 1993 apud MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 51).

Para Sachs (1993), são cinco os pilares (eixos) do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, territorial, econômico e político. Na sequência, é apresentada uma breve definição para cada um deles.

FIGURA 25 – AS CINCO DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE



FONTE: Disponível em: <construironline.dashofer.pt>. Acesso em: 11 ago. 2016.

- **Dimensão Social:** reduzir as desigualdades sociais e considera as necessidades materiais e não materiais das pessoas (distribuição de renda e bens, direito à dignidade e solidariedade), ou seja, devem ser reduzidas as divergências sociais e trabalhar para melhoria da qualidade de vida. O processo de desenvolvimento deve estar pautado sob a ótica do conceito de uma “boa” sociedade.
- **Dimensão Ecológica:** utilização dos recursos naturais com o mínimo de deterioração, preservando as fontes de recursos naturais e energéticos. Os impactos causados a partir da extração desses recursos devem ser minimizados. Além disso, a substituição de recursos não renováveis por renováveis também deve ser priorizada.
- **Dimensão Econômica:** a gestão do capital financeiro deve estar pautada na sustentabilidade social e num modelo menos agressivo ao meio ambiente. Outro aspecto importante é o de que as empresas devem assumir os custos ambientais (externalidades negativas) gerados pelas suas atividades.
- **Dimensão Espacial:** distribuição mais equilibrada dos assentamentos humanos. Deve-se evitar a excessiva concentração geográfica das populações. Para tanto, as variáveis locais devem ser consideradas, definindo-se os objetivos e os recursos disponíveis na localidade, além de se refletir sobre a interação com outros meios. Desta forma, deve se buscar uma conformação dos espaços rural e urbano, mais adequada para a conservação da biodiversidade e na melhoria da qualidade de vida dos seres humanos.
- **Dimensão cultural:** engloba as soluções adaptadas às especificidades de cada ecossistema, cultura e local.

A partir das dimensões propostas por Sachs e de suas definições, podemos entender que as estratégias do ecodesenvolvimento estão pautadas na necessidade de se fundar novos modelos de produção e estilos de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na autoconfiança das populações para a gestão participativa dos recursos (LEFF, 2011).

Agora, partimos para a análise do conceito de “desenvolvimento sustentável”, que teve origem a partir do Relatório Brundtland (1987), redigido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CMED). Conforme o relatório, o desenvolvimento sustentável é definido como um “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas necessidades” (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987, p. 9). A partir deste conceito, é estabelecido o tripé da sustentabilidade, do termo em inglês, *Triple Bottom Line*.

FIGURA 26 – O TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE OU *TRIPLE BOTTOM LINE*

FONTE: Disponível em: <www.licenciamentoambiental.eng.br. Acesso em: 12 ago. 2016.

Antes de continuarmos nossos estudos, é importante diferenciar os termos “crescimento” e “desenvolvimento”. Para Herman Daly (2004, p. 198), economista norte-americano, crescer significa “aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através de assimilação ou acréscimo”. Desenvolver-se significa “expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior ou melhor”. Quando algo cresce fica maior. Quando algo se desenvolve torna-se diferente. O ecossistema terrestre desenvolve-se (evolui), mas não cresce. Seu subsistema, a economia, deve finalmente parar de crescer, mas pode continuar a se desenvolver.

Qual a razão de diferenciarmos “crescimento” e “desenvolvimento”? Ora, o crescimento, mesmo que num ritmo acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não ameniza as desigualdades. Dentro desse enfoque, o desenvolvimento exige que exista uma sintonia entre as cinco dimensões apresentadas anteriormente. Também exige que se evite a armadilha da competitividade espúria, baseada na depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais (SACHS, 2008).



Competitividade espúria está relacionada ao conceito de vantagem competitiva espúria, baseada numa vasta oferta de incentivos e subsídios fiscais e abundância de mão de obra barata. Caracterizada, principalmente, por baixos salários e flexibilidade do mercado de trabalho (BAMPI, 2008).

Através da constatação de que a Terra é um planeta finito, haveriam preocupações e desafios comuns a todos os integrantes da humanidade. Este viés é o ponto básico defendido pela Comissão Brundtland. Contudo, omite o conceito “ser humano sócio-histórico” e origina o conceito “ser humano abstrato”, cujo resultado implica na retirada do aspecto ideológico das questões ambientais. Estas, então, passam a ser vistas com certa dose de descompromisso, com relação à carência de visibilidade de todas as modificações históricas que geraram a crise ambiental (LAYRARGUES, 2015).

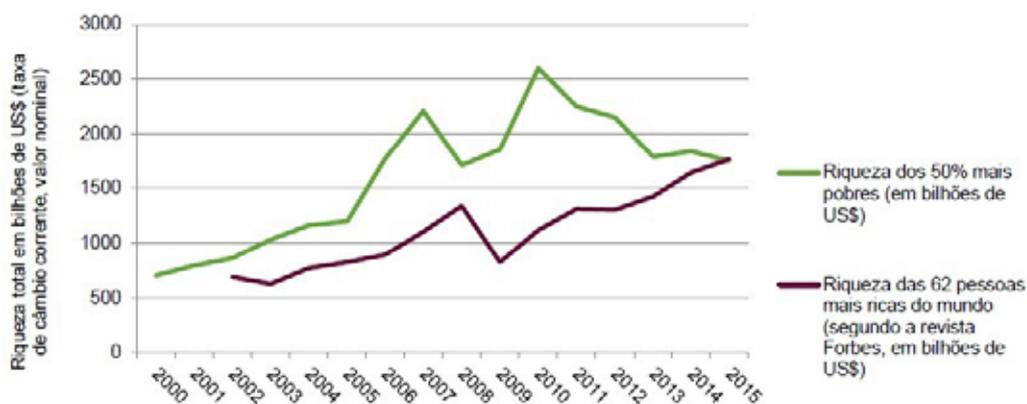
Perceba que o entendimento do que é realmente sustentabilidade socioambiental requer uma análise abrangente dos aspectos históricos que constituíram a humanidade até os dias atuais. Deste modo, podemos indagar sobre como garantir as necessidades atuais e das gerações futuras, sendo que, o chamado “futuro”, no que diz respeito às metas concretas em prol da sustentabilidade, são constantemente postergadas e não tomadas enquanto medidas prioritárias? Vamos pensar sobre isso?

Outra questão a ser questionada do Relatório Brundtland trata-se deste apontar a pobreza como um dos principais motivos para as problemáticas ambientais. A partir desta alegação, ocorre uma acentuada propaganda em torno das causas da pobreza, mas com a finalidade de se justificar a necessidade de que o crescimento econômico continue com a omissão da responsabilidade socioambiental do consumo demasiado das nações desenvolvidas, a exemplo dos Estados Unidos (LAYRARGUES, 2015).

Dentro desta temática, Sachs (2008) alerta para a necessidade de um paradigma (reveja o conceito de paradigma no início deste Tópico) convincente, capaz de lidar com dois problemas do desemprego maciço/subemprego e desigualdade crescente. Especialmente, no que concerne às desigualdades sociais, a distribuição da riqueza no mundo é bastante desequilibrada, mesmo com todo o discurso sobre globalização. Além disso, nossas economias são caracterizadas pelo elevado grau de desperdício. E de todas as formas de desperdício, a pior de todas é aquela que destrói vidas humanas por meio do déficit de oportunidades de trabalho decente.

Para termos uma ideia de tamanha desigualdade, podemos citar como exemplo o estudo realizado pela ONG britânica Oxfam (2015) que revelou que a crise da desigualdade global está atingindo novos extremos. Conforme a ONG, o 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas na atualidade do que todo o restante do mundo somado!

GRÁFICO 2 – RIQUEZA DOS 62 INDIVÍDUOS MAIS RICOS DO MUNDO CONTINUA A CRESCER, ENQUANTO A DA METADE MAIS POBRE DA POPULAÇÃO MUNDIAL PERMANECE ESTAGNADA



Legenda: a linha superior retrata a riqueza dos 50% mais pobres em bilhões de dólares (US\$). Já na linha inferior, é demonstrado o crescimento da renda das pessoas mais ricas do mundo, também em bilhões de US\$.

FONTE: Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-summ-pt.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.



O estudo completo da ONG Oxfam pode ser obtido na íntegra pelo site: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-summ-pt.pdf>.

Outro aspecto impactante revelado pela pesquisa, encontra-se no aspecto de que, em todo o planeta, o impacto ambiental médio do 1% mais rico da população pode ser até 175 vezes mais intenso que o dos 10% mais pobres (OXFAM, 2015), ou seja, será a pobreza a causa da degradação ambiental?

Ao invés de se estabelecer uma economia que promova a prosperidade para todos, para gerações futuras e para o planeta, criamos uma economia que favorece 1% da população mundial (OXFAM, 2015). Por isso, é urgente a necessidade de questionarmos por que a economia cresce, de que forma ela o faz e para quem o faz.

FIGURA 27 – RECURSOS NATURAIS E ECONOMIA



FONTE: Disponível em: <www.terraambiental.com.br. Acesso em: 12 ago. 2016.

Vamos em frente e bons estudos!

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, vimos que:

- É importante refletir e questionar se o desenvolvimento sustentável, na forma como é propagado pelos meios de comunicação em massa (por exemplo, a televisão), pode ser visto como novo paradigma, aceito e colocado em prática por todos os atores sociais.
- Quando analisamos a espécie humana como parte do meio, esta nova concepção é chamada de biocêntrica. Sob este enfoque, espécie humana e natureza encontram-se no mesmo nível de interações e modificações, ou seja, estão no mesmo patamar de importância.
- Do ponto de vista do Direito Ambiental, o meio ambiente pode ser conceituado sob os aspectos: natural; artificial; cultural; e do trabalho.
- Há aproximadamente 10.000 anos, o gênero humano era nômade, obtendo seus alimentos por meio de caça e coleta. E, aparentemente, viviam em harmonia com o meio, gerando danos mínimos aos ecossistemas.
- A partir do período Neolítico, possivelmente, a primeira grande modificação no estilo de vida das populações deu-se a partir do desenvolvimento da agricultura.
- Com o advento da agricultura, as populações foram se tornando sedentárias, surgindo aldeias e vilas de proporções cada vez maiores. Começam a surgir também os primeiros problemas socioambientais.
- Outro marco civilizatório fundamental deu-se com a Revolução Industrial, a partir do final do século XVIII. Este marco histórico trouxe consigo inúmeras inovações tecnológicas (por exemplo, a máquina a vapor). Entretanto, problemas como a poluição acarretaram em sérios prejuízos aos trabalhadores e às comunidades dos entornos das indústrias.
- Já no século XX, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, a humanidade começa a atentar para exploração da natureza e a possível escassez de recursos naturais.
- Outro aspecto do pós-guerra a ser salientado trata-se da significativa mudança na atividade industrial. Houve, assim, um aumento crescente na produção de químicos sintéticos, de elevado grau de toxicidade, a exemplo do DDT.

- Na década de 60, Rachel Carson, em seu livro “Primavera Silenciosa”, alerta a humanidade para os efeitos nocivos dos pesticidas, especialmente, sobre os efeitos do DDT.
- Nesta mesma década, a crise ambiental se torna evidente, refletindo a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, demarcando os limites do crescimento econômico.
- A partir das discussões surgidas na década de 60, surgiram as estratégias do **ecodesenvolvimento**. Este propôs um novo modelo de desenvolvimento, pautado nas potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos naturais.
- Os termos “crescimento” e “desenvolvimento” são distintos. Deste modo, levando-se em conta que a Terra é um planeta finito, a economia deveria, então, “parar de crescer” para se desenvolver, promovendo qualidade de vida a todos.



1 Em novembro de 2015, aconteceu o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, o episódio destruiu o distrito mineiro de Bento Rodrigues (MG), e é visto como o maior desastre do gênero da história mundial nos últimos 100 anos.

A charge a seguir ilustra a situação enfrentada pelos moradores da região.

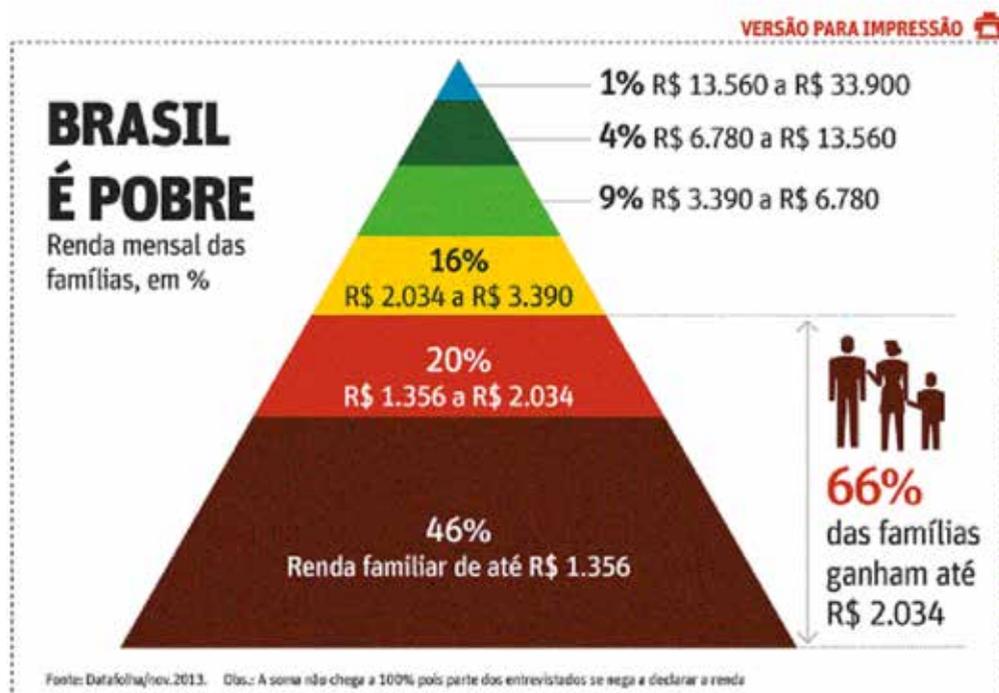


FONTE: Disponível em: <atarde.uol.br>. Acesso em: 12 ago. 2016.

Por meio do exposto, e a partir da perspectiva biocêntrica de meio ambiente, cite três externalidades ambientais negativas decorrentes deste acidente ambiental.

Resposta: _____

2 Nas últimas décadas o Brasil vem confirmando uma tendência de grande desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Desta forma, tem-se que a desigualdade social no país é um dos grandes obstáculos a serem superados na construção de uma sociedade que caminhe rumo ao ecodesenvolvimento. Desta forma, analise o gráfico a seguir:



FONTE: Disponível em: <<https://historiaonline.com.br/2014/02/13/desigualdade-e-violencia-no-brasil/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

Agora, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

- () A renda da maior parcela da população brasileira encontra-se na faixa dos 13.000 reais.
- () A faixa de renda de 66% da população no Brasil, é de 2.034 reais.
- () O percentual de 5% da população apresenta renda mensal que varia de 13.560 a 33.900 reais.
- () 46% da população constitui renda mensal familiar de até 1.356 reais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () F – V – V – V.
- () F – V – F – V.
- () V – V – F – V.
- () F – F – V – V.

3 Referente à questão anterior, e por meio das reflexões propostas referentes à sustentabilidade socioambiental, cite e descreva três medidas que poderiam ser adotadas para a redução da desigualdade social no Brasil. Observação: para a redação da resposta podem ser consultados outros materiais (*sites*, jornais, revistas), de forma complementar aos conhecimentos abordados.

Resposta: _____

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, cada vez mais nos deparamos com os problemas consequentes da industrialização e a urgente necessidade de revermos os padrões de crescimento econômico. E, até mesmo, de questionar se a economia não deveria parar de crescer para então se desenvolver.

São pontos polêmicos e que necessitam de constantes reflexões e discussões, especialmente em um mundo cada vez mais globalizado. Neste aspecto, estudar o fenômeno da globalização e de como este repercute em nossa sociedade é fundamental, pois possibilita a compreensão mais abrangente de como a economia se configura e quais os impactos positivos e negativos sobre o ambiente.

Outro ponto tratado neste tópico e que apresenta relação direta com a globalização diz respeito ao papel das TNCs (Corporações Transnacionais), sua influência sobre as lideranças governamentais, os impactos socioambientais gerados a partir de suas atividades e o que podemos fazer enquanto cidadãos dentro deste contexto.

Vamos lá? Bons estudos!

2 GLOBALIZAÇÃO: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

A palavra globalização é um termo normalmente empregado para designar um conjunto de transformações socioeconômicas que vem atravessando as sociedades contemporâneas por todas as partes do globo. Estas transformações compõem uma gama de novas realidades e de problemas que parecem acarretar em novos desafios aos trabalhadores e às ações dos sindicatos (CAMPOS; CANAVEZES, 2011).

De acordo com Alvarez (1999, p. 97 apud RODRIGUES; OLIVEIRA; FREITAS, 2001, p. 98):

De fato, o termo globalização tem sido usado para caracterizar um conjunto aparentemente bastante heterogêneo de fenômenos que ocorreram ou ganharam impulso a partir do final dos anos 80 - como a expansão das empresas transnacionais, a internacionalização do capital financeiro, a descentralização dos processos produtivos, a revolução da informática e das telecomunicações, o fim do socialismo de Estado na ex-URSS e no Leste Europeu, o enfraquecimento dos Estados nacionais, o crescimento da influência cultural norte-americana etc. -, mas que estariam desenhando todos uma efetiva 'sociedade mundial', ou seja, uma sociedade na qual os principais processos e acontecimentos históricos ocorrem e se desdobram em escala global.



A sigla URSS refere-se à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, também chamadas de União Soviética (atual Rússia), que existiu de 1917 a 1991.

Não podemos esquecer que, ao se consultar a literatura disponível, a maneira com que diferentes autores definem globalização é bastante variável. Algumas delas enfatizam o caráter multidimensional do processo; outras se direcionam mais na dimensão econômica e, em alguns casos, associam o processo de globalização ao capitalismo e à ideologia neoliberal. Em outros casos, as dimensões política e cultural são particularmente salientadas; já outras, tratam a globalização enquanto força motriz (impulsionadora) de um processo civilizatório, deixando implícita sua naturalidade e inevitabilidade (CAMPOS; CANAVEZES, 2011). Algumas destas definições podem ser evidenciadas no quadro a seguir.

QUADRO 15 - ALGUMAS DEFINIÇÕES DE GLOBALIZAÇÃO

Definição	Autor
Propomos que a palavra designe o alargamento a todo o planeta de um modo de produção (o capitalismo, na sua fase de capitalismo financeiro); de uma ideologia e de uma forma de governo (o neoliberalismo); da dominação cultural, comercial e, se necessário, militar, pelos países ocidentais.	Academia Sindical Europeia (ASE, 2004)
A globalização é um fenômeno complexo de muitas repercussões. Não é, por conseguinte, surpreendente que o termo "globalização" tenha adquirido numerosas conotações emocionais [...]. No limite, ela é considerada como uma força irresistível e benéfica que trará a prosperidade econômica de todos os habitantes do mundo. No outro extremo, vê-se nela a fonte de todos os males contemporâneos.	Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização

É uma força condutora central por trás das rápidas mudanças sociais, políticas e econômicas que estão a remodelar as sociedades modernas e a ordem mundial.	David Held (1999)
O conceito de globalização implica primeiro e, acima de tudo, um alongamento das atividades sociais, políticas e econômicas através das fronteiras, de tal modo que acontecimentos, decisões e atividades numa região do mundo podem ter significado para indivíduos e atividades em regiões distintas do globo.	David Held (1999)
Falar de mundialização é evocar a dominação de um sistema econômico, o capitalismo, sobre o espaço mundial. [...] A mundialização é também, e sobretudo, um processo de contornar, atenuar e, por fim, dismantelar as fronteiras físicas e regulares que constituem obstáculo à acumulação do capital à escala mundial.	Jacques Adda (1996)
Fundamentalmente, é a integração mais estreita dos países e dos povos que resultou da enorme redução dos custos de transportes e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e (em menor escala) pessoas.	Joseph Stiglitz (2004)
A globalização pode ser definida como um processo social através do qual diminuem os constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais, em que os indivíduos se conscientizam cada vez mais dessa redução.	Malcom Waters (1999)
Podemos definir globalização como um processo que tem conduzido ao condicionamento crescente das políticas econômicas nacionais pela esfera megalocômica, ao mesmo tempo em que se adensam as relações de interdependência, dominação e dependência entre os atores internacionais e nacionais, incluindo os próprios governos nacionais que procuram colocar em prática as suas estratégias no mercado global.	Mário Murteira (2003)
A globalização é simplesmente uma versão atual do colonialismo.	Martin Kohr (citado por BONAGLIA, 2006)

FONTE: Campos e Canavezes (2011, p. 13-14)



Você pode estar se perguntando: o que é uma ideologia neoliberal? Conforme Gérard Duménil, um dos mais reconhecidos estudiosos do neoliberalismo no mundo, e Dominique Lévy, é uma fase do capitalismo que surgiu por volta da década de 1980, mais especificamente nos países do Centro, como nos EUA e na Europa. Como característica marcante deste novo modelo temos uma dinâmica mais favorável da mudança tecnológica e da rentabilidade; a criação de rendas em prol das classes mais abastadas; e diminuição da taxa de acumulação (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

Ainda, de acordo com Campos e Canavezes (2011), embora sejam diversas as abordagens e os conceitos atribuídos à globalização encontradas na literatura, é importante frisar alguns aspectos comuns:

- Refere-se a um fenômeno de escala mundial, transversal ao conjunto dos Estados-Nação que compõem o globo.
- Trata-se, também, da crescente interligação e interdependência entre Estados, organizações e indivíduos do mundo inteiro. Isto não ocorre somente na esfera das relações econômicas, mas também ao nível da interação social e política, ou seja, acontecimentos, decisões e atividades em determinada região do globo têm significado e consequências em regiões muito distintas do planeta, o que pode ser observado na figura a seguir.

FIGURA 28 – O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO



FONTE: Disponível em: <blogs.unigranrio.br>. Acesso em: 13 ago. 2016.

- Um aspecto da globalização se refere à desterritorialização. Significa dizer que as relações entre pessoas e instituições, sejam elas de caráter econômico, político ou cultural, tendem a desvincular-se das contingências (limites) do espaço (territoriais).
- Outra questão a ser ressaltada é relativa à comunicação entre pessoas e entre instituições, que facilitam a circulação de pessoas, bens e serviços, que compõem um ponto essencial da globalização. Podemos citar, como exemplo, a facilidade de comunicação da rede mundial de computadores (*World Wide Web*), a internet.

Ao abordarmos a questão da globalização é importante citar um autor bastante referenciado na bibliografia, Manuel Castells, sociólogo espanhol. Este estudioso da área aponta que a globalização foi, e ainda está sendo constituída, por uma revolução tecnológica centrada em torno das tecnologias da informação, telecomunicação e transporte, que surgiu na década de 1970. Além disso, a interdependência das economias trouxe à escala global uma nova forma de relação entre economia, Estado e sociedade. Outro aspecto se refere à desagregação do bloco soviético e as mudanças de políticas econômicas nas nações de regimes socialistas, o que colocou fim à Guerra Fria possibilitando uma reestruturação profunda do capitalismo. (CASTELLS, 1996 apud ABÍLIO, 2016).

Cabe destacar que a globalização da economia teve seu primeiro marco importante na década de 1950. Nesta década, inúmeras empresas de médio porte transformam-se em transnacionais. A produtividade econômica cresce fabulosamente como produto da combinação de revoluções tecnológicas (microeletrônica, robótica, novos materiais, eficiência energética, biotecnologia, reciclagem e controle de poluição) e gerenciais (qualidade total, reengenharia) (VIOLA, 1998).



Corporações multinacionais: atores econômicos com estratégia global - que vão progressivamente saindo do controle dos Estados-nações e que na década de 1980 transformam-se em **corporações transnacionais**. Este termo advém do inglês, *transnational corporations* (TNCs).

O desenvolvimento da produtividade econômica cria empregos de alta qualificação e elimina massivamente empregos de baixa e média qualificação, produzindo desemprego estrutural em todo o mundo. O comércio internacional intensifica-se criando pressões cada vez maiores para a diminuição das barreiras alfandegárias (criação da Organização Mundial de Comércio em 1994) e a formação de uniões econômicas regionais complementares do processo de globalização (NAFTA, Mercosul) (LAFER, 1997 apud VIOLA, 1998).

A dimensão financeira se localiza nos mercados financeiros transnacionais em que o capital especulativo circula eletronicamente em alta velocidade, erodindo progressivamente a capacidade regulatória dos Estados Nacionais (mesmo dos mais poderosos). Os mercados financeiros transnacionais têm uma diversidade de atores, como bancos internacionalizados, megaespeculadores, fundos mútuos, fundos de pensão, entre outros. As instituições de Bretton Woods tornam-se cada vez mais limitadas para lidar com os fenômenos da globalização financeira e a volatilidade da circulação de capital especulativo constitui-se na maior ameaça para a estabilidade e previsibilidade do sistema (THUROW; DREIFUSS, 1996 apud VIOLA, 1998).



Caro acadêmico: Bretton Woods é uma cidade dos EUA em que no ano de 1944 (pós-guerra), pelo governo norte-americano, dedicou-se à criação de instituições financeiras internacionais. É neste ano, inclusive, que nascem o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Num primeiro momento, a administração do governo Roosevelt é favorável à criação de instituições robustas capazes de imporem regras ao setor financeiro, inclusive a Wall Street (TOUSSAINT, 2014).

A partir do estudo de diferentes conceitos e dimensões da globalização podemos verificar que na atualidade o mundo está marcado pelo crescente processo de globalização, nas esferas econômica, social e cultural, de caráter mundial, nacional ou regional. Contudo, não se trata de um processo novo, mas sim, de um fenômeno de raízes históricas e profundas que, conseqüentemente, podem gerar mudanças drásticas nos espaços num curto período, impulsionado pelo processo de comunicação e informação que ampliou as dimensões, trazendo transformações qualitativas com relação ao passado (CEPAL, 2002).

Cabe destacar que a partir das leituras sobre o processo de globalização, você perceberá que algumas correntes ideológicas enxergam esse processo como algo extraordinário, cuja tendência é a de somente contribuir com o bem-estar dos países, e que todas as coisas se tornaram globais.

Contudo, esta postura não é uniforme entre os autores. Dentro desse aspecto, Bauman (2000) afirma que conceituar o fenômeno da globalização demanda esforço, e esta é considerada pela maior parte dos autores um processo irreversível.

O economista brasileiro de origem polonesa, Ladislau Dowbor discorre que a globalização não é geral. Ao observarmos nosso dia a dia, notamos que desde a casa onde residimos, o local de trabalho e até as verduras e os legumes que comemos, tratam-se de atividades de espaço local, e não global. Por isso, é importante diferenciarmos entre os produtos globais que existem (por exemplo, automóvel, computador, celular), além dos outros níveis de atividade econômica e social (DOWBOR, 1995).

Dowbor (1995), inclusive, atenta para a questão de que devemos substituir a visão de que “tudo se globalizou” por uma melhor compreensão de como os diversos espaços do nosso desenvolvimento se articulam, cada nível apresentando os seus problemas e as suas oportunidades, e a totalidade representando um sistema de maior complexidade.



Não é fácil definir o termo “globalização”, dada a sua complexidade. De que forma a globalização se relaciona com a sustentabilidade? Vamos descobrir? Este será o tema dos itens a seguir. Vamos em frente e bons estudos.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: AS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA

A partir do que estudamos até o momento podemos pensar que construir uma sociedade em desenvolvimento sustentável (com base nos princípios do Ecodesenvolvimento) é uma tarefa bastante árdua e de longo prazo. Em um planeta globalizado, mas com tantas desigualdades, em que a acumulação de capital financeiro é vista como “ideal de felicidade”, uma sociedade mais justa parece algo distante.

O impacto do capitalismo global tem sido altamente nocivo à sociedade e aos fatores ambientais, pois promove o empobrecimento generalizado das populações e, conseqüentemente, quedas bruscas na qualidade de vida. A elite dominante, por sua vez, no modelo capitalista, torna-se centralizadora de riquezas e informações, além de possuir, subjetivamente, voz muito ativa nas tomadas de decisões governamentais (MAZZAROTO; BERTÉ, 2013, p. 35).

Outra questão, ressaltada por Pinto (2016), está no fato de que a globalização reduz toda a complexidade do desenvolvimento a uma só variável, a econômica. Por outro lado, concebe esse mesmo desenvolvimento de forma **linear**, como expansão, sem limite nem condição alguma, do mercado mundial. As demais variáveis, a globalização cultural, a globalização política, a globalização ecológica, a identidade nacional, a informática, os meios de comunicação social e outros, são considerados totalmente subordinados à globalização econômica e submetidos ao grande projeto de uma “sociedade global de mercado”.

Sachs (2002, p. 55) corrobora esta questão sobre o impasse em que se encontra a humanidade: a “História nos pregou uma peça cruel. O desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado”.

Como essas forças de mercado foram construídas?

Os autores Finger e Kilcoyne (1996), no texto intitulado “Por que as corporações transnacionais se organizam para salvar o ambiente global”, abordam justamente este aspecto. Você sabe o que é uma corporação transnacional (TNC)?



O termo transnacional é utilizado para definir algo que transpassa as fronteiras nacionais, alcançando mais de uma nação. Comumente atribuído às empresas estrangeiras que atuam em países distintos do qual suas atividades foram iniciadas. Disponível em: <<http://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-carreira/o-que-e-empresa-transnacional/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

As TNCs são empresas que apresentam sede em um país, mas que apresentam atuação em diversas nações. Geralmente são empresas que instalam suas filiais em outros países na busca por mercado consumidor, energia, matéria-prima e mão de obra baratas. Podemos citar como exemplo de empresas instaladas no Brasil: Fiat, Volkswagen, Nokia, IBM, entre outras. Também temos exemplos de TNCs brasileiras instaladas em outros países: Sadia, Vale do Rio Doce, Petrobras, Weg, entre outros. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o-que_e/empresas_multinacionais.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Agora que conhecemos o termo corporação transnacional, sigamos em frente com nossos estudos sobre estas organizações privadas.

Finger e Kilcoyne (1996) iniciam seu artigo com uma postura crítica ao pontuar que as TNCs são, de longe, as responsáveis por muito da terrível destruição ambiental dos últimos anos. Conforme os autores, estas empresas insistem na ideia de que se transformaram em “guardiãs”, pois já teriam virado uma nova página em suas atividades, daquilo que ainda restaria de nosso ambiente natural.

O recente (década de 1990) interesse em “salvar o ambiente global” é meramente uma parcela de uma estratégia para habilitá-las a conquistarem seus verdadeiros objetivos, dentre eles, a construção de um mercado global para seus produtos, “livre” e cada vez mais homogêneo (FINGER; KILCOYNE, 1996).

Esta estratégia começou a ser estabelecida durante a realização da Conferência Rio-92 (Cúpula da Terra), que conhecemos no Tópico 1. Durante o evento, um grupo de 48 TNCs originou o que então se denominou de *Business Council for Sustainable Development* – BCSO (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS). Estas TNCs realizaram *lobby* para formatarem os resultados da Conferência, cooptando as maiores ONGs ambientais do mundo (por exemplo, a WWF e a IUCN) e testando sua atuação (FINGER; KILCOYNE, 1996).



WWF – *World Fund for Nature* (Fundo Mundial para a Natureza).
IUCN – *International Union for the Conservation of Nature* (União Internacional para a Conservação da Natureza).



Lobby trata-se do esforço desenvolvido por uma empresa ou entidade no sentido de influenciar o Executivo (o Governo) ou o Legislativo (os políticos) tendo em vista a defesa dos seus interesses. Disponível em: <<http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/conceitos/lobby.php>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

No ano de 1995, as referidas TNCs criam o *World Business on Sustainable Development* - WBCSD (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável) -, que substituiu o anterior BCSO. O WBCSD está na atualidade, mais especificamente, a partir de 1996, envolvido na segunda etapa de sua estratégia, que envolve o *lobbaying* estratégico sobre os governos nacionais do Hemisfério Sul tanto quanto as organizações multilaterais, especialmente, o Banco Mundial (FINGER; KILCOYNE, 1996).

Já o terceiro estágio envolve o *lobby* sobre duas organizações internacionalmente estratégicas. A ISO (*International Standardization Organization* – Organização Internacional de Padronização) e a WTO (*World Trade Organization* – Organização Internacional do Comércio) (FINGER; KILCOYNE, 1996).

É importante enfatizar que a emergência das questões ambientais globais evidenciadas com maior profundidade durante a década de 1980, inicialmente se configuraram enquanto ameaça ao empresariado global. Os empresários temiam que os impactos negativos do crescimento industrial (por exemplo, poluição do ar, perda da biodiversidade, desertificação), pudessem ser utilizados como justificativa para restringir o crescimento, o econômico, diga-se de passagem. As TNCs temiam que as regulamentações ambientais pudessem atuar enquanto freio das atividades de livre mercado (FINGER; KILCOYNE, 1996).

Obviamente que as TNCs estavam interessadas em todas as formas de regulamentações (nacionais e internacionais) que delimitassem os negócios. Isto porque suas estratégias de negócios procuravam de forma coerente a mais ampla liberdade e controle sobre as normativas que regulem movimentos de capital, de tecnologia (patenteamento e direitos de propriedade), do trabalho, de componentes e produtos acabados.

A livre movimentação foi atingida como resultado da desregulamentação financeira ocorrida durante os anos 1980, não sendo mais uma preocupação das TNCs. Já a livre movimentação do trabalho ainda não foi totalmente atingida, mas não é vista como prioridade quanto à “deslocalização”, ou seja, a instalação de fábricas em qualquer país que oferecesse as condições mais propícias à maximização dos lucros. Esta também é parte de uma estratégia para burlar as regulamentações, pois apresenta a vantagem de conferir competitividade àqueles empreendimentos que apresentam maior mobilidade, ou seja, as TNCs (FINGER; KILCOYNE, 1996).

A partir do exposto é possível verificar que a motivação básica, e que impulsiona as ações das TNCs, não é o ambiente, mas seu foco permanente no livre mercado a nível mundial. Inclusive, na Agenda 21, principal documento resultante da Rio-92, não há sequer uma menção das TNCs, com exceção do aspecto de que elas seriam parceiras e contribuintes ativas na solução dos problemas ambientais do planeta. Assim, não existia nada na Agenda 21 que exercesse ou exerça controle sobre as ações destas empresas. Dessa forma, elas conseguiram introduzir a ideia de que, “ficará a cargo dos mecanismos orientados pelo mercado, como as permissões de poluição negociáveis e que elas teriam pouca dificuldade de aceitá-los o que não aconteceria em relação às pequenas companhias que não pudessem se dar ao luxo de pagá-las” (FINGER; KILCOYNE, 1996).



Vide também o documento Agenda 21 na íntegra por meio do *link*: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>.

No que tange ao aspecto de meio ambiente, em 1993, teve origem o TC-207 (Comitê Técnico) para elaboração de uma diversidade de normas ligadas à Gestão Ambiental, sendo composto por 30 países-membros (inclusive o Brasil). Como resultado, foi publicada, em 1996, a ISO 14001 (única norma certificável desta série), além das ISO 14004, 14010 e 14011 (SILVA; OHARA; GHIZZI, 2016). Será coincidência que o surgimento desta série de normas tenha ocorrido justamente após a realização da Conferência Rio-92?

Nesta época, a revista *Tomorrow Magazine* (a “voz dos negócios ambientais globais”), publica uma nota atentando para o fato de que, “longe de haver pressão contra uma padronização mais clara, os negócios serão puxados por padrões mais fortes que possam ser detectados por uns e não por seus concorrentes” (FINGER; KILCOYNE, 1996, p. 2). Note, novamente, que a preocupação era e ainda é, meramente mercadológica.

A partir do texto apresentado, podemos evidenciar que a grande “sacada” das TNCs foi o estabelecimento efetivo do paradigma de que o desenvolvimento industrial ou crescimento econômico, sob a máscara do conceito de “desenvolvimento sustentável”, eram vistos como únicas soluções aceitáveis para os problemas socioambientais globais.



Acadêmico, não é necessário memorizar todas as siglas das organizações mencionadas no decorrer do texto. O mais importante é atentar para o panorama geral dos eventos referentes às TNCs e quais os reais motivos do seu constante interesse na participação em Conferências Ambientais. Para auxiliá-lo na análise deste e de outros aspectos relativos às TNCs, sugerimos que você assista ao documentário **A Corporação**, lançado em 2003 e dirigido por Mark Achbar e Jennifer Abbott, com base no livro “A Corporação – A Busca Patalógica por Lucro e Poder”, de Joel Bakan. Para tal, utilize o seguinte *link* de acesso: <<https://www.youtube.com/watch?v=rRIdr43uZxE>>.

FIGURA 29 – LOGO DO DOCUMENTÁRIO, “A CORPORAÇÃO”



FONTE: Disponível em: <contraversão.com>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Você pode estar pensando que, diante do tal poder das TNCs, ao acompanhar cada vez mais pelos meios de comunicação, a desertificação dos solos, o desmatamento, a contaminação química da água, do ar e dos solos, além das próprias questões que envolvem o aquecimento global, que estamos impotentes diante de tais problemáticas, não é mesmo? No entanto, temos uma ferramenta poderosa, a informação! Por meio dela, podemos debater, construir opiniões, divulgar estas questões para amigos, colegas, familiares. É necessário também cobrar de nossos governantes uma conduta ética frente à problemática socioambiental. Cobrar a realização de uma efetiva reforma política no Brasil é essencial, visto que, as grandes empresas, em especial as TNCs, por meio de seus vastos financiamentos em campanha, favorecem que o interesse de alguns seja priorizado frente ao interesse de muitos (população em geral).



A leitura complementar disposta a seguir elucida bem esta questão. Além disso, é importante que você assista também ao documentário **"A história das coisas"**, que revela as conexões entre os problemas socioambientais com as esferas pública e privada de nossa sociedade, além de alertar para a urgência de se trabalhar em prol de um mundo que caminhe mediante os princípios do ecodesenvolvimento. Assista e confira! <<https://www.youtube.com/watch?v=7qFiGMSnNjw>>.

Outra fonte de informações interessante e pouco divulgada trata-se do *site* <<http://www.nossofuturoroubado.br/portal>>. Nele, a partir do menu, é possível acessar diversos textos de reflexão crítica sobre o rumo que a humanidade tomou, toma e as ações a serem realizadas na tentativa de se construir um mundo sob a perspectiva do ecodesenvolvimento.

LEITURA COMPLEMENTAR

"Financiamento empresarial de campanha é incompatível com a democracia", diz Jorge Hage

Chefe da Controladoria Geral da União diz estar convencido de que as doações de campanha estão na raiz mais profunda da corrupção.

Por André Barrocal

Há dez anos na Controladoria Geral da União (CGU), primeiro como secretário-executivo e desde 2006 como chefe do órgão fiscalizador do uso de recursos públicos federais, o baiano Jorge Hage Sobrinho desenvolveu uma visão privilegiada do sistema político brasileiro que lhe dá certeza: o poder econômico tem muita e má influência. O peso quase absoluto das doações feitas por empresas para campanhas, diz o ministro, deforma a democracia. Leva a classe política a trabalhar para os financiadores, não para os eleitores, e, com isso, gera o grosso da corrupção.

A crua avaliação ajuda a entender por que o Congresso resiste a votar uma reforma política que proíbe doações empresariais para campanhas e as substituiria por dinheiro reservado nos cofres públicos para uma espécie de investimento na democracia. Também explica por que esse mesmo Congresso faz corpo mole há três anos diante de uma lei que expõe a constrangimentos e punições àquelas empresas que forem pegas comprando funcionários públicos.

A aprovação de uma lei contra corruptores foi um compromisso assumido em 2000 pelo Brasil perante a Organização para a Cooperação e do Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 1997, a OCDE firmara uma convenção, ratificada por 39 países, que buscava conter a prática de suborno por parte de empresas. O alvo eram as multinacionais que pagavam propinas fora do país da matriz, mas o acordo estimulou a adoção de legislações com enfoque doméstico.

É o caso da proposta no Congresso brasileiro. Pelo projeto, uma empresa corruptora poderia ser punida pelo governo sem necessidade de julgamento na Justiça, com penas, como multa com base no faturamento, expiação da culpa em praça pública via publicidade do nome do corruptor e veto à presença em licitações, por exemplo. "Essa lei permite atingir o patrimônio da empresa e recuperar o dinheiro para os cofres públicos, que é realmente o que faz diferença, o que realmente tem capacidade de inibir a corrupção", diz Hage.

A seguir, a entrevista concedida pelo ministro à Carta Capital, na terça-feira 9, Dia Nacional de Combate à Corrupção.

Carta Capital: Existe influência excessiva do poder econômico na política brasileira?

Jorge Hage: Não tenho nenhuma dúvida. E será assim enquanto tivermos o financiamento empresarial das campanhas e dos partidos. Não digo nem financiamento privado, porque se fosse um financiamento privado amplamente pulverizado entre pessoas físicas, ainda seria algo palatável, mais compatível com um sistema realmente democrático. Como é um financiamento essencialmente empresarial, com grandes doações de grandes grupos, a incompatibilidade com o sistema democrático para mim é algo óbvio. Deixei a política eleitoral por isso. Cheguei à conclusão de que é inviável [disputar eleições] para quem não pretenda aderir a este financiamento. Desde que vim para a CGU trabalhar no combate à corrupção, a cada dia me convenço mais de que o financiamento empresarial está na raiz mais profunda da corrupção. É muito difícil a proposta do financiamento público lograr êxito.

CC: A corrupção é a principal consequência do financiamento privado?

JH: Não é apenas em corrupção que se reverte a má influência do poder econômico, é também através do *lobby*. Pode implicar, muitas vezes, uma influência direta de segmentos econômicos nas decisões públicas. Talvez não seja justo rotular isso como corrupção, mas na minha opinião é uma influência ilegítima. Veja um exemplo nos Estados Unidos. Há uma dificuldade enorme de aprovar medidas de desarmamento mesmo diante da matança por loucos que saem metralhando. Boa parte da população pede o controle da venda de armas, mas o governo não consegue aprovar devido ao *lobby* da indústria armamentista.

CC: Quer dizer, mesmo que não haja irregularidade, o sistema está montado em cima de uma estrutura que não é a melhor do ponto de vista da democracia.

JH: Com certeza. Até onde é possível você chegar a ter sistemas democráticos isentos dessas influências é a grande questão posta no mundo inteiro. É imperioso buscar caminhos de reduzir as influências não democráticas, que não correspondem ao ideal “um homem, um voto”. Temos de continuar nos esforçando para aprimorar o sistema democrático.

CC: O senhor diria que a dimensão da corrupção ativa fica escanteada no debate público também por isso, porque nela está a digital dos financiadores de campanha?

JH: Sem dúvida. É muito difícil aprimorar a legislação, mas também é difícil aplicar mecanismos que já existem. Aqui, na CGU, partimos de uma tradição e uma cultura que dificilmente aplicavam punições. E as que eram aplicadas, voltavam-se quase que exclusivamente para dentro do balcão, para o lado passivo. Para punir o lado ativo, o lado da oferta da corrupção, nós começamos do zero. E temos instrumentos muito poucos disponíveis na legislação, só a declaração de inidoneidade de empresa corruptora, o que a impede de participar de licitações, e a suspensão temporária dela. Outras penas, como multas contratuais, são ridículas, não têm poder de inibir a corrupção. Nós precisamos de uma lei de responsabilização civil e administrativa dos corruptores. Ela vai permitir a punição do corruptor baseada na responsabilidade objetiva da empresa, independentemente

da prova da culpa de um diretor, um preposto. Ela eliminaria, por exemplo, as discussões que existiram no caso Delta [empreiteira alvo da CPI do Cachoeira]: “Ah, foi um ato de um diretor regional, ele não estava autorizado pela direção nacional”. A responsabilidade objetiva implica responsabilizar a empresa independentemente de quem praticou o ato e se houve dolo.

CC: Essa lei está parada no Congresso há três anos. A não votação dela é resultado da influência do poder econômico?

JH: Claro. Temos um relator [deputado Carlos Zarattini, do PT de São Paulo] comprometido com o projeto, mas ele encontra enormes resistências de determinados setores das bancadas, não preciso nominar quais são. Já houve sucessivas negociações, cedemos os anéis para não ceder os dedos, abrimos mão de inúmeros dispositivos que considerávamos importantes porque é mais importante ainda o Brasil ter essa lei. O Brasil vai ficar numa situação muito constrangedora agora em novembro, que é o prazo da nova avaliação pela OCDE. O Brasil é signatário de uma convenção da OCDE contra o suborno nacional e transnacional e se comprometeu a adotar essa lei. A grande maioria dos países já têm essas leis, e há muito tempo. Não estou falando só de EUA, Inglaterra, França, países como Grécia, Itália, tantos outros também têm. Hoje o que se discute na OCDE é quantas condenações um país já tem graças à lei, quantos processos estão tramitando. No caso do Brasil, nem a lei nós temos. Estamos há quilômetros de atraso. Já passamos situações desagradáveis na OCDE por causa disso e em novembro passaremos de novo.

CC: Uma comissão de juristas que auxiliou o Senado no debate sobre a atualização do Código Penal propôs, no ano passado, a punição penal das empresas corruptoras. Concorde?

JH: Acho inadequado, não é da tradição do sistema jurídico brasileiro aplicar a responsabilização penal a pessoas jurídicas, temos alguns exemplos disso, mas com pouco êxito na lei de crimes ambientais. O que interessa é alcançar o patrimônio da empresa ou impedi-la de funcionar. A legislação penal não é a mais adequada para isso. É perda de tempo.

CC: Na sua posição de fiscal do Executivo, quem o senhor diria que é mais responsável por tomar a iniciativa da corrupção: o corruptor ou o corrompido?

JH: O lado da oferta, não tenho dúvida.

CC: E, no entanto, a sociedade não discute isso.

JH: Sou ministro há vários anos e a única vez que fui ao Congresso discutir o lado do corruptor foi quando participei [em outubro de 2011] de uma audiência pública sobre esse projeto da responsabilização da pessoa jurídica.

FONTE: BARROCAL, A. Financiamento empresarial de campanha é incompatível com a democracia, diz Jorge Hage. **Carta Capital**, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/financiamento-empresarial-de-campanha-e-incompativel-com-a-democracia-diz-jorge-hage>>. Acesso em: 20 ago. 2016.



O objetivo desta Leitura Complementar é o de promover discussões frente ao papel das grandes empresas (em especial, das TNCs), diante das ações de nossos governantes. Desta forma, não existe nenhum interesse partidário em expor este tipo de leitura em nosso Caderno de Estudos.



Vamos conhecer algumas das palavras mencionadas em nossa Leitura Complementar?

Glossário:

- **Expição:** no âmbito jurídico, trata-se do cumprimento de pena ou castigo imposto a um delinquente.
- **Imperioso:** algo totalmente necessário, imprescindível, indispensável, vital.
- **Parco:** pouco, escasso.

FONTE: Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, vimos que:

- O termo globalização é comumente utilizado para definir um conjunto de transformações socioeconômicas que vêm atravessando as sociedades contemporâneas por todas as partes do globo.
- Apesar das diferentes visões apontadas na literatura, a globalização apresenta algumas características em comum: é um fenômeno de escala mundial; caracterizado pela crescente interligação e interdependência entre Estados, organizações e indivíduos em escala mundial; redução da complexidade do desenvolvimento a uma única esfera, a econômica; expansão sem limite do mercado mundial.
- Uma importante reflexão necessária quando estudamos o processo de globalização trata-se de pensarmos se todas as inovações tecnológicas e benefícios trazidos por esta podem ser usufruídos por todas as populações do planeta. Além disso, até que ponto o crescimento econômico justifica a crescente degradação dos ecossistemas.
- Para Finger e Kilcoyne (1996), as TNCs são, de longe, as responsáveis por muito da terrível destruição ambiental dos últimos anos.
- Finger e Kilcoyne (1996) ainda defendem que estas companhias insistem na ideia de que se transformaram em “guardiãs” do meio ambiente natural.
- A grande “sacada” das TNCs foi a de disseminar a ideia de desenvolvimento industrial ou crescimento econômico, mascarado pelo conceito de “desenvolvimento sustentável”.



1 (ENADE, 2013) De um ponto de vista econômico, a globalização é a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. A superação de fronteiras gerou uma expansão capitalista que tornou possível realizar transações financeiras e expandir os negócios para mercados distantes e emergentes. O complexo fenômeno da globalização resulta da consolidação do capitalismo, dos grandes avanços tecnológicos e da necessidade de expansão do fluxo comercial mundial. As inovações nas áreas das telecomunicações e da informática (especialmente com a Internet) foram determinantes para a construção de um mundo globalizado. Sobre globalização, analise as sentenças a seguir.

I- É um fenômeno gerado pelo capitalismo, que impede a formação de mercados dinâmicos nos países emergentes.

II- É um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que aprofunda a integração econômica, social, cultural e política.

III- Atinge as relações e as condições de trabalho decorrentes da mobilidade física das empresas.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Somente a sentença I está correta.
- b) () Somente a sentença II está correta.
- c) () As sentenças I e III estão corretas.
- d) () As sentenças II e III estão corretas.
- e) () Todas as sentenças estão corretas.

2)



FONTE: Disponível em: <<http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2013/01/globalizacao-e-efeitos-adversos.html>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

Considerando a charge apresentada, analise as sentenças a seguir:

- I- A globalização é o fenômeno que ocorre de forma desigual entre as nações, e o progresso social independe do desenvolvimento econômico.
- II- Existe relação direta entre a globalização e o acesso por todos das tecnologias disponíveis (por exemplo, internet).
- III- A charge apresentada demonstra a realidade vivenciada somente em países desenvolvidos, a exemplo dos EUA.
- IV- O capitalismo global não exclui a desigualdade, pois os custos socioambientais resultantes das atividades econômicas não são contabilizados pelas corporações transnacionais.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () I e IV.
- b) () I e II.
- c) () II e IV.
- d) () III e IV.

3 Efetue a leitura do texto a seguir:

“Não é apenas em corrupção que se reverte a má influência do poder econômico, é também através do *lobby*. Pode implicar, muitas vezes, uma influência direta de segmentos econômicos nas decisões públicas”. Entrevista concedida pelo ministro Jorge à Carta Capital, na terça-feira 9, Dia Nacional de Combate à Corrupção. Por meio dos dizeres do ministro, explique por que o financiamento de campanhas por empresas privadas prejudica a democracia.

FONTE: Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/financiamento-empresarial-de-campanha-e-incompativel-com-a-democracia-diz-jorge-hage>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

Resposta: _____

GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 INTRODUÇÃO

Prezado acadêmico, no Tópico 2 estudamos os aspectos históricos do processo de globalização e de como esta exerceu e continua a exercer influência sobre nossas vidas. Agora, estudaremos como ocorre à implementação de Políticas Públicas e o que estas devem considerar diante do desafio de se construir uma sociedade em desenvolvimento sustentável.

Neste enfoque, a participação popular é uma ferramenta-chave, pois está garantida pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), possibilita que todo cidadão exerça seu poder democrático de opinar sobre quaisquer aspectos referentes às questões que influenciam sua vida (saúde, educação, mobilidade urbana, poluição do ar etc.).

Com isso, a Educação Ambiental realizada de forma integrada e interdisciplinar, promove com que o sujeito se sinta parte de um todo, e de que possui o direito e o dever de zelar pela qualidade ambiental de seu município.

Vamos em frente e bons estudos!

2 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes de iniciarmos os estudos sobre a implementação de políticas públicas, você saberia conceituar o que seria uma política pública?

Conforme Teixeira (2002, p. 3), políticas públicas são:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as 'não ações', as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

O autor ainda aponta que as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, maneiras de exercício de poder político, que envolve a distribuição e a redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de tomada de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002).

O poder é uma relação social que abrange diversos atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios. Com isso, existe a necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser validadas e obter a eficácia necessária (TEIXEIRA, 2002).

Outra questão fundamental abordada por Teixeira (2002, p. 2) está na questão de que:

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir Políticas Públicas e Políticas Governamentais. Nem sempre políticas governamentais são públicas, embora sejam estatais. Para serem públicas, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Os atores sociais podem ser divididos em atores estatais e atores privados (TUDE, 2016). No quadro a seguir são citados exemplos para estas duas classes de atores sociais.

QUADRO 16 - ATORES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Atores Estatais	Representantes
Àqueles diretamente ligados à Administração Pública, que estão envolvidos na burocracia estatal ou ocupando cargos legislativos e executivos.	Políticos (principais) Funcionalismo público (servidores públicos)
Atores Privados	Representantes
Incluem atores que não estão diretamente ligados à Administração Pública. Contudo, procuram participar das decisões do Estado, principalmente através do que é normalmente tido enquanto <i>lobby</i> político.	ONGs; mídias de comunicação em geral; movimentos sociais; sindicatos; corporações empresariais; associações da sociedade civil; grupos políticos, entre outros.

FONTE: Tude (2016)

Dentre os atores privados com grande poder de influência sobre as Políticas Públicas, estão incluídos os empresários, que possuem os meios de produção de bens, controlam esferas de mercado e a oferta de empregos (IIDAC, 2003 apud TUDE, 2016).



Você lembra do texto da leitura complementar elencado ao final do Tópico 2? Ele demonstra o poder de influência que as grandes corporações (as TNCs) apresentam sobre a classe política e, conseqüentemente, sobre a formulação ou não de políticas públicas que visem um bem maior para a sociedade (por exemplo, conservação ambiental). A figura a seguir exemplifica em esta questão. Observe e pense a respeito!

FIGURA 30 – CHARGE RETRATANDO A QUESTÃO DA AMAZÔNIA E DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS



FONTE: Disponível em: <revistaecologico.com.br>. Acesso em: 25 ago. 2016.

Para que uma Política Pública possa se concretizar, existem fases/etapas do agir público a serem executadas. Essas são comuns a todas as propostas de divisões do ciclo político e, conforme Frey (2000 apud TUDE, 2016), podem ser definidas da seguinte forma:

- **Fase da percepção e definição de problemas:** trata-se da infinidade de demandas políticas, como é escolhida uma demanda específica que se transforma em um problema público.
- **Fase agenda *setting*:** é tomada uma decisão se determinado tema integrará a agenda política ou será excluído, ou adiado para uma data ou período posterior.
- **Fase de elaboração de programas e de decisão:** nesse cenário, decide-se qual das alternativas de ação é a mais adequada para a resolução da problemática social e/ou ambiental em questão.
- **Fase da implementação de políticas:** refere-se à concretização da alternativa escolhida entre as diversas disponíveis transformando-a em ação política concreta.
- **Fase de avaliação de políticas e correção da ação:** etapa onde acontece a avaliação das políticas adotadas. Nesta fase é possível refletir a relação custo X benefício empreendido na política pública e tentar corrigir possíveis falhas de formulação ou execução.



Setting – termo em inglês que significa cenário (tradução nossa).

Agora que conhecemos as diferentes fases das Políticas Públicas, podemos perceber que não é um processo simples. Na sequência, estudaremos a questão das Políticas Públicas ligadas ao tema da sustentabilidade.

Vamos lá?

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quintas (2004, p. 113 apud BARBOSA; KRAVETZ, 2003, p. 7): aborda as relações sociais entre os indivíduos da espécie humana e, entre estes e o meio, ao pontuar que:

Os seres humanos estabelecem relações sociais e através delas atribuem significados à natureza (econômico, estético, sagrado, lúdico, econômico-estético, entre outros), e agindo sobre ela para garantir sua existência acabam alterando suas propriedades. A relação entre si e a relação homem e natureza são ditadas pela vivência social e são elas que explicam as múltiplas e as diversificadas práticas de apropriação e uso dos recursos ambientais (inclusive a atribuição deste significado econômico). A gestão ambiental é de suma importância para administração pública, sendo um instrumento para melhoria de vida, conscientização da população e preservação do meio ambiente.

Por isso, no exercício da gestão ambiental pública, na maioria dos casos, os seres humanos terão de administrar conflitos, pois o meio ambiente como vimos está intimamente ligado a aspectos sociais, econômicos e políticos. Podemos citar, como exemplos, disputas por um recurso natural escasso, ações públicas contra empreendimentos que promovam enorme degradação ambiental (solo, água, ar), entre outros (IBAMA, 2006 apud BARBOSA; KRAVETZ, 2003).

A partir desta reflexão, quais políticas públicas foram e poderiam ser criadas em prol de um desenvolvimento sustentável verdadeiro? Conforme Jacobi (2003, p. 194), o desenvolvimento sustentável “não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica”.

Leff (2011) aponta que os objetivos do desenvolvimento sustentável exigem uma modificação nos valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos e da sociedade em sua totalidade, além da transformação do conhecimento e da inovação de tecnologias para resolver os problemas ambientais. Dessa forma, a sensibilização da sociedade, a incorporação do saber ambiental ainda em desenvolvimento no sistema educacional e a formação de recursos humanos de alto nível foram considerados como ações fundamentais para orientar e instrumentalizar as políticas ambientais.

Com estes dizeres de Leff, adentramos nos parâmetros propostos por Cavalcanti (2016), o qual defende que para haver uma sociedade em desenvolvimento sustentável é necessário:

- Educação.
- Gestão participativa.
- Diálogo entre os *stakeholders*.

Iniciaremos, então, o estudo referente a uma poderosa ferramenta impulsionadora de mudanças em todas as esferas sociais, a Educação.

3.1 EDUCAÇÃO

Possivelmente, um dos princípios mais importantes que resultaram da Conferência de Estocolmo (1970), versou sobre a importância da Educação Ambiental enquanto campo de atuação da pedagogia, no sentido de considerar a educação como verdadeira ferramenta de mudanças socioambientais. A seguir, é apresentado este princípio na íntegra:

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos (UNEP, 1972, princípio 19).

Entretanto, a professora Paula Brügger, autora do livro “Educação ou adestramento ambiental?”, menciona em suas páginas que, independentemente de como se possa avaliar o desempenho do PNUMA e da UNESCO no que tange à educação para o meio ambiente, um ponto que deve ser ressaltado é que, se observarmos o conteúdo da “Conferência de Tbilisi” (na atual Geórgia), de 1977, que serviu de base para a elaboração da “Estratégia”, é possível constatar um claro retrocesso na visão de educação para o meio ambiente (BRÜGGER, 2004).



A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental foi um evento organizado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) em colaboração com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e realizada no ano de 1977, na cidade de Tbilisi.

O que isso quer dizer? O processo de globalização econômica que estudamos no Tópico 2 está transformando os princípios da educação ambiental, ao privilegiar os mecanismos de mercado como meio de transição rumo a um futuro sustentável. O neoliberalismo econômico, incapaz de fornecer um valor justo aos recursos ecológicos e aos serviços ambientais providos pela natureza, leva também a desvalorizar o conhecimento (LEFF, 2011). Pense no documentário “História das coisas” e sigamos em frente.

A complexidade e a profundidade dos aspectos socioambientais estão reduzindo a educação ambiental a simples ações de conscientização dos cidadãos e à inserção de componentes de capacitação dentro de projetos de gestão ambiental orientados por critérios de rentabilidade econômica. Ademais, a própria complexidade dos problemas ambientais e suas repercussões econômicas, políticas e sociais tornam esta simplificação do processo de formação ambiental seja ineficaz (LEFF, 2011).

Se pensarmos a partir da lógica de mercado, mais especificamente de um mercado global cada vez mais hegemônico, talvez um esclarecimento mais profundo sobre a problemática socioambiental não seja interesse para os detentores do capital financeiro, não é mesmo?



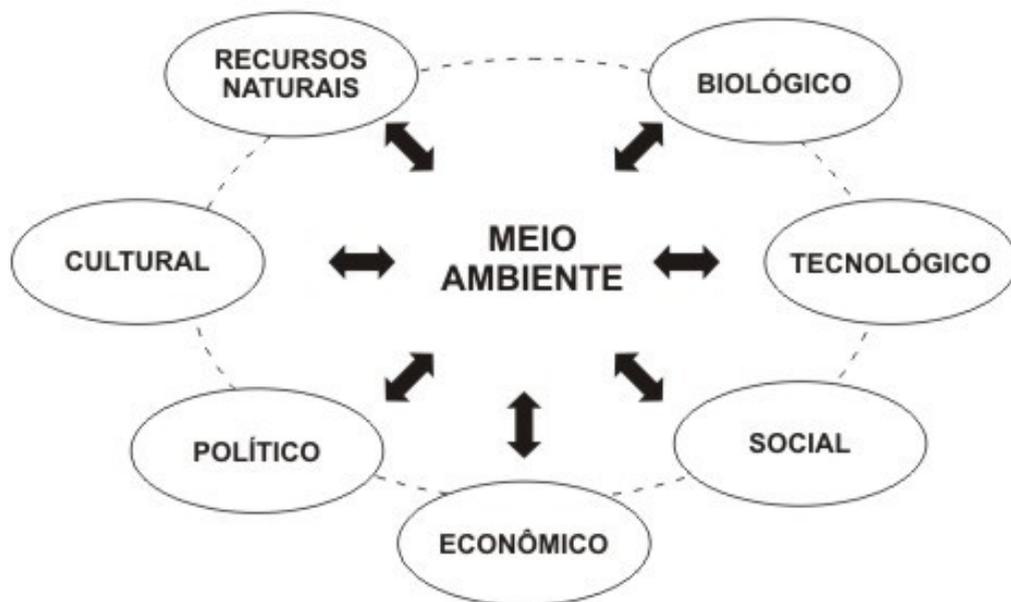
Hegemônico: termo relativo à hegemonia, que significa predominância de uma coisa sobre outra. Dentro da questão social, trata-se do controle de uma classe sobre outras, não importando em que termos se realiza este controle. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/hegemonia>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

As palavras de Jacobi (2003, p. 191) reforçam o mencionado por Leff, pois alteram para a:

Necessidade de abordar o tema da complexidade ambiental decorrente da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas existentes e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade de modo complexo, defini-la como uma nova racionalidade e um espaço onde se articulam natureza, técnica e cultura. Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas.

Portanto, uma educação pautada na interdisciplinaridade (integrada) deveria abranger os aspectos apresentados na figura a seguir.

FIGURA 31 – VISÃO INTERDISCIPLINAR (INTEGRADA) DO MEIO AMBIENTE



FONTE: Guerra e Barbosa (1996, p. 15)

Como poderíamos formular uma formação/programa de Educação Ambiental dentro desta visão integrada? Vamos ambientar nossas discussões em uma comunidade/escola de uma região urbana, por exemplo, na cidade de São Paulo (SP).

Existe um vídeo bastante interessante e explicativo a respeito da questão do excesso de carros no Brasil, intitulado **“O desenho do transporte brasileiro”**. No material, a demonstração do conteúdo inicia-se a partir da concentração de 85% da população brasileira vivendo nas cidades. A partir daí, inicia-se uma explanação sobre como foi construído o modelo de desenvolvimento concentrado na indústria de veículos automotores e todas as problemáticas decorrentes deste modelo.

Por meio da observação da figura acima podemos relacionar a quantidade de recursos naturais (água, energia, minério de ferro) para produzir um automóvel. Quais os impactos da extração de ferro sobre o ambiente? Os trabalhadores da indústria automobilística apresentam um salário justo?

A questão do consumo é outro fator interessante. Qual a real necessidade de aquisição de um veículo novo, ou até mesmo de um veículo? Afinal, se dispuséssemos de um transporte coletivo de qualidade, será que desejaríamos a compra de um automóvel ou moto? Temos no Brasil, políticas públicas que priorizem um transporte público eficiente? Também não podemos esquecer-nos da cultura de consumo, extremamente valorizada em países como os EUA e disseminada em nosso país. Obviamente, não podemos generalizar, mas o *status* social relacionado ao carro faz com que muitos até se endividem para comprar o último modelo do ano.

Perceba quantas questões podem ser trabalhadas a partir de um exemplo tão corriqueiro de nossa vida, o carro. Não basta mencionar unicamente a questão do dióxido de carbono (CO₂) e do aquecimento global, que são importantes sim, mas notem que inúmeras outras variáveis são deixadas de lado. O próprio rodízio de veículos também se faz necessário, mas não se questiona a melhoria do transporte público, que passa “batida”, na correria do dia a dia.



Pense sobre nosso exemplo e assista ao documentário “O desenho do transporte brasileiro”, por meio do *link*: <<https://www.youtube.com/watch?v=MIZiHbGGKTI>>.

3.2 GESTÃO PARTICIPATIVA E STAKEHOLDERS

Quando falamos em gestão participativa, nos referimos à busca de soluções compartilhadas e de compromisso entre os diversos atores sociais. Estas soluções permeiam todos os aspectos relativos à vida do cidadão, a exemplo da questão socioambiental.

O que é gestão participativa?

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um ‘todo’ orientado por uma vontade coletiva (LUCK, 1996, p. 37).

Conceito similar é trazido por Paro (2007 apud ESTRELA, 2011, p. 3). Segundo o autor:

A gestão participativa (ou compartilhada), como o próprio nome sugere, compreende aquela em que todos os agentes envolvidos participam no processo decisório, partilhando méritos e responsabilidades. Dentro do processo democrático e descentralizador a gestão participativa escolar propicia igualdade de condições na participação e distribuição equitativa de poder, responsabilidades e benefícios.



Note que o conceito de gestão participativa pode ser aplicado a empresas, escolas, ONGs, associações de bairro, entre outros, embora seus princípios sejam os mesmos.

Desse contexto, cabe destacar que a participação é o caminho para a democracia e é um dos princípios da democracia, pois “transforma a realidade, possibilita construir os caminhos percorridos pela humanidade e dar sentido aos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 2).

Na Constituição Federal de 1988, constam diversos instrumentos destinados a aproximar o povo da tomada de decisões. No artigo 1º, parágrafo único, já é mencionada a possibilidade da participação popular, com os dizeres, “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

O artigo 14 também garantiu o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Além disso, no artigo 29, que trata da organização das cidades, requereu a participação dos representantes de associações populares no processo. Ademais, outros artigos requereram a participação das associações civis na implementação de políticas de saúde e assistência social (JÚNIOR, 2009).



Possivelmente você já deve ter ouvido falar dos chamados Conselhos de Saúde, não é mesmo? Para que problemas e melhorias na área da saúde sejam levantados e, na busca por soluções que garantam uma saúde de qualidade a todos, são realizadas mensalmente reuniões, onde participam representantes do governo, usuários, profissionais de saúde e prestadores de serviços (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

No entanto, não podemos nos esquecer que a saúde está intimamente ligada aos aspectos ambientais. Uma água de má qualidade, por exemplo, pode gerar uma diversidade de doenças e, por consequência, prejuízos financeiros aos sistemas de saúde. Voltamos a frisar que, tudo está interligado, conforme abordamos no item anterior. Afinal, educação ambiental também é saúde!

A respeito dos processos de apropriação dos recursos ambientais, podemos evidenciar que estes envolvem os interesses da coletividade (cuja defesa é obrigação do Poder Público) e outros interesses específicos de determinados atores sociais (as TNCs, por exemplo). Estes últimos, no entanto, mesmo quando legítimos, nem sempre estão em conformidade com os da sociedade (BERTÉ, 2012). Perceba que esta questão dos interesses abrange todas as esferas da sustentabilidade.

Nestes casos, os atores sociais podem apresentar uma grande capacidade para influir, a seu favor, nas decisões dos órgãos ambientais sobre a destinação dos recursos naturais. Estes o fazem pela via da pressão política direta, ou mediante divulgação à sociedade sobre a importância econômica e social da sua atividade/empreendimento (a geração de empregos é um dos argumentos de maior peso), ou ainda, pelas duas formas (BERTÉ, 2012).

Por meio do exposto e a partir do nosso direito constitucional de participarmos das decisões que envolvem, dentre outros aspectos, a utilização dos recursos ambientais, podemos citar como modelo de gestão participativa, a elaboração de **planos diretores** participativos, que promovidos pelo Ministério das Cidades, vêm sendo implementados nos municípios, tendo como base o Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade, criado pela Lei Federal nº 10.257 de 2001, “regulamenta os artigos 182 e 183 da CF/1988 e estabelece parâmetros e diretrizes da política urbana no Brasil”. Além disso, oferece instrumentos para que o município possa intervir nos processos de planejamento e gestão urbana e territorial, e garantir a realização do direito à cidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).



Você pode acessar o Estatuto da Cidade na íntegra, por meio do *link*: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesse e informe-se sobre seus direitos e deveres!

Por que mencionar o Estatuto da Cidade? Ora, é no município que se pode sentir os impactos dos problemas socioambientais, mas também das soluções para a qualidade de vida. É no espaço do município que se torna mais fácil garantir a participação da população nas decisões, colocando em prática o princípio de que os cidadãos devem compartilhar com o Estado a responsabilidade pela conservação ambiental, garantindo transparência nas ações realizadas (IBAMA, 2006).

No cotidiano municipal, é necessário mais do que a existência de um órgão ambiental (por exemplo, Fundação Municipal de Meio Ambiente) para efetuar a gestão ambiental, ou seja, deve-se estabelecer uma política direcionada para a questão ambiental e para a criação de instrumentos que tornem essa prática efetiva (IBAMA, 2006).



No município onde você reside existe um Plano Diretor? No caso do município de Indaial (SC), sede no Núcleo de Educação a Distância da Uniasselvi, este foi alterado pela Lei Complementar nº 78 de 2007. Para ter acesso ao Plano, acesse o endereço eletrônico: <http://www.indaial.sc.gov.br/prefeitura/admin/arquivos/planos/lc_78_08_altera_plano_diretor.2010-05-31_16-59-44.pdf>.

É no Plano Diretor que se definirá, entre outras questões:

(i) as áreas urbanas onde será aplicado parcelamento, edificação ou utilização compulsórias do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado (art. 5º do Estatuto); (ii) direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, alteração do uso do solo, operações urbanas consorciadas e transferência do direito de construir; (iii) acompanhamento e controle da função social da cidade (através da participação popular e de associações representativas).



Direito de preempção: Este direito, que também é denominado direito de prelação, pode ser convencional, quando assim for acertado entre as partes, ou legal, no caso da venda de bem desapropriado pelo poder público, por exemplo. Se o poder público for vender um bem que foi desapropriado, seu antigo proprietário terá garantido o direito de preferência em adquiri-lo pelo preço pago na desapropriação (DIREITO NET, 2016).

Nesse contexto, entra em nossa pauta a política urbana, que se caracteriza pelo conjunto de ações que devem ser promovidas pelo Poder Público, no sentido de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à moradia, ao saneamento básico, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (CNM/SEBRAE, 2006).

No que diz respeito à participação popular cuja importância foi esclarecida, como é possível opinar sobre o Plano Diretor e sobre as possíveis alterações que possam ser necessárias no documento visando, por exemplo, a melhoria na acessibilidade aos locais públicos?

Primeiramente, é importante salientar que, no Plano Diretor de Indaial, a participação popular está prevista em seu artigo 10, que diz: “o processo de elaboração e de gestão da política territorial no Município de Indaial terá como princípio básico o respeito à ordem democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução, fiscalização e monitoramento” (CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, 2007).

Por meio desta questão, a partir da realização de Audiência(s) Pública(s) e Consultas Públicas são discutidas as propostas junto à comunidade, por meio da realização de reuniões. Inclusive, as audiências e as consultas públicas são instrumentos de democratização da gestão urbana, com o estudo de impacto de vizinhança, os Conselhos (sistemas de gestão democrática da política urbana), as Conferências sobre assuntos de interesse urbano, e a iniciativa popular de leis (CNM/SEBRAE, 2006).

Entretanto, será que o termo consulta pública e audiência pública são sinônimos? Existem algumas diferenças. Vamos conhecê-las?

A audiência pública apresenta como característica marcante a oralidade, ou seja, a manifestação de opiniões pelos presentes. Já a consulta destina-se mais a produzir conhecimento sobre o que as pessoas pensam a respeito de determinado assunto, não implicando, necessariamente, num debate e nem mesmo na presença física das pessoas. Existem, até mesmo, consultas públicas realizadas via internet (MPPR, 2014).

No caso das audiências públicas, estas são realizadas de qualquer maneira? A resposta é não. Primeiramente, deve ser redigido um regulamento para gerir a audiência pública, disciplinando a forma como se dará o diálogo com a sociedade. Portanto, ao se definir a necessidade de realização de audiência pública, deverá ser mencionado. Conforme César (2011, p. 4-5):

a) quem presidirá a audiência pública; b) data de início e término dos trabalhos; c) pessoas que serão notificadas a comparecer à audiência pública; d) número de pessoas que serão ouvidas (defensores e opositores em número igualitário) e respectivo prazo de cada um; e) prazo para a indicação de pessoas a serem ouvidas; e) forma como a população poderá se manifestar – se por escrito ou oralmente, neste caso, indicando o prazo de cada um; g) ampla divulgação pelos meios de comunicação; h) a forma como será efetuado o registro dos trabalhos (ata, vídeo e áudio); i) esclarecer se será entregue notificação recomendatória aos presentes; j) a forma como será divulgada a conclusão da audiência pública etc.

Destaca-se que o órgão com a responsabilidade de promover reuniões para ouvir a comunidade, levantar informações e divulgar as ações realizadas para a solução de problemas sociais é o Ministério Público. Este tem como objetivo garantir que os direitos previstos na CF/88 e nas leis federais sejam respeitados (MPPR, 2014).

Podemos observar que a necessidade de estarmos bem informados frente às questões que envolvem a gestão municipal é de suma importância, pois somente assim poderemos nos manifestar de forma a sugerir modificações e melhorias referentes à acessibilidade, transporte urbano, arborização urbana, saúde, educação, entre outros.



No site da Prefeitura de Indaial, por exemplo, é possível encontrar as datas de diversas audiências públicas realizadas no intuito de discutir a revisão do Plano Diretor da cidade. Caso tenha curiosidade, é possível acessar estas divulgações pelo site: <<http://www.indaial.sc.gov.br/planodiretor/>>. E no seu município? Este tipo de evento é divulgado de que forma? Informe-se e participe das audiências. Exerça a sua cidadania!

Apesar da importância da participação popular nas decisões que envolvem a cidade, a efetiva participação dos cidadãos e da sociedade organizada se dá, ainda, de forma tímida no Brasil. Diversas razões são atribuídas ao fato, desde a novidade deste tipo de recurso, a pouca afinidade com a democracia participativa, até a pouca publicidade que se dá à ocorrência de audiências públicas (OLIVEIRA; MUNAIER, 2016).

Dentro deste aspecto, salienta-se que o diálogo entre os *stakeholders* (partes interessadas) refere-se à natureza participativa e transparente do processo, abrangendo todos os atores relevantes (empresas, cidadãos, poder público). Para tal, existe a necessidade de conceber uma sistemática de participação em que se repasse informação capaz de levar os atores a formar juízo adequado quanto ao estabelecimento de uma relação harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente (CAVALCANTI, 2016).

Contudo, a questão de as audiências públicas não apresentarem o alcance desejado não torna este instrumento dispensável. Muito pelo contrário, deve-se incentivar cada vez mais a participação de todos em processos decisórios fundamentais da Administração Pública. Por isso, o acesso às audiências públicas deve ser facilitado, de forma a conferir um apelo maior ao comparecimento da sociedade civil organizada (OLIVEIRA; MUNAIER, 2016).

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, vimos que:

- As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, maneiras de exercício de poder político, que envolvem a distribuição e a redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de tomada de decisão, a repartição de custos e os benefícios sociais.
- Dentre os atores privados com grande poder de influência sobre as Políticas Públicas estão incluídos os empresários, que possuem os meios de produção de bens, controlam esferas de mercado e a oferta de empregos.
- De modo que uma Política Pública possa se concretizar, existem fases/etapas do agir público a serem executadas: fase da percepção e definição de problemas; fase agenda *setting*; fase de elaboração de programas e de decisão; fase da implementação de políticas; fase de avaliação de políticas e correção da ação.
- Para uma Política Pública obter êxito (promover melhoria na qualidade de vida das pessoas), deve contemplar o desenvolvimento sustentável, deve servir de modelo para uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta as viabilidades ambiental, econômica e social.
- A complexidade dos problemas socioambientais e suas repercussões deve ser abrangida pela Educação Ambiental, ao possibilitar que os sujeitos analisassem as situações sob um ponto de vista global.
- O termo Gestão Participativa é relativo à busca de soluções compartilhadas e de compromisso entre os diversos atores sociais.
- É na esfera do município que se torna mais fácil garantir a participação da população nas decisões, colocando em prática o princípio de que os cidadãos devem compartilhar com o Estado a responsabilidade pela conservação ambiental, garantindo transparência nas ações realizadas.
- O órgão com a responsabilidade de promover reuniões para ouvir a comunidade (por exemplo, por meio de audiência pública), levantar informações e divulgar as ações realizadas para a solução de problemas sociais é o Ministério Público.
- Deve-se incentivar cada vez mais a participação de todos em processos decisórios fundamentais da Administração Pública. Por isso, o acesso às audiências públicas deve ser facilitado, de forma a conferir um apelo maior ao comparecimento da sociedade civil organizada.

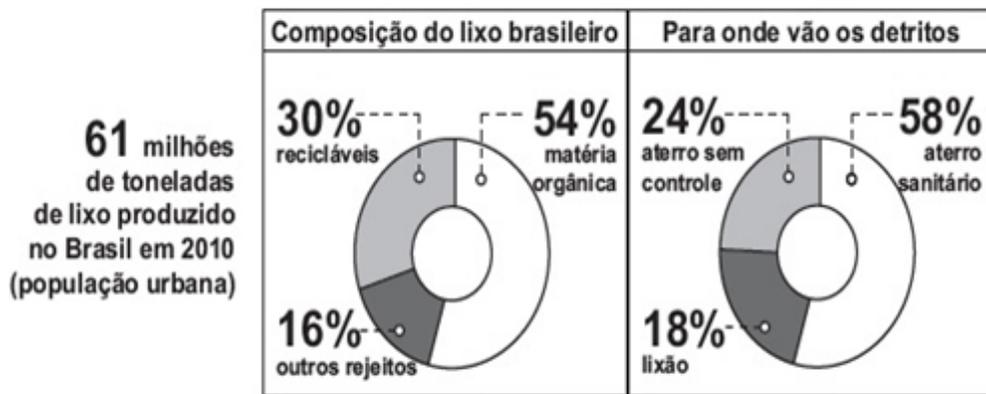


1 A partir de nossos estudos referentes à importância do Plano Diretor para a gestão municipal, realize uma pesquisa e identifique se o Plano Diretor do seu município foi construído de forma participativa. As audiências públicas foram realizadas? Explique.

Resposta: _____

2 Por meio da observação do gráfico sobre a produção de “lixo” no Brasil, de forma a se modificar este quadro, elabore um exemplo de programa de Educação Ambiental que poderia ser realizado de modo a aumentar a porcentagem de “lixo” reciclada no país?

Quanto Brasil produz de sujeira



Veja, São Paulo, dez. 2011 (adaptado).

Resposta: _____

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, M. I. R. **Globalização**: características mais importantes. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.
- ACCOUNTABILITY. **AA1000 Accountability principles standard 2008**: versão portuguesa, 2008. Disponível em: <[http://www.accountability.org/images/content/5/7/573/AA1000APS-2008-PT\(print\).pdf](http://www.accountability.org/images/content/5/7/573/AA1000APS-2008-PT(print).pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- AKATU; ETHOS. **Responsabilidade social das empresas e percepção do consumidor brasileiro**. 2010. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/10_12_13_RSEpesquisa2010_pdf.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.
- ALBUQUERQUE, J. L. **Gestão Ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALENCAR, M. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ALENCASTRO, M. S. C. **Empresas, ambiente e sociedade**: introdução à gestão socioambiental corporativa. Curitiba: InterSaber, 2012.
- ALENCASTRO, M. S. C. **Empresas, ambiente e sociedade**: introdução à gestão socioambiental corporativa. Curitiba: InterSaber, 2012.
- AMORIM, T. N. G. F. Responsabilidade social corporativa. In: ALBUQUERQUE, J. L. (org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.
- APOENTA SUSTENTÁVEL. **Voluntariado empresarial**: 10 dicas. Disponível em: <<https://voluntariadoempresarial.org.br/category/voluntariado-empresarial/page/3/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.
- ASHLEY, P. et. al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AVSI - Associação Voluntários para o Serviço Internacional. **A empresa como fator de desenvolvimento do território**: regulamentação legislativa da responsabilidade social corporativa e do terceiro setor. 2. ed., 2011. Disponível em: <<http://www.avsi.org/wp-content/uploads/2012/10/Livro-AVSI-Responsabilidade-Social-FINAL.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BAMPI, G. **Diferenças entre vantagem competitiva e vantagem competitiva espúria**. 2008. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/diferencas-entre-vantagem-competitiva-e-vantagem-competitiva-espuria/22263/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

BARBOSA, M. S.; KRAVETZ, M. C. **Gestão Ambiental da Administração Pública. Caderno de Meio Ambiente e Sustentabilidade**. v. 3, n. 2, jun./dez. 2003.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BENEDICTO, S. C.; RODRIGUES, A. C.; PENIDO, A. M. S. Surgimento e evolução da Responsabilidade Social Empresarial: uma reflexão teórico-analítica. In: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável. 1993. Rio de Janeiro, RJ. **Anais**, Rio de Janeiro, 2008.

BERTÉ, R. **Gestão socioambiental no Brasil: uma análise egocêntrica**. 2. ed. Curitiba: Ibpx, 2012.

BERTONCELLO, S. L. T.; JÚNIOR, J. C. A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação. **FACOM**. n. 17, 2007. Disponível em: <http://www.fAAP.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/silvio.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016

_____. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001**, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

_____. Lei n. 11.127, de 28 de junho de 2005. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo de Brasília**. Altera os arts. 54, 57, 59, 60 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e o art. 192 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11127.htm>. Acesso em: 1º jun. 2016.

_____. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo de Brasília**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento

ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. **Brasília, DF**, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 18 jun 2016.

_____. Lei n. 13.151, de 28 de julho de 2015. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo de Brasília**. Altera os arts. 62, 66 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e o art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre a finalidade das fundações, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes; e dá outras providências. **Brasília, DF**, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13151.htm>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo de Brasília**. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 1º jun. 2016.

_____. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo de Brasília**. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.825.htm>. Acesso em: 1º jun. 2016.

_____. **Lei nº 13.297**. Altera o art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jun. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13297.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Lei nº 8.242, de 23 de maio de 2014. **Diário Oficial da União, Poder Executivo de Brasília**. Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8242.htm>. Acesso em: 5 jun. 2016.

BRAZ, M. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Revista Serviço Social & Sociedade**. s.v., n. 111, p. 468-492. São Paulo: Cortez, 2012.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 3. ed. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL. **Plano Diretor: Lei Complementar 78/2007**. Altera o Plano Diretor de Indaial e dá outras providências, 2007.

CAMPOS, L.; CANAVEZES, S. **Introdução à Globalização**. 2007. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

CARROL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of management review**, p. 497-505, 1979.

_____. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.

_____. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business and Society**. v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999.

CARTA CAPITAL. **Agente Laranja: o legado fatídico dos EUA no Vietnã**. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/agente-laranja-o-legado-fatidico-dos-eua-no-vietna-1631.html>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M. Regulamentações Brasileiras do Balanço Social. In: FERREIRA, A. C. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z. (org.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, P. N. Valoração das externalidades negativas do ciclo de vida do etanol - o caso da queima da palha da cana-de-açúcar. 2011. 163 f. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Estratégico) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CAVALCANTI, C. **Uma contribuição para o desenvolvimento sustentável de Angola**. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

CBVE – Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial. **Voluntariado empresarial: do conceito à prática**, 2013. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Voluntariado-Empresarial-do-Conceito-a-Pr%C3%A1tica_CBVE.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CEPAL – **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe**: Globalização e desenvolvimento. 2002. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2002/S2002022.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

CÉSAR, J. B. M. A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. **RVMD**, Brasília, v. 5, n 2, p. 356-384, jul./dez., 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/3124-10782-2-PB.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Responsabilidade social empresarial**. CNI: Brasília, 2006. Disponível em: <<http://admin.cni.org.br/portal/data/files/00/8A9015D01445CD8E01144C61A3964F8F/RespSocial.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2016.

CNM/SEBRAE. **O negócio é participar**: a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento municipal. 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/55f9d04333fd5%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/55f9d04333fd5%20(1).pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2016.

COELHO, R. C. **O público e o privado na gestão**. Departamento de Ciências da Administração. Florianópolis: UAB, 2009.

CORRÊA, C. E. G. **Terceiro Setor, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável**. Caderno de Estudos. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

CREDIDIO, F. **A outra face do bem**: empresas investem na área social mais por marketing do que por vocação. 2008. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/artigo/a-outra-face-do-bem-empresas-investem-na-area-social-mais-por-marketing-do-que-por-vocacao/>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

CUNHA, L. M. B. et al. **Cartilha Terceiro Setor**. Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direitoterceirosetor/cartilhas/REVISaO%202011Cartilha_Revisao_2007_Final_Sem%20destaque%20de%20alteracoes.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.

CUNHA, L. M. B. et al. **Cartilha Terceiro Setor**. Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.fundacoes.mppr.mp.br/arquivos/File/cartilha_OAB.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2016.

DAHLSRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2008.

DALY, H. Crescimento sustentável: não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**. v. 2, jul./dez., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24695.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

DELGADO, M. V. M. **O Terceiro Setor no Brasil**: uma visão histórica. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 37, junho 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37cdelgado.htm>>. Acesso em: 21 maio 2016.

DIREITO NET. **Dicionário**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/250/Preempcao>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

DOWBOR, L. **Da globalização ao poder local**. 1995. Disponível em: <<http://dowbor.org/1995/01/da-globalizacao-ao-poder-local.html/>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

DRUCKER, P. **Fator humano e desempenho**: o melhor de Peter Drucker sobre administração. São Paulo: Pioneira, 2002.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. A. M. **Responsabilidade social**: a empresa hoje. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo-Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

ESTRELA, G. Q. **Os pilares que sustentam a gestão participativa**. 2011. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufopa/file.php/1/2011_-_PALESTRA_2011_-_UFOPA_-_George_Estrela.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

FARIAS, Talden Queiroz. O conceito jurídico de meio ambiente. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 35, dez 2006. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1546>. Acesso em: 10 out. 2016.

FERNANDES, R. C. **Privado Porém Público**: o terceiro setor na América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 1994.

FINGER, M.; KILCOYNE, J. **Por que as corporações transnacionais se organizam para “salvar o ambiente global”?** 1993. Disponível em: <<http://www.nossofuturoroubado.com.br/old/ambiente.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FOLHA DO NORDESTE. **Sanidade ambiental**. 2014. Disponível em: <<http://www.folhadonoroeste.com.br/site/colunistas/jefferson-alves-da-costa-jr/4/896>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FRANCO, M.A.R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas, clássicos e contemporâneos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GOLDIM, J. R. **Ética da Terra**. 2010. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/landethi.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

GOLDSCHMIDT, A. **Programas de voluntariado empresarial**.

Disponível em: <[http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/4BACC9E3D7CA667D8325762400717E35/\\$File/programa_voluntariado_empresarial_apoena.pdf](http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/4BACC9E3D7CA667D8325762400717E35/$File/programa_voluntariado_empresarial_apoena.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **RAP**. v.40, n. 2, p. 201-236, mar./abr., 2006.

GONÇALVES, H. S. **O Estado, o Terceiro Setor e o Mercado**: uma tríade completa. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2002.

GUERRA, C.; BARBOSA, F. **Curso básico de formação de professores na área ambiental**: programa de educação ambiental na bacia do rio Piracicaba. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Instituto de Ciências Biológicas, 1996.

GUIMARÃES, H. W. M. Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica da sua problemática. **Rev. Adm. Empr**. v. 24, n. 4, p. 211-219, out./dez., 1984.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Cadernos de formação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, MMA, 2006.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **A história do Balanço Social**. 2016. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/media/3_Cap1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço Social**: o desafio da transparência. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/102804/BS_completo.pdf?sequence=7>. Acesso em: 22 jul. 2016.

IBCG – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Governança corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Guia de Responsabilidade Social para o Consumidor**. 2004. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/multiplicadores/guia_RSE.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **O que faz**. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/o-idec/o-que-faz>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Responsabilidade Social**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso em: 2 jul. 2016.

INSTITUTO CIÊNCIA HOJE. Raquel Carson, Ciência e coragem. **Ciência hoje**, n. 296, set. 2012. Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/658/n/rachel_carson,_ciencia_e_coragem>. Acesso em: 11 ago. 2016.

INSTITUTO ETHOS. **Como as empresas podem implementar programas de voluntariado**. 2001. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/28.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. **Valores, transparência e governança**. 2016. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/valores-transparencia-e-governanca/>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

IPEA - A Iniciativa Privada e o Espírito Público. **A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/IMG/pdf/doc-44.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

JACOBI, P. Educação Ambiental Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

JÚNIOR, A. E. D. **Gestão pública participativa: realidade ou ficção?** 2009. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/GEST%C3%83O-P%C3%9ABLICA-PARTICIPATIVAREALIDADE-OU-FIC%C3%87%C3%83O1.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

JUS BRASIL. **O que é compliance e como o profissional da área deve atuar**. 2014. Disponível em: <<http://michaellira.jusbrasil.com.br/artigos/112396364/o-que-e-compliance-e-como-o-profissional-da-area-deve-atuar>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

KOTLER, P.; LEE, N. R. **Marketing social: influenciando comportamentos para o bem**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2011.

LAGIOIA, U. C. T.; LIRA, Z. B. Balanço Social. In: ALBUQUERQUE, J. L. **Gestão Ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009.

LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. 2006. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. C. (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/layrargues-ea-e-reproducao-social.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LICEU. **Pré-história**. 2012. Disponível em: <http://www.liceu.net/sgw/upload/2012-01-17_12-18-05_2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

LIMA, G. M. L.; FREITAG, V. C. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos**. Curitiba: InterSaber, 2014.

LUCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

MAZZAROTTO, A. S.; BERTÉ, R. **Gestão ambiental no mercado empresarial**. Curitiba: InterSaber, 2013.

MENDES, A. S. V. A relação homem-natureza através dos tempos: a necessidade da visão transdisciplinar como fundamento do direito ambiental. In: Encontro Nacional do CONPEDI. 2010. Fortaleza, Ceará, CE. **Anais...**, 2010. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_relacao_homemnatureza_atraves_dos_tempos_a_necessidade_da_visao.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MIGLIARI, A. **Crimes Ambientais**. Brasília: Lex, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselhos de saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cadernos do ministério das cidades**. Brasília: MCidades/Governo Federal, 2004.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2008.

MPPR. **Audiências Públicas: a comunidade participando das decisões**. 2014. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=4697>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

MULLER, L. H. A. et al. O terceiro setor como mercado profissional. **Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 2. Porto Alegre: Civitas, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/civitas/article/view/5323/4583>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

NAIME, R. **Grandes marcos de acidentes ambientais**. 2010. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2010/09/13/grandes-marcos-de-acidentes-ambientais-artigo-de-roberto-naime/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

OLAK, P.A.; NASCIMENTO, D.T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: terceiro setor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, E. A. A política de emprego no Brasil: O caminho da flexinsegurança. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, serv. soc. soc. n. 111, jul./set. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, H. N. F.; MUNAIER, E. A. **Audiência Pública como instrumento de participação social e legitimação das atividades da Administração Pública**. Disponível em: <http://www.der.mg.gov.br/images/TrabalhosAcademicos/audiencia-publica-como-instrumento-de-participacao-social-e-legitimacao-das-atividades-da-administracao-publica-herik_oliveira.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

OXFAM. **Uma economia para o 1%**. 2015. Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-summ-pt.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

PINTO, A. T. **O que a globalização está fazendo com o planeta? Avanços tecnológicos; impactos na educação e resgate da identidade cultural**. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso futuro comum**. 1987. Disponível em: <<https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

RODRIGUES, A. M. S.; OLIVEIRA, C. M. V. C.; FREITAS, M. C. V. Globalização, cultura e sociedade da informação. **Perspect. cienc. Inf.**, v. 6, n. 1, p. 97 - 105, jan./jun., 2001. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/439/249>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

ROMÃO, J. E. Movimentos sociais, ONGs e Terceiro setor. **Educação & Linguagem**, v.13. n. 21. 18-34, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/download/2004/2044>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ROTHGIESSER, T. L. **Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor**. Disponível em: <<http://www.terceirosetor.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

- SILVA, A. R.; OHARA, L. F.; GHIZZI, M. L. P. **Normas ISO 14000**: sistema de gestão ambiental. Disponível em: <<http://www.qualidade.esalq.usp.br/fase2/iso14000.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- SILVA, J. A. **Direito ambiental constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- SILVA, R. B. Educação comunitária: além do Estado e do mercado? **Cadernos de Pesquisa**, nº 112, p. 85-97, março. Campinas: Unicamp, 2001.
- SILVA, V. B.; CRISPIM, J. Q. Um breve relato sobre a questão ambiental. **Rev. Geomae**, v. 2, n. 1, 2011, p. 163-175, 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/30/pdf_24>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- SOUSA, R. S.; CASTRO, A. G. Movimentos sociais, direitos humanos e serviço social no Brasil. **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**. Florianópolis, 2013.
- SOUZA, L. M. **Tributação do terceiro setor**. São Paulo: Dialética, 2004.
- TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- TOUSSAINT, E. **As origens das instituições de Bretton Woods**. 2014. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/As-origens-das-instituicoes-de>>. Acesso em: 13 ago. 2016.
- TUDE, J. M. **Conceitos gerais de políticas públicas**. 2016. Disponível em: <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24132.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- UHLE, E. B. A filantropia na educação. **Educação & Sociedade**. n. 42, ago. 1992.
- UNEP. **Declaration of the United Nations Conference of the Human Environment**. 1972. Disponível em: <<http://www.unep.org/documents.multilingual/default.asp?documentid=97&articleid=1503>>. Acesso em: 24 ago. 2016.
- _____. **Integração entre o meio ambiente e desenvolvimento**: 1972-2002. Disponível em: <http://www.wwiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/capitulo1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- VIOLA, E. A globalização da política ambiental no Brasil. **Jornal do Meio Ambiente**, 1998. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Viola.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

